

FUNDAÇÃO CARLOS CHAGAS

Depto. de Pesquisas Educacionais
Biblioteca

Jornal: *Folha de São Paulo*Data: *02/05/81*Pág. *6*

Pasta n.º

N.º do recorte

Cobes quer fiscalizar as creches

FISP

2/5/81

A Coordenadoria do Bem-Estar Social (Cobes), da Prefeitura, está mantendo contatos com os ministérios da Saúde e do Trabalho para, em conjunto com esses órgãos, "formular uma política de fiscalização das creches sustentadas pelas indústrias na Capital". A informação foi dada pelo coordenador Wilson Quintela Filho, durante palestra, realizada ontem na Universidade Mackenzie, que abordou o tema "O problema do menor no Brasil — Ação Governamental".

Segundo Quintela, "existem cerca de 450 creches na Capital, administradas direta ou indiretamente pelas indústrias, em cumprimento às normas da CLT, que exigem tais instalações para as empresas que empregam um número acima de 30 funcionários". Acrescentou, ainda, que os serviços de fiscalização e credenciamento das entidades que dirigem esses estabelecimentos estão entregues ao Ministério da Saúde.

"Nos estudos que estamos realizando, informou Quintela, pleiteamos a responsabilidade de uma grande parte desses trabalhos. Queremos também acompanhar as obras de infraestrutura dessas casas, pois muitas empresas têm arcado somente com a parte financeira, deixando de lado as condições de funcionamento."

300 CRECHES

O coordenador afirmou que, "em 83, a Prefeitura terá implantado 300 creches na cidade, propiciando o atendimento de 40 mil crianças, na faixa etária de até 3 anos e 11 meses". Segundo ele, na atual administração, já foram construídas 64 unidades. Em fase de construção, há outras 64, além de 66 que estão sendo planejadas para este ano, com verbas garantidas no orçamento".

O restante da rede, explicou Quintela, tem sua instalação programada para os dois próximos anos. Assegurou, ainda, que "os recursos destinados pela Prefeitura a esse plano estão em torno de Cr\$ 800 milhões".

Feminismo F/80 3/5/81 p 47

Não se pode entrar na luta pela metade

SILVIA PIMENTEL

Está de parabéns a Ordem dos Advogados do Brasil — Seção de São Paulo. Está de parabéns as companheiras advogadas, assessoras da atual diretoria, que demonstraram seu dinamismo e vanguardismo, ao promoverem na semana que passou, um ciclo de debates sobre a Mulher e o Direito.

É inegável o significado político, para a luta da mulher, do discurso de abertura dos trabalhos, proferido pelo presidente da OAB-SP, José de Castro Bigi, bem como da exposição objetiva da senadora Eunice Michiles, por ocasião do primeiro debate, no dia 27 último. Esta abordou a luta feminista brasileira desde as suas origens, não esquecendo de analisar de forma compreensiva as dificuldades da mulher atual, como aquelas que enfrenta na família, seus problemas educacionais, de profissionalização e de emprego, para finalizar lamentando a pequena participação política da mulher a nível legislativo e executivo, cuja importância realçou.

Discurso plenamente feminista e, mais, assumido como tal. Por várias vezes, a senadora repetiu ser feminista e considerar o feminismo importante, fundamental mesmo.

Mas este primeiro debate, infelizmente, não manteve essa tônica o tempo todo. Em determinado momento, uma advogada na platéia, dentre outras observações, afirmou não ser totalmente feminista e sim mais ou menos. Em resposta, a senadora disse que se considerava feminista moderada, o que desencadeou várias outras colocações nessa linha.

Ruth Cadoso, antropóloga, professora da USP e membro da Frente de Mulheres Feministas, teve então oportunidade, como debatedora, de dar uma das melhores contribuições da noite, ressaltando a superficialidade com que todos nós geralmente lidamos com conceitos.

É indubitável a existência de conceitos equivocados a respeito do feminismo. Isso ficou claro no segundo debate, que teve como expositora a deputada Cristina Tavares. Várias pessoas manifestaram um entendimento do feminismo como algo que se contrapõe ao homem, à maternidade e à vida. Há interesse por parte de alguns segmentos da sociedade em reforçar a idéia de um feminismo sexista e limitado, que opõe a mulher ao homem, pois a eles não convém

que esta luta seja bem vista, já que o feminismo pressupõe mudança de valores e de estruturas e isto vai contra o "Status quo". Importa refletir em profundidade sobre os valores que estão sendo questionados por esse movimento e não simplesmente adjetivá-lo ou, pior ainda, opor-se a ele, sem conhecer bem suas propostas.

No terceiro debate, a exposição coube à deputada Irma Passoni, que colocou com muito acerto as dificuldades enfrentadas pela mulher trabalhadora, especialmente da operária, assoberbada pela dupla jornada de trabalho e sem contar nem com os equipamentos sociais obrigatórios por lei, como os berçários. A advogada Marli Cardone, explicitou a nível jurídico as principais questões apontadas por Irma Passoni.

Talvez este ciclo de debates tenha contribuído para esclarecer algumas dúvidas que persistem em relação ao feminismo. Afinal, o que significa ser feminista? É possível ser feminista pela metade? Ser feminista moderada? Meio feminista? Ser feminista, mas não ser radical?

Ser feminista é ser alguém que luta pela emancipação da mulher e o faz, trabalhando também pela emancipação social, econômica e política de todos os setores oprimidos da sociedade. O feminismo apresenta a mais pura e funda proposta de igualdade: homens e mulheres iguais no lar, na escola, no trabalho, na política. Questiona o poder no nível público e privado.

Nós queremos o poder, sim, não para detê-lo sozinhas, mas para compartilhá-lo. Porém o colocamos não nos moldes tradicionais de poder-dominação, mas como poder de decisão democrática de todos, homens e mulheres, velhos, adultos, jovens, crianças, em uma sociedade não dividida em classes e castas; só então poderão existir condições de vida digna e realização pessoal para todos. Não há feminismo pela metade, porque não se pode ser democrata, libertário, pela metade. Ou se é ou não se é.

★

Sílvia Pimentel é advogada, professora de Direito e diretora do Centro de Ciências Jurídicas, Econômicas e Administrativas da PUC. Integra também a Frente de Mulheres Feministas de São Paulo.

Casal cuida, em Osasco, de 132 crianças órfãs



OSASCO (FT) — São 132 os filhos adotivos de da. Maria do Carmo Alzário. Mãe de cinco filhos legítimos, ela não pretendia ter outros, mas foi amparando órfãos e hoje se vê às voltas com uma imensa família.

Trata-se de meninos e meninas, cujas idades variam de zero a 13 anos, que encontram um lar no Amparo Maternal "José Benedito", como ficou batizado o lugar, a casa n.º 200 da rua Vicente Floriano Neto, na vila Paronessa.

Em terreno cedido pela Prefeitura, da. Maria do Carmo está construindo um pequeno orfanato de dois pavimentos, com cozinha, refeitório, lavanderia e dois grandes quartos, onde as crianças se dividem por sexo.

Os vários bebês ainda permanecem no dormitório da "mãe", que conta com a ajuda não remunerada de algumas mulheres do bairro. No quintal há um pequeno "play-ground", onde dezenas de crianças passam o dia brincando.

Aposentado, o marido de da. Maria do Carmo dedica o tempo aos filhos adotivos. Mas faltam móveis adequados, cobertura no quintal, alimentação e auxílio oficial. Tudo no Amparo Maternal "José Benedito" é improvisado, consertado e conseguido com muito sacrifício.

Comércio de sucedâneos de leite materno terá código

BRASÍLIA (Sucursal) — O ministro interino da Saúde, Mozart de Abreu e Lima, revelou ontem que o voto brasileiro sobre o Código Internacional de Comercialização dos Sucedâneos do Leite Materno, a ser dado na 34.ª Assembléia Mundial de Saúde, que se realiza em Genebra, será a favor de sua adoção apenas como recomendação, e não como regulamento, o que implicaria no cumprimento compulsório de todas as suas diretrizes.

O código, proposto pela Organização Mundial de Saúde e pelo Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef), proíbe qualquer publicidade ou promoção, junto ao público, dos produtos fabricados para a alimentação do lactente. Ao negar qualquer pressão por parte das multinacionais na definição do voto brasileiro, Mozart de Abreu e Lima explicou que a posição adotada dará margem à criação de um código nacional, "adaptando-se as recomendações de Genebra à nossa realidade".

Interpelado sobre qual era essa realidade, no entanto, reconheceu que "o código tem que ser adaptado exatamente a um sistema industrial existente no País". Para Mozart, o Brasil não adota nenhum tipo de restrição à propaganda dos produtos sucedâneos do leite materno, razão pela qual considera que "o que devemos fazer é promover abertamente o aleitamento materno, com toda a força da saúde pública brasileira".

O ministro interino da Saúde negou também que esteja havendo boicote das multinacionais à atual Campanha de Incentivo ao Aleitamento Materno, promovida pelo Ministério.

PROGRAMA NACIONAL

O ministro interino da Saúde empossou ontem o grupo executivo do Programa Nacional de Incentivo ao Aleitamento Materno que, sob a presidência do Instituto Nacional de Alimentação e Nutrição (Inan) inclui representantes de vários órgãos dos ministérios da área social, além de organismos internacionais, como a Organização Pan-Americana de Saúde e o Unicef.

O Programa Nacional de Incentivo ao Aleitamento Materno prevê a aplicação de Cr\$ 40 milhões até maio de 1982, com verbas dos ministérios da Saúde e da Previdência Social e incluindo recursos

de US\$ 400 mil a serem fornecidos pelo Unicef.

Segundo a presidente do grupo executivo — que ontem mesmo realizou sua primeira reunião — Ieda Paschoal de Oliveira, o Fundo das Nações Unidas para a Infância comprometeu-se também a financiar uma "custosa avaliação do programa nas cidades de São Paulo e Recife, antes e depois de sua implantação". Os dados referentes à primeira avaliação, como observou, já estão sendo computados.

Ieda Paschoal de Oliveira admitiu também que os recursos do Programa poderão aumentar, caso seja aceita a proposta, formulada por um dos integrantes do grupo, de que todos os órgãos envolvidos contribuam financeiramente para sua execução.

Festa incentiva *F/SP 12/5/81* a participação

“Incentivar a participação e a integração da população através de atividades de lazer conjuntas”. Foi com este objetivo que os Centros de Vivência de Osasco, apoiados pela Secretaria de Promoção Social da Prefeitura local e grupo de voluntárias de cada bairro, promoveram festas em quase todas suas sedes, com festividades de rua que tiveram início na segunda-feira da semana passada e só terminaram no domingo, em homenagem às mães.

No sábado, a festa começou cedo no bairro de Piratininga. A rua Amador Bueno esteve interditada ao tráfego de veículos a partir do meio-dia, para substituí-los por mesas de ping-pong, brincadeiras de cadeira, corrida de saco e outras atividades de rua que reuniram cerca de 1.500 moradores.

As mães que usam a creche do Centro de Vivência de Piratininga foram homenageadas com poesias e bandinha formada pelos alunos de 2 a 4 anos, que foram ensaiados por Malu, diretora da creche, que ressaltou a importância de encontros como esse “não só para o desenvolvimento da criança, como para a participação da mãe”.

A tarde do Centro de Vivência também foi animada com jogo de futebol entre as equipes femininas “Unidas” e “Garotas do Celso”, entusiasmadas com a “alternativa de divertimento numa cidade tão sem opções como Osasco”, “além da oportunidade de se fazer novas amizades e estreitar os laços de união dos moradores de Piratininga”.

Joaquim Francisco Pinto usou seus bonecos de fantoche para prestar homenagem às mães presentes, não deixando de lado os problemas que elas enfrentam hoje, “como a carestia, custo de vida e outras dificuldades”. Não faltou capoeira, apresentada pela Associação de Capoeira Pequeno Dragão, que levou o espetáculo em outros Centros de Vivência e música da banda local.

A festa deste ano contou com maior número de voluntárias para organizá-la. Conforme lembrou Rosa Alves, uma das moradoras do bairro, essas mulheres fazem parte do curso de ginástica do Centro, “que conseguiu reunir 130 alunas adultas, com aulas semanais. Há ainda 40 delas esperando vaga. Foi esse grupo de voluntárias que chamou moradores para a festa de hoje, e cuidou dos detalhes de seu andamento.”

Algumas alunas do curso fizeram apresentação pública de ginástica, na rua Amador Bueno, sob a orientação do professor João Paulo. Tereza, uma das alunas, foi quem sugeriu o curso no bairro: “Estava fazendo regime e o médico me recomendou exercícios. Como eu não teria condições de fazê-los numa academia, vim até o Centro e dei a sugestão. Havia outras mulheres interessadas, e não foi difícil conseguirmos nossas aulas e turma muito unida.”

A festa terminou por volta das 9 horas da noite, com atividades de rua e dentro do Centro de Vivência. Para a assistente social Júlia Maria Teixeira Barbosa, o Dia das Mães representou “maior integração da comunidade e oportunidade aos moradores do bairro de se divertirem e fazerem novas amizades.” (D.N.)

Crise leva creche a dispensar deficientes

Da sucursal do
ABC

Cinquenta deficientes físicos foram dispensados, na manhã de ontem, da creche do Jardim Zaira, em Mauá, em consequência da grave crise financeira enfrentada pela entidade. A situação havia levado a direção da escola a demitir, na semana passada, oito de seus 16 professores e a anunciar a possibilidade de haver novas dispensas até o final do ano, caso o problema não seja sanado. A medida revoltou mães de alunos que ontem estiveram na creche para receber a notícia de dispensa de seus filhos.

"Considero uma catástrofe as medidas adotadas. Mas não nos resta outra saída senão reduzir nossa capacidade", disse a coordenadora-técnica da escola, Maria Elizabete Fusari de Lima. Para ela, entretanto, o maior responsável por essa situação é "a comunidade de Mauá, que não tem consciência do problema do deficiente físico e, por isso, não colabora".

Inaugurada no município há 16 anos, essa creche mantinha, até a semana passada, 150 alunos deficientes em seus cursos de semi-internato e externato. Além das aulas de alfabetização e fonoaudiologia a escola ministra ensino profissionalizante para alunos com idade entre 12 e 16 anos, que fabricam cadeiras e caixas de madeira, entre outros objetos, que são vendidos em feiras e cuja arrecadação é revertida para manutenção da própria escola. Além dessa verba, a escola recebe um milhão e 80 mil cruzeiros da Prefeitura de Mauá; Cr\$ 364 mil da Secretaria de Promoção Social do Estado; Cr\$ 363 mil da Secretaria Estadual de Educa-

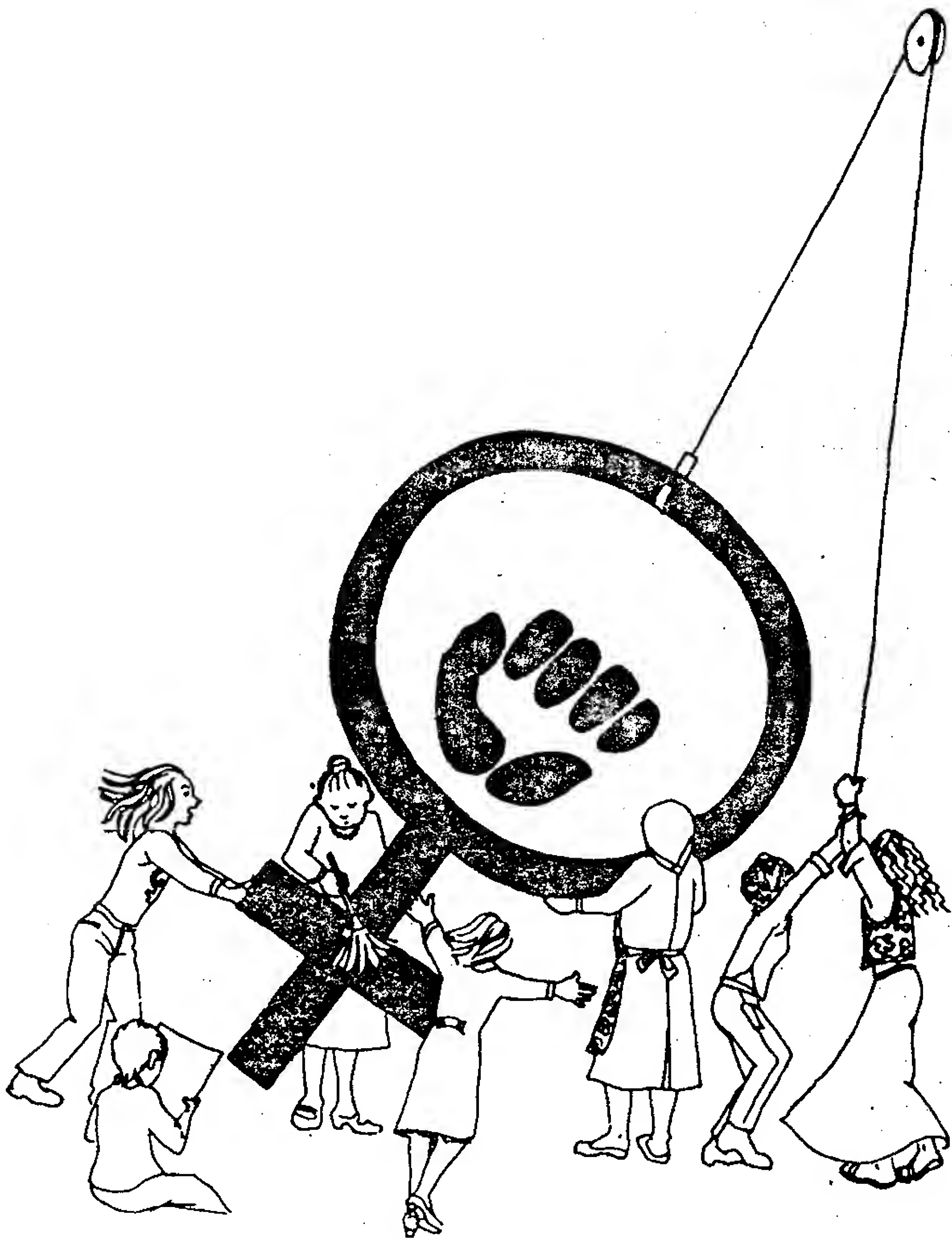
ção e outros Cr\$ 80 mil da Conesp e Cr\$ 1 mil e 500 da Legião Brasileira de Assistência. A subvenção total de Cr\$ 3.657.129,00 para este ano, segundo Maurício Trevisan, coordenador administrativo, não é suficiente para manter os Cr\$ 900 mil de despesas mensais da escola. "Já recorremos aos diferentes órgãos pedindo ajuda e não recebemos resposta. Por isso, não nos restou outra alternativa senão demitir professores e reduzir o número de alunos", diz o coordenador.

Ellana Taiani Alvares, uma das professoras demitidas, que lecionou durante seis anos na creche, disse que "está inconformada com a medida. Afinal — argumenta — são crianças pobres com problemas graves de deficiência que não têm onde estudar, pois essa é a única escola do gênero no Município".

Também as mães dos alunos dispensados estão revoltadas com a situação. Algumas delas, que trabalham fora para manter a despesa da casa disseram ontem que "não têm com quem deixar a criança. O pior de tudo — disse Ivani Tetan, mãe de um aluno que estuda há nove anos na creche — é explicar ao meu filho que ele não pode mais ir para a escola. Essa creche era a coisa mais importante de sua vida".

Há 3 anos, a direção dessa entidade passou por sérias dificuldades em consequência de um incêndio que destruiu parte de suas instalações, um galpão industrial adaptado para creche. Apesar das precárias condições em que funciona, com divisórias de eucatex entre as classes e chão de cimento o que ocasiona muita friagem, é nessa creche que a maioria dos pais prefere manter seus filhos.

Se o debate gira em torno de questões centrais como a especificidade da luta, a autonomia do movimento, é hora pois de enfrentá-lo, de buscar definições que nos conduzam ao avanço na conquista pelas mulheres da sua libertação. É fundamental perceber que nosso movimento não está ilhado, isolado do total como se apresenta a conjuntura brasileira, e, que o avanço do movimento feminista deverá se dar pai passo com o avanço do movimento de massa no Bra-



sil. Um bom exemplo disso é a performance dos agapistas.

Da mesma forma como buscam a unidade com os pelegos no movimento sindical defendendo propostas imobilistas e estruturas anti-democráticas, também procuram minar o movimento feminista, provocando a construção de entidades fantasmas e sem representatividade nas lutas. É o caso da construção da "Federação Brasileira de Mulheres". A proposta tirada da manga do colete pelos agapistas e que já está sendo colocada na prática é a seguinte: poder de um bom investimento em propaganda e infraestrutura, se possível apoiado pelo aparelho do PMDB, este pessoal está organizando congressos de mulheres, em vários

estados, que deverão se realizar ainda em agosto deste ano para a efetivação de um congresso nacional até o fim de oitenta e um onde será fundada a dita "federação".

A realidade é que não existem condições para que aconteça uma unificação nacional do MF deste porte. Os agapistas sabem disto. A não ser em São Paulo, nos estados onde existem, os grupos feministas são frágeis e a discussão ainda não se estendeu suficientemente nos diversos setores e categorias de forma a tornar possível congressos representativos de uma discussão de base, pelo menos até agosto. Sem falar que na maioria dos estados não existe qualquer organização de mulheres. Os agapistas sabem muito bem, o fato é que não estão preocupados em organizar e unificar o MF. Seus congressos estão previstos como resultado do chamamento das mulheres via sindicatos, entidades acadêmicas e associações de bairro, sem discussões anteriores sobre questões específicas das mulheres. A orientação é reunir as mulheres para discutir lutas por assembleia constituinte, contra a carestia, aumento das passagens dos ônibus, eleições de oitenta e dois, etc. Para isso não se precisa nenhuma estrutura anterior a não ser a já existente em cada setor.

"Doutrinarismo autonomista"?

Poder-se-ia perguntar: Mas porque fundar uma federação se não concordam com a mobilização específica das mulheres? A primeira resposta: nada melhor para conter o movimento incipiente do que antecipar-se e criar um grande fantasma imóvel sobre ele, que o prenda, atrele, dome. A segunda pode ser encontrada nas resoluções do MR8, organização cujas resoluções vem sendo publicadas no jornal Hora do Povo:

"No movimento de mulheres, o doutrinarismo apresenta-se como "autonomista". Defende que as mulheres devem organizar-se autonomamente em relação aos sindicatos e partidos... combater o "autonomismo" dentro do movimento de mulheres é indispensável..."

Só existe uma resposta possível ao anti-feminismo e ela se desdobra em duas necessidades. Incentivar a organização das mulheres em grupos nos seus locais de trabalho, estudo ou moradia, para que o movimento cresça na base e se torne massivo e de combate, é a primeira. A segunda é buscar uma unificação nacional do movimento através de encontros nacionais de grupos de mulheres, sem esquecer que esta unificação deve se dar no leito da mais ampla democracia e da discussão fraterna e companheira.

FUNDAÇÃO CARLOS CHAGASDepto. de Pesquisas Educacionais
BibliotecaJornal *Estado de Minas*
Data *13/05/81*
Pág. *14*

Pasta n.º

N.º do recorte

Técnico quer maior proteção para gestantes

Da sucursal de
BELO HORIZONTE

O aumento da fiscalização por parte do Ministério do Trabalho e a maior conscientização das mulheres foram defendidas ontem, em Belo Horizonte, pelo médico Nelson Colleoni como fatores indispensáveis à melhoria das condições de trabalho das gestantes e mulheres em fase de amamentação, que hoje "são precárias em quase todo o País".

Em trabalho apresentado durante o II Congresso da Associação Nacional de Medicina do Trabalho, o professor Nelson Colleoni, da Faculdade de Medicina do ABC, disse que a legislação existente no País é suficiente para proteger a gestante, mas nem sempre ela é observada. "A legislação protege, mas é preciso respeitá-la", afirmou.

Na comunicação feita durante a sessão de temas livres de ontem à tarde, o professor Colleoni, titular da disciplina Saúde Ocupacional, alertou os médicos em geral para os riscos que corre a mulher grávida quando trabalha em condições inadequadas e disse que "basta observar o código de ética e cumprir a legislação" para dar boas condições de trabalho às gestantes.

Fraldas intoxicam crianças

Da sucursal de
BELO HORIZONTE

Pelo menos duas epidemias de intoxicação de bebês pela anilina existente na tinta de carimbos de fraldas novas ocorreram em hospitais paulistas recentemente, segundo denúncia apresentada ontem, em Belorizonte, pela pediatra Linda de Abreu Martins, do Centro de Controle de Intoxicações da Secretaria de Higiene e Saúde, da Prefeitura de São Paulo. Em nenhuma das duas epidemias, no entanto, houve mortes, embora esse tipo de intoxicação possa ser fatal, por provocar a "cianose" (tipo de alteração sangüínea).

A denúncia foi feita pela médica durante a sessão de temas livres do II Congresso Brasileiro de Medicina do Trabalho, encerrado ontem na capital mineira. Linda de Abreu Martins não quis citar os nomes dos dois "grandes hospitais" de São Paulo, onde foram verificadas as epidemias, mas advertiu que esse tipo de intoxicação é frequente, "porque os hospitais preferem colocar a fralda nova em uso, sem lavar, para economizar uma lavagem".

Na opinião de Linda Martins, que trabalha no controle de intoxicações do Hospital do Tatuapé, acidentes desse tipo ocorrem principalmente "pelo desconhecimento dos riscos existentes". Para evitar a repetição desses problemas, ela defendeu a criação de "comissões de prevenção de acidentes" dentro dos hospitais, nos mesmos moldes das exigidas pela legislação para as indústrias. Atualmente, segundo ela, em São Paulo, só existem comissões em dois hospitais: o das Clínicas e a Santa Casa.

No trabalho apresentado ao Congresso, Linda Martins relacionou a presença de agentes tóxicos em praticamente todos os setores hospitalares, desde as salas de cirurgia até a cozinha, passando pelas enfermarias, salas de radiologia e outros locais.

Em suas conclusões, ela afirma que, partindo do princípio de que "o objetivo principal da indústria hospitalar é produzir saúde, podemos inferir que os acidentes neste local são no mínimo culposos e negligentes".

EUA vetam o código de alimento infantil

FST SP 16/5/81 14

WASHINGTON — Os Estados Unidos anunciaram ontem que votarão contra o código de ética para alimentos infantis proposto pela Organização Mundial de Saúde e que será discutido na próxima semana em Genebra. Fontes do governo americano, que não quiseram se identificar, alegaram razões econômicas e jurídicas para justificar a posição de Washington, mas negaram a existência de pressões por parte dos fabricantes de alimentos artificiais para crianças.

Nos Estados Unidos, o código proposto pela OMS tem o apoio de vários grupos religiosos e de médicos, mas conta com a oposição dos produtores de alimentos artificiais, sobretudo da área de laticínios. Recentemente, segundo se comentou, o governo norte-americano ouviu os dois lados para tomar uma decisão. E negou que o secretário-adjunto de Estado para Assuntos de Direitos Humanos, Ernest Lefever, tenha influído na posição final, segundo denúncias, por ele ter vínculos com a empresa suíça Nestlé, a principal fabricante desses alimentos.

Essas mesmas fontes explicaram que "seria hipocrisia para nós (do governo americano) votarmos a favor de um código que não poderíamos e não haveríamos de aplicar neste país". E acrescentaram: "Nós somos os mais firmes defensores do sistema de mercado do que quaisquer outros países".

Embora uma das fontes ignore se algum outro país votará contra o código, insistiu que outras nações industrializadas ocidentais compartilham das preocupações de Washington. Outra fonte ressaltou que, mesmo votando contra a proposição da OMS, o governo norte-americano acredita que a amamentação é a forma preferida e a melhor de alimentação infantil. Entretanto, reiteraram que a redação do código contraria práticas constitucionais, jurídicas e econômicas dos Estados Unidos: "Há certas coisas nesse código que não recomendamos a ninguém".

Também alegaram que não existem provas de uma relação direta entre a mortalidade infantil e o uso de alimentos industrializados como alternativa para o leite materno.

Lueli, disco para obra assistencial

O lançamento de seu LP "Nova Era", recentemente, tem para a cantora e atriz Lueli Figueirô um significado muito especial: com a venda do disco, uma produção independente, ela quer conseguir fundos para construir uma creche para crianças desamparadas.

Quando veio para São Paulo em 1957, contratada pela TV Record e cercada de grande promoção, Lueli pretendia apenas continuar sua carreira de cantora, iniciada pouco antes no Rio Grande do Sul. Depois de fazer um curso de arte dramática, no entanto, surgiu a oportunidade de trabalhar como atriz: participou de novelas e de alguns filmes, além de uma montagem teatral de "A Opera dos Três Vinténs", de Bertolt Brecht. "Não sei dizer quando foi isso, tenho péssima memória para datas", explica ela. "De qualquer forma, datas não são importantes, fundamental é cumprir com honestidade nossa missão."

E a sua verdadeira missão — a de "servir à comunicação paranormal" — ela descobriu algum tempo depois. "Logo ao nascer, o ser humano traz consigo uma corrente de energia acumulada em encarnações anteriores, para ser desenvolvida em sua existência terrena. Muitas pessoas nunca tomam consciência disso, e apenas passam pela vida. Outras atendem ao chamado e se dedicam a essa missão."

Há cerca de 20 anos, Lueli decidiu desenvolver sua mediunidade (ou paranormalidade, como ela prefere dizer). Mudou-se para o Rio e durante alguns anos dividiu seu

tempo entre a carreira artística e "as atividades num verdadeiro reduto de paranormais que existe na rua da Matriz, frequentado por gente importante, inclusive o Chico Xavier". Ali, com a ajuda de muitos amigos, foi construída a Casa de Repouso Tomás de Aquino — que ela considera sua primeira missão realmente importante.

"Há mais ou menos dez anos, afastei-me da televisão, para de-



A cantora lançou o LP "Nova Era".

dicar-me apenas à comunicação paranormal. Mas ainda fiz alguns shows no Rio, o último dos quais — Berimbau de Ouro, numa linha afro-brasileira — recebeu um bom apoio do público." Durante esse tempo, Lueli recebeu uma nova missão de seus orientadores: servir como instrumento para a publicação de livros. "Não se trata de psicografia, que é a transmissão de mensagens através da escrita, mas de psicofonia, que usa a voz como meio de comunicação. Como sempre cantei, era natural que as mensagens fossem passadas por via oral." Há cinco anos, ela lançou "Farol da Longa Viagem" e mais recentemente "As Treze Almas", que inclui também depoimentos de pessoas que viveram experiências paranormais.

De volta a São Paulo ("segundo a orientação de meus mentores"), Lueli instalou-se num sobrado no bairro da Pompéia, com suas pombas e passarinhos, onde formou um centro de comunicações paranormais, "com pessoas muito interessadas, que chegam por acaso e acabam se integrando ao grupo". Entre uma e outra apresentação esporádica em televisão, rádio e cafés, "para ganhar algum dinheiro para a creche", surgiu a idéia de gravar o LP "Nova Era", com cinco músicas psicofônicas (recebidas por ela, registradas em gravador e posteriormente gravadas) e cinco de sua autoria com a parceria, entre outros, de Alexandre Kadunc, Celso Machado e Messias dos Santos, com arranjos de Otávio Basso, que ela cantou no show de ontem à noite.

A maternidade e a força da lei

IREDE CARDOSO

Finalmente — e afirmo com alegria — as questões referentes à discriminação existente contra a mulher, no mundo do trabalho, estão começando a chegar ao Senado; e desta vez é a senadora Eunice Michiles que vem desempenhando importante papel para levar adiante a causa das mulheres. Ora, dirão, uma senadora do PDS, partido do governo? E. Agora, entretanto, precisamos pensar num projeto que está para ser aprovado e que pretende conceder à mulher que deu à luz, estabilidade no trabalho por um ano, prazo que foi diminuído, posteriormente para seis meses. E a proposição já foi analisada por comissões, no Senado. Muito preocupante.

Temos analisado essa questão, entre nós de grupos de mulheres, e muitas consideramos que qualquer lei que venha com a intenção de "proteger" a mulher e a maternidade (por que não proteger também a paternidade?) funciona como faca de dois gumes, extremamente cortantes. Em primeiro lugar, convém recordar que o desemprego da mulher casada, no Brasil, é oito vezes superior ao do homem. Convém lembrar também que um dos mais fortes motivos, sempre alegados para sustentar a recusa de uma mulher num emprego, tem sido o da maternidade. E, pensemos juntas: dentro das leis já existentes, que "protegem" muito menos a mulher (três meses de licença-maternidade, construção de creches etc.) ela tem ficado ainda mais desprotegida. Além disso, sejamos justas: por que a proteção de estabilidade somente à mãe e não ao pai também? E penso que "proteger" somente a mãe é reafirmar essa estranha e arraigada crença de que apenas a mulher deve exercer o papel de socializadora dos imaturos; ou seja, é jogar, reforçadamente, sobre os ombros do chamado sexo "frágil", toda a responsabilidade da tarefa doméstica e maternal. E isso, convenhamos, não é justo.



Pode parecer meio chocante, à primeira vista, que as mulheres estejam pensando seriamente em levar o homem a ter direitos (que nós deixamos que lhe fossem tirados e que ele aceitou). E ele tem o direito (mais que o dever) de carinhar seu bebê, sentir o corpinho quente, aprender com a criança e delectar-se com essa relação importantíssima para todo ser humano. As crianças não podem mais viver sofrendo o vazio da figura do pai ausente. E o homem não pode continuar nessa situação prejudicial. Por isso, é conveniente que essa estabilidade, se for dada — e seria maravilhoso — seja estendida a homens e mulheres. Nunca só para as mulheres. Todos sabemos que ao engravidar, parir e amamentar, a mulher já está dando enorme contribuição à sociedade. E doando tempo de sua vida para renovar a vida. É preciso que haja solidariedade, por parte do companheiro, para que a renovação da vida se faça com maior ternura, maior alegria. Evidentemente,

falamos em termos teóricos, porque sabemos muito bem que o número de mães solteiras está crescendo; sabemos das viúvas, das abandonadas, das separadas dos companheiros. Mas, por outro lado, entendemos que, nesses casos, faz-se necessária, com maior intensidade, a presença do Estado com as creches e informação sobre sexualidade e natalidade.

Num país como o Brasil, cujas autoridades parecem preocupadas com a diminuição da natalidade, por motivos que não vamos discutir agora, a lei da estabilidade poderia parecer, à primeira vista, um incentivo à procriação. Mas não é verdade. A estabilidade faria com que crianças fossem educadas de forma mais equilibrada, se estendida a pais e mães.

E, por outro lado, se lembrarmos a Polônia, que dá à gestante vários anos de licença, após a concepção, entenderemos por que, nos países socialistas, os papéis ditos femininos estão cada vez mais se acentuando, agravando, culturalmente, o dualismo que separa homens de mulheres. Recentemente, o líder sindical polonês Lech Walesa, que tanto tem comovido o mundo, (e nós inclusive) queixou-se, em uma roda de amigos, que a única forma de deixar sua própria mulher sossegada (já que não é muito tranquilo, na Polônia, como no Brasil,

compartilhando de sua sindical independente), era engravidá-la mais uma vez. Ele já tem cinco filhos. Historinha terrível que vai deixar muita gente indignada. Mas as fontes são fidedignas.

O que eu quero dizer com essa historinha — e não venham com censura, os de má fé — é que a questão da especificidade da mulher em nossa sociedade deve ser analisada de vários ângulos, para que não caiamos em conclusões simplistas e extremamente conservadoras. Isso porque na questão da maternidade, estão arralgados muitos dos mais complexos que impedem as pessoas de pensar mais friamente sobre a questão; e o resultado disso tudo é que pessoas bem-intencionadas (ou não) entram com sugestões, propõem medidas e aprovam-nas, sem meditar seriamente sobre as consequências. As quais, geralmente, são desastrosas.

Para que a mulher fosse, de fato, beneficiada por leis, era preciso, em primeiro lugar, que a mentalidade dos nossos governantes e empresários fosse modificada. Mas nós sabemos que nenhuma transformação é possível, sem que os beneficiados estejam organizados e sabendo, de fato, o que desejam para si. Portanto, a mentalidade é apenas um "fenômeno", embora, como tal, seja elemento importante para fazer avançar a luta. É assim, gostaríamos que a senadora Eunice Michiles meditasse sobre tudo isso que aqui alinhamos, antes de dar seu parecer, seu apoio, sua decisão. E, para nós, seria animador contar com uma representante sensível que nos apoiasse, sem ser paternalista ou cupulista.

Lar Escola realiza bazar beneficente



Na lanchonete, os pratos à base de massas tiveram muita saída

Apesar da chuva e do frio, muitas pessoas compareceram sábado e ontem, ao bazar beneficente promovido pelo Lar Escola Bela Vista, que visou angariar fundos para a manutenção das 100 crianças que mantém em regime de semi-internato, dando-lhes, ainda, noções de educação, além de alimentação, servida gratuitamente em quatro refeições diárias.

Artesanato em geral, roupas para adultos e crianças, objetos de madeira e lã, comidas, enxovais para bebês, calçados, artigos de decoração e bijuterias podiam ser compradas pelos visitantes a preços compensadores.

A maioria dos objetos foi feita pelas voluntárias, que há muito tempo trabalham, especialmente nos fins de semana, para o Lar Escola Bela Vista. E, tanto sábado como ontem, todos estiveram a postos para contribuir mais uma vez.

Segundo a secretária-geral da entidade, Dolores Pimenta de Assis, o Lar Escola Bela Vista, embora, atualmente, abrigue apenas 100 crianças,

têm condições de receber mais 50. Para que isso se torne uma realidade é necessário proceder-se a uma pequena reforma no velho casarão, como pintura nas paredes e introdução de algumas modificações nos andares superiores.

Aliás, os voluntários se dispõem, eles mesmos a realizar as melhorias e basta que a comunidade doe as tintas e o material necessários. O Lar Escola Bela Vista, que funciona na rua Maestro Cardim, 547, Bela Vista, precisa também de alimentos e principalmente leite, produto-base para complementação da maioria das refeições.

MUITA PROCURA

Embora a procura dos objetos que estavam à venda no bazar, neste fim de semana, tenha sido muito grande, o que mais chamou a atenção foi a "seção da pechincha", onde era possível comprar-se um par de bôtas femininas por apenas Cr\$ 60,00.

Tiveram também muita saída os artigos para bebês, em especial as roupas de inverno.

A seção de bijuterias vendeu a maioria de seus artigos, enquanto a lanchonete teve muita procura, durante os dois dias.

Os grupo de voluntários mostrava-se bastante satisfeito com o êxito do bazar beneficente. Um de seus integrantes disse que, "apesar de estar sacrificando o fim-de-semana, não há maior felicidade do que trabalhar em benefício das crianças. Parece que ganhamos na loteria — explicou — pois o prazer de ajudar a quem precisa da gente é muito grande".

O grupo de voluntários, além de trabalhar no Lar Escola, visita, também, as famílias das crianças que são por ele atendidas, pelo menos uma vez por mês, para promover maior integração entre pais e filhos.

Apesar de receber ajuda financeira da Febem, da Coordenadoria do Bem-Estar Social e de doadores, o Lar Escola Bela Vista necessita da colaboração da sociedade em geral para desenvolver plenamente suas atividades e atender o maior número possível de crianças.

FUNDAÇÃO CARLOS CHAGAS

Depto. de Pesquisas Educacionais
Biblioteca

Jornal: *Folha de São Paulo*
Data: *20/05/81*
Pág.: *11*

Parte n.º

N.º do recorte

FISP 20/5/81 p. 11

Aberta creche para 110 crianças em São Mateus

O prefeito Reinaldo de Barros e sua mulher, Maria do Carmo Padovan de Barros, inauguraram ontem, em São Mateus, uma creche implantada pelo Corpo Municipal de Voluntários (CMV), com capacidade para 110 crianças. A Secretaria de Serviços e Obras colaborou com a iniciativa, restaurando um imóvel situado em área que seria desapropriada pela Prefeitura, onde foi montada a creche, na rua Vitória Azalin.

A presidente do CMV, Maria do Carmo Padovan de Barros, afirmou que novas creches poderão ser instaladas dentro do mesmo sistema, "desde que encontremos locais adequados, em condições semelhantes".

A coordenadora-geral do CMV, Sônia Reder Quintela, disse que as vagas serão destinadas às crianças de famílias menos favorecidas; cujas mães trabalhem fora de casa, com base em uma avaliação sócio-econômica dos moradores da região. Para o atendimento às crianças, o CMV destacará 16 funcionários, entre monitores, pajens, cozinheiras e faxineiras.

A Secretaria da Educação da Prefeitura deverá designar uma professora para dar a orientação pedagógica e o atendimento médico ficará a cargo do Posto de Saúde Cidade São Mateus e de médicos voluntários do CMV, explicou a coordenadora-geral.

SÃO MATEUS: PREFEITO E ESPOSA

INAUGURAM CRECHE

O prefeito Reinaldo de Barros e sua esposa, Maria do Carmo Padovan de Barros, inauguraram ontem, em São Mateus, uma creche com capacidade para 110 crianças, montada e organizada pelo Corpo Municipal de Voluntário — CMV. Destinada a atender crianças das camadas mais desfavorecidas da região, a creche foi instalada com recursos unicamente da CMV, e com o apoio da Secretaria de Serviços e Obras do Município, que se incumbiu da restauração de uma edificação antiga cuja área seria desapropriada pela Prefeitura.

A coordenadora geral do CMV, Sônia Rader Quintela, revelou que para a ocupação das 110 vagas disponíveis na creche foi feita uma seleção através de avaliação sobre o nível sócio-econômico dos moradores da região. Segundo ela, apenas as crianças mais desfavorecidas e cujas mães desenvolvem atividades profissionais fora de casa foram selecionadas. Para o atendimento às crianças, o CMV destacará 16 funcionários, entre monitores, pagens, cozinheiras, faxineiras, e administradores, "além de uma professora que a Secretaria da Educação se encarregará de enviar, para a orientação pedagógica".



A instituição tem capacidade para 110 crianças carentes, entre 18 meses e seis anos

Acrescentou que operarão ainda, na creche, os setores de orientação sobre saúde e nutrição, devendo ser ministradas às crianças cinco refeições diárias, no período de 7 às 17h30: café da manhã, lanche da manhã, almoço, lanche da

tarde e janta. "Para o atendimento médico, disporemos do Posto de Saúde Cidade São Mateus e médicos voluntários do CMV", disse.

A IDÉIA DA CRECHE
A presidente do Corpo Muni-

cipal de Voluntárias, Maria do Carmo Padovan de Barros, disse que a idéia da construção da creche surgiu quando ela mesma verificou na rua Vitória Azzalin, em São Mateus, quando de uma visita ao bair-

ro, a existência de um terreno baldio onde havia uma edificação antiga e abandonada. Depois de se informar sobre as condições da área, soube que a mesma seria desapropriada pela Prefeitura. "Dessa forma, o CMV, considerou a idéia válida, já que sua consolidação significaria um dispêndio bastante reduzido de verbas. E tudo o que fizemos foi uma restauração na área, passando o prédio por uma total reforma, realizada com o apoio da Secretaria de Serviços e Obras", explicou.

Os recursos para restauração do local, segundo da, Maria do Carmo foram obtidos através de colaborações e promoções efetuadas pelo CMV. "Embora não exista qualquer previsão quanto à instalação de novas creches, é bem possível que surjam outras, desde que encontremos locais adequados, em condições semelhantes", finalizou.

Para o prefeito Reinaldo de Barros, a construção da creche representa o esforço coletivo de um grupo de voluntárias e sua determinação de colaborar com nossa administração, voltado unicamente para o problema social, "fator que, em razão das circunstâncias, não pode ser assistido pela Prefeitura em sua plenitude", concluiu.

OMS desaconselha uso do leite em pó

F/81 21/5/81 p 13

Documento recomenda amamentação materna

Das Agências AP, AFP e UPI

A Organização Mundial da Saúde (OMS), órgão da ONU, aprovou ontem, em Genebra, um documento que recomenda a restrição do comércio de leite em pó e outros produtos que substituem a amamentação materna, que deverá ser estimulada como meio de melhorar a saúde dos bebês. Na reunião, 93 países votaram a favor da aprovação do documento, 3 (EUA, Bangladesh e Chade) foram contra e 9 se abstiveram.

O documento — chamado código de conduta voluntário, pois sua adoção ficará a critério dos países membros — propõe a proibição, por lei, da propaganda comercial direta de leite em pó; a indicação, nos rótulos dos produtos industrializados, de que a amamentação materna é superior e a advertência sobre os riscos para a saúde do bebê, com a preparação inadequada do produto; a proibição da distribuição de amostras grátis; e a eliminação do pagamento de comissões e bonificações pela venda dos produtos substitutos do leite materno.

1 MILHÃO DE MORTES

Enquanto os países membros votavam o projeto do código, o diretor geral do Fundo da ONU para as Crianças (Unicef) denunciava que a substituição do leite materno provocou a morte de um milhão de bebês no Terceiro Mundo, em um ano.

A aprovação do código, um documento de oito páginas elaborado pela OMS e pela Unicef, poderá pôr fim a uma "batalha" de mais de 10 anos entre as produtoras de alimentos para bebês (inclusive leite em pó) e várias organizações.

A campanha contra a comercialização destes produtos começou em 1970, numa reunião internacional sobre saúde pública, realizada em Bogotá, quando os substitutos do leite materno foram res-

ponsabilizados pela ocorrência de 10 milhões de casos de desnutrição e doenças infantis por ano, em todo o mundo. Esses dados foram também utilizados pela Ibfan, uma entidade que congrega grupos favoráveis à amamentação materna e de defesa dos consumidores, que aponta, entre as causas desse volume de doenças, a preparação do leite em pó com água contaminada.

As multinacionais do setor (que vende, no total, Cr\$ 165 bilhões por ano, a metade no Terceiro Mundo, segundo uma agência noticiosa) insistem em que

não se pode estabelecer uma relação entre o leite em pó e a mortalidade infantil, nos países subdesenvolvidos e em desenvolvimento, afirmando que o principal risco decorre da preparação, pois em 99% dos casos é utilizada água não potável e, muitas vezes, contaminada.

Fontes norte-americanas informaram que o governo Reagan decidiu votar contra o código, considerando que ele viola as leis de liberdade de expressão e livre empresa dos EUA, com a proibição, embora voluntária, da propaganda e promoção dos produtos infantis industrializados.

Dia das Mães na periferia

CSP 15/02/81
As mulheres e mães do Setor Itaquera, principalmente as da Comunidade de Cristo Redentor, em Cidade Lider, Itaquera, comemoraram o Dia das Mães de uma forma muito especial. É que a comunidade recebeu a visita do cardeal arcebispo de São Paulo, d. Paulo Evaristo Arns.

Assim, que resolveram convidar d. Paulo, para conhecer a comunidade, decidiram que a visita não deveria ser num dia qualquer; foi aí que as mulheres e mães deste setor optaram pelo Dia das Mães. Elas pretenderam com isso denunciar o caráter puramente comercial da data.

Como saudação a d. Paulo, uma mulher, em nome de todas as mulheres das comunidades do Setor Itaquera, leu um documento em que denunciava a propaganda desse dia, que leva muitas pessoas a se sacrificarem a própria alimentação na compra de presentes, fato que só interessa às lojas e indústrias. Diziam ainda, que na periferia o Dia das Mães, é todo e qualquer dia, pois aí muitas delas não têm nem condições de ser mãe, pois muitas vezes são obrigadas a deixar os filhos sozinhos em casa, sem maiores cuidados ou carinho, para irem trabalhar em fábricas, oficinas de costura, etc, onde são extremamente exploradas por serem mulheres.

O projeto de controle de natalidade, também foi denunciado como algo estranho a elas, pois pensam que a decisão sobre o número de filhos deve ser única e exclusivamente do casal. Além das denúncias, elas partilharam, com d. Paulo, a alegria das lutas e vitórias da participação da mulher por melhores condições de vida. Terminaram o documento dizendo contarem com o apoio de d. Paulo nas suas lutas, na construção de um mundo melhor.

Depois da leitura do documento, falou ainda Ulmar Pereira Lima,

dizendo: "somos trabalhadoras humildes, e vamos lutar. Há de mudar esse sistema que nos oprime, e nós haveremos de ser iguais, teremos salários justos, para termos uma vida digna com nossos maridos e filhos; viver em paz e frequentar a Igreja, porque uma pessoa com fome, não tem nem vontade de rezar".

No seu sermão d. Paulo disse às mães, que Cristo o mandou para que falasse, que Ele estará sempre no meio delas para lhes dar força e coragem. Terminou o sermão dizendo que Cristo mandara dizer três coisas às mães: primeiro agradecer-lhes por elas sempre cuidarem para que ninguém na família e na comunidade se perca, para que elas se tornem sempre mais fortes, distinguindo o que é certo, recebendo a força de Deus, além de pedir e exigir o que pertence a elas. Disse, além disso, que Jesus ainda mandara agradecer o amor das mães, que as levam a servir finalmente a terceira coisa que Jesus mandara dizer é que as mães são amor, misericórdia e justiça.

Logo após o sermão, encerrou-se a celebração com um minuto de silêncio, em que se pediu pelas mães de todo o mundo, que geram muitas vidas, e que estão vendo essas vidas serem destruídas. "queremos fazer um momento de silêncio, por todas as mães que tiveram seus filhos mortos pelas guerras, pela fome, pela repressão, e por todos os tipos de violência. Queremos estar perto, especialmente das mães de El Salvador e da Irlanda do Norte, onde muitos filhos estão sendo mortos. Queremos que o sangue derramado, venha sacudir nossos corações, para que unidos lutemos para que se acabe essa violência, e se construa um mundo com mais vida e paz".

A visita de d. Paulo, segundo várias mulheres, veio confirmar o trabalho desenvolvido por elas na periferia, e lhes dar maior ânimo na caminhada.

Saúde quer limitar uso de leite em pó

A Secretaria de Saúde do Estado deverá restringir a distribuição de leite em pó nos postos de atendimento à população, seguindo a recomendação da Organização Mundial de Saúde (OMS) para ser estimulado o aleitamento materno, mais adequado às crianças. A nutricionista Maria Lúcia Stefanini esclareceu que falta ainda estudar a forma da restrição, para que não haja risco de afugentar do controle sanitário a população carente atraída pelo leite grátis.

Pediatras de São Paulo manifestaram-se também favoráveis ao documento da OMS, que propõe: proibição da propaganda comercial direta de leite em pó; a indicação no rótulo dos produtos industrializados de que a amamentação materna é superior e a advertência sobre os riscos para a saúde dos bebês, no caso da preparação inadequada do produto; a proibição de distribuição de amostras grátis; e a eliminação do pagamento de comissões e bonificações pela venda dos substitutos do leite materno.

A principal fabricante de leite em pó e alimentos infantis no Brasil, Companhia Industrial e Comercial Brasileira de Produtos Alimentares (Nestlé), prometeu se manifestar hoje sobre o assunto.

RESTRICÇÕES

Maria Lúcia Stefanini, que também é integrante da Comissão Permanente de Coordenação do Projeto de Incentivo ao Aleitamento Materno, adiantou que "talvez o leite em pó passe a ser distribuído nos postos de saúde apenas a partir dos 3 ou 6 meses de vida da criança". Ela ressaltou, entretanto, que essa mudança é "delicada" porque, além de a distribuição estar sendo feita há mais de 20 anos, há o risco de que as mães pobres deixem de ir aos postos, "provocando a perda, por parte da Secretaria, do controle de saúde dessa camada da população".

Segundo a nutricionista, porém, o Brasil deverá adotar outras quatro fórmulas para coibir o uso desenfreado de leite em pó: na medida em que o voto do país foi favorável ao documento da OMS, elaborará uma legislação "para adaptá-lo à nossa realidade"; a Nutrição será uma disciplina obrigatória no ensino brasileiro com ênfase para a área de aleitamento materno; a estrutura hospitalar das maternidades sofrerá modificações, criando alojamentos conjuntos (o bebê fica com a mãe, em lugar de no berçário); e, o que será feito imediatamente pela Secretaria, o treinamento do pessoal dos postos para conscientizar as mães sobre as vantagens do aleitamento materno.

POBREZA

O alto índice de mortalidade infantil detectado pela OMS, provocado pela falta de aleitamento materno, de acordo com Maria Lúcia Stefanini, deve-se muito às precárias condições de vida da população de baixa renda, ou seja, à pobreza. O maior risco, segundo ela, é o da utilização de água (normalmente contaminada) sem nenhum tratamento, seja no preparo do leite em pó ou na administração direta à criança. A situação de pobreza da população induz também a

Só EUA contra a decisão da OMS

A Organização Mundial de Saúde (OMS) ratificou ontem, em Genebra, por 118 votos a favor, um contra e três abstenções, o código que recomenda restrições ao uso do leite em pó na alimentação de bebês, visando estimular o aleitamento materno. O voto negativo foi o dos Estados Unidos, e as abstenções, da Argentina, Japão e Coreia do Sul.

Na votação inicial, anteontem, Chade e Bangladesh haviam votado contra, ao lado dos Estados Unidos, mas os representantes dos dois países mudaram seu voto, explicando que foram confundidos "por manobras de procedimento". Outras cinco nações, que na primeira votação se abstiveram, ontem votaram a favor do código.

uma economia nociva à saúde das crianças: as mães diluem o leite em pó fora da proporção recomendada e o engrossam com farinhas, diminuindo mais ainda o seu poder nutritivo inferior.

A nutricionista afirmou que, por isso, seria normal que as mães mais pobres alimentassem os filhos com o leite próprio, o máximo possível, o que não acontece porque a propaganda do leite em pó produz uma disposição favorável à ele na população e na classe média, gerando insegurança quanto ao aleitamento materno.

APLAUSOS

Pediatras de São Paulo também aplaudiram o documento da OMS, acrescentando outras razões pelas quais é necessário coibir o aleitamento artificial, em favor do materno. O vice-presidente da Sociedade de Pediatria de São Paulo, José Liberman, disse que apoiava "em tudo" o código, "pois leite de vaca é bom para bezerro".

Ele explicou que, em termos médicos, "é muito difícil a ocorrência de impossibilidade materna de amamentação, mas a propaganda abusiva induz ao contrário, forçando a colocação do produto artificial que, além de não ter as propriedades que o da mãe, pode provocar doenças devido ao manuseio".

Já o pediatra Faúzi Mucari considerou "a civilização como uma das responsáveis pelo desmame precoce, no qual o fator emocional é preponderante". Sem falar dos aspectos de vaidade pessoal das mães da classe média e alta, o pediatra enfatizou que "as necessidades de trabalho da vida moderna contribuem bastante para o que se chama perda do leite".

Segundo ele, a produção do leite materno é controlada pelo sistema neuroendócrino, que é afetado pelas condições de vida que a pessoa leva. Assim, por exemplo, se a mulher trabalha e fica distante do filho por muito tempo, entre outras causas, a tendência é de que o leite "seque" em pouco tempo.



Crianças são cuidadas por vizinhança

CATARINA ARIMATÉIA

“Os cuidados permanentes diurnos de que necessita o pré-escolar cuja mãe trabalha fora do lar, serão executados por lares vizinhos, ou seja, pela colocação do menor em outras famílias durante o horário de trabalho da mãe.” Seguindo este propósito, o comitê brasileiro da Organização Mundial para Educação Pré-escolar (Omep), já conseguiu implantar, em sete cidades satélites de Brasília (Planaltina, Gama, Ceilândia, Taguatinga, Sobradinho, Núcleo Bandeirante e Guarã), um sistema que permite a todas as crianças carentes ter um lugar para ficar, geralmente em casas vizinhas às suas, enquanto suas mães saem para trabalhar.

A creche domiciliar, como é chamada, conta com o apoio da Fundação do Serviço Social, órgão governamental da Secretaria de Serviços Sociais. Através de um convênio firmado com a Fundação, a equipe da Omep, segundo informou Maria Cunha, uma de suas integrantes, “conseguiu formar 700 crecheiras, e mais de cinquenta “visitadoras”.

A mobilização das famílias interessadas em colocar e receber menores é realizada através da divulgação da programação pela Fundação do Serviço, do Centro de Treinamento e Recreação local, pelas obras sociais das comunidades, pelos grupos comunitários e, também, pelas próprias mães interessadas que chamam outras a participar.

A inscrição das “mães crecheiras” e “mães de origem” é realizada através de entrevistas. As informações obtidas nestas entrevistas iniciais são conferidas através da realização de uma visita domiciliar, a qual informará a conclusão pela admissão ou não da família interessada na programação. Cada “mãe crecheira”, após a admissão, deve cuidar de, no máximo, 6 crianças de 0 a seis anos.

A crecheira tem por obrigação manter a casa nas condições gerais exigidas, quando de sua admissão no programa; dar a devida atenção às moças visitadoras, que dão recreação às crianças; participar das reuniões no CTR, levando os menores, sempre que convocadas; dispensar às crianças os cuidados exigidos e fornecer, no mínimo, três refeições diárias para elas; manter a vacinação das crianças em dia.

A “mãe de origem”, por sua vez, deverá comunicar sempre ao CTR quando entrar em licença de gestação ou quando ocorrer desemprego, e/ou doença na família. Deverá, ainda, fornecer o vestuário das crianças, escovas de dente, pasta e toalha.

Para Maria Cunha, esse sistema permite atender à criança carente em várias áreas: lazer, educação e saúde. E a creche domiciliar, — implantada em vários países — além de liberar a mãe que quer ou necessita trabalhar fora, permite a criação de novos empregos, porque a crecheira também recebe remuneração: uma taxa de mil cruzeiros por cada criança de que cuida e uma parcela do salário da mãe, combinada anteriormente. As moças visitadoras são escolhidas dentro da própria comunidade e sua escolaridade varia de 1.º a 2.º grau. Elas são contratadas de acordo com o número de crianças e são responsáveis por dois tipos de atividades: em primeiro lugar, recebem bicicleta, capa de chuva e uma sacola. Dentro, levam jogos apropriados para a idade das crianças, material para desenho e lápis de cor. Cada uma delas deve cuidar de dezesseis creches domiciliares próximas de suas casas, com visitas realizadas uma vez por semana. Além disso, recebem aulas de equipe multidisciplinar, implantada em cada cidade-satélite, oferecidas pelos integrantes da Omep. Nessas aulas, que são quinzenais, a equipe discute junto com as visitadoras e as crecheiras como orientar, alimentar e tratar uma criança.

Nos dias em que a equipe multidisciplinar oferece as aulas, as crianças fazem recreação. De acordo com Maria Cunha, estes são dias de “festa” para as crianças. “Enquanto crecheiras e visitadoras recebem orientação, os menores brincam e se divertem no Centro de Treinamento e Recreação (CTR)”.

O CTR não possui sede própria. As aulas e a recreação das crianças são feitas em locais cedidos por escolas, igrejas, centros espíritas, associações de bairro e entidades diversas.

INAUGURADA NOVA CRECHE DA SEGURANÇA PÚBLICA

Com capacidade para atender 150 crianças e dotado de todo o esquema assistencial necessário, foi inaugurado ontem, por da. Silvia Maluf, presidente do Fundo de Assistência Social do Palácio do Governo — FASPG —, e da. Dulce Vieira de Souza Gonzaga, esposa do secretário da Segurança Pública, o Centro de Convivência Infantil da Secretaria de Segurança Pública do Estado. Destinada exclusivamente aos filhos de funcionários civis e militares daquela Pasta, a creche terá, ao todo, 46 funcionários que operarão nas áreas de orientação pedagógica, nutricional, médica e psico-social. O novo CCI deverá estar funcionando dentro de três meses.

Segundo da. Dulce Gonzaga, a tarefa da implantação do Centro de Convivência Infantil da SSP foi passada às suas mãos por da. Silvia Maluf, dando sequência ao programa de instalação de creches em Secretarias Estaduais, que vem sendo desenvolvido pelo FASPG. "A maior parte dos recursos empregados foi obtida através de colaborações de amigos e doações de empresá-

rios. Apenas a aquisição do consultório médico exigiu verba da Secretaria da Segurança Pública". O CCI está instalado na rua Baronesa de Itu, 310, num prédio que foi alugado e inteiramente restaurado para a adaptação da creche.

MEDIDA NECESSÁRIA

O secretário da Segurança Pública, desembargador Otávio Gonzaga Júnior, que também esteve presente à inauguração, considerou a criação do CCI uma medida necessária, "com o objetivo de amparar os filhos dos servidores da SSP enquanto esses desenvolvem suas atividades profissionais". A Secretaria mantém, em sua totalidade, 80 mil funcionários, diante do que — segundo o FASPG — será necessária a implantação de mais dois Centros de Convivência Infantil.

Em seu discurso, da. Silvia Maluf salientou o apoio que tem recebido de amigos e abnegados, "o que permitiu que os CCIs fossem montados. Com a inauguração dessa 7.ª



Dona Dulce Gonzaga (falando ao microfone), uma das presentes à inauguração

unidade dentro do setor público, sobe a 550 o número de crianças que se utilizam do Centro". Acrescentou que, até o final de sua administração à frente do FASPG, estarão instalados CCIs em todas as Secretarias. "retribuin-

do, assim, um pouco da dedicação dos funcionários estaduais".

Para o suprimento das 150 vagas disponíveis, da. Dulce Gonzaga efetuou levantamentos técnicos de acordo com o critério de priorizar os servi-

dores mais desfavorecidos. Segundo ela, depois de selecionados através de concurso, os funcionários que atuarão na creche realizarão treinamentos e, possivelmente, dentro de três meses o CCI estará funcionando.

Joel Rufino dos Santos

Ilustração de Mariza



A manha

Folhetim

17/6

24/51

Conta John Mawe que a primeira coisa que os trabalhadores velhos de Minas ensinavam aos moleques, ou recém-chegados, era como roubar diamantes. Primeiro, treinavam com feijões, atirando de longe para a boca aberta; ensinavam, em seguida, a esconder os muito pequenos nas dobras dos dedos. "Os Negros palmam os diamantes até com os dedos dos pés, aonde os conservam algumas vezes horas inteiras, e os levam nelas para as senzalas." Outra: enfiá-los nas narinas, fingindo aspirar rapé, o que exigia, pelo menos, deixar crescer as unhas. Mas o recurso predileto era mesmo engolir (e o castigo para o suspeito um purgante de pimenta malagueta em cela forte).

Cento e sessenta anos depois, eu subia uma escada do Presídio do Hipódromo, SP, para o regulado banho de sol. Cruzou com Cidão — negão capaz de impressionar tanto um traficante de escravos de 200 anos atrás, quanto um turista alemão na Marquês de Sapucaí. Eu acabara de chegar, ele era o xerife da casa. Me perguntou:

— Qual a tua manha, neguinho, para ficar com os políticos?

Os presos políticos, conquistáramos regalias: banho quente, cozinha só pra nós, visita mais longa... Inútil explicar-lhe que havia presos políticos pretos (verdade que menos de dez, em todo o País). Ele queria a fórmula. A sua dera em mais de 400 anos de cana, sem contar os "pepinos" que estavam por pintar. Exigia, ali na escada, a minha manha.

É certo que a rebeldia foi o cotidiano do negro brasileiro. Ele brigou, ainda na África, contra pumbeiros (agenciadores do tráfico), contra a tripulação dos negreiros, contra senhorês, feitores, capitães-do-mato, contra índios e contra outros negros... Brigou de lança, flecha, alfinete — as bús que o enfiavam, vingativamente, pelos ouvidos dos bebês brancos —, aborrendo, enrolando a língua até a asfixia, bebendo vômito de variolado (a história oficial, é claro, só conta a resistência pela fuga, os quilombos). A luta atual contra a discriminação racial tem, como se vê, uma comprida e límpida tradição atrás de si.

Tem, porém, a outra margem: a manha. Cronologicamente, o primeiro grande manhoso foi Henrique Dias, premiado com o eterno reconhecimento da Pátria pela mão que deu aos senhores lusitanos na expulsão dos senhores batavos. Vem depois uma lista comprida de "negros de alma branca" — Caldas Barbosa, Montezuma, Torres Homem, André Rebouças, Machado de Assis, Nilo Peçanha, Edson Arantes do Nascimento... Criaturas mais ou menos escuras na vitrine da nossa democracia racial. Pencas de negros que, assimilando as regras do jogo, triunfaram no mundo dos brancos.

Tinham a fórmula que Cidão me cobrou a caminho do sol.

Mawe, Luccock, Saint-Hilaire — esses argutos viajantes do alvorecer do século 19 — se espantaram de ver em Minas tanto negro rico, dono de escravo. Um, Felipe Mina, quando surrava os seus negros, contam que advertia: "Agora num vai dizer que branco é mau." Branco, era ele, naturalmente. Que era isso? A mineração, atividade aleatória, de know-how africano, gerando uma sociedade vibrátil e complexa, favorecia a mobilidade social.

Mas não esquecer que havia, também, aí, oportunismo de oprimido: se estou condenado a esta sociedade, usarei dos seus meios para sobreviver e trepar. Havia mimetismo: quanto menos negro — e, por suposto, africano — eu for, mais oportunidades terei. E, enfim, plasticidade: quando isso me ajudar a viver e trepar, serei negro; quando não, não.

Há poucos meses, na favela da Rocinha, RJ, ali atrás do Hotel Nacional, professoras do grupo escolar quase foram demitidas. Vinham dando aulas de cultura negra — um tantinho de arte africana, um bocadinho da religião dos Orixás... Diversas mães levaram à diretora um abaixo-assinado: parassem com aquilo, dessem a matéria normal, pois se estavam exatamente querendo tirar da cabeça dos filhos aquelas coisas!...

Deve-se encarar com cuidado esta rejeição: é manha pura. As zelosas mães negras da Rocinha queriam treinar — feijão de longe para a boca aberta — como esconder diamantes.

A manha é típica, mas não é específica, do negro brasileiro. Em toda a América ele tirou sua roupa africana — até mesmo no Haiti que, à primeira vista, lembra a África em conserva. Não podia, entretanto, vestir integralmente a européia, talhada para outros homens e curtida por outros meios. Fez nascer, então, uma cultura nova: negro-americana (afro-americana, preferem outros). Se poderia pensar que o parto dessa nova cultura, e dentro dela, o comportamento ambíguo do negro, foi lentíssimo. Foi. Mas já era vivo no segundo século da nossa colonização.

Pode-se tomar o exemplo do Quilombo dos Palmares, 1630-1695. (É bom saber, de passagem, que quilombos, palenques, existiram por toda parte, desde a Virgínia até o Uruguai). O que a pesquisa histórica vem demonstrando, afasta-o da África; ou, antes, coloca-o como criação original negro-brasileira. Desses três elementos básicos — a organização social, a religião e a língua —, só o primeiro reproduz relativamente o africano: havia em Palmares uma “escravidão patriarcal” semelhante à de tantas sociedades daquele continente. A religião oficial (até onde se pode usar a expressão) era a católica. O próprio Zumbi havia sido coroinha de um padre de Porto Calvo, que lhe ensinou latim e história sagrada. Com aproveitamento: manha do negrinho. A língua era o pretuguês.

Este par de categorias rejeição-aceitação (opção entre a briga e a manha), trabalhada exaustivamente pela sociologia americana, atravessa toda a história do negro da diáspora. Zumbi x Henrique Dias. Negros apalencados x negros que roubavam diamantes para comprar sua liberdade e escravizar outros negros. Negros bandidos, como Cidão x neguinhos manhosos no meio de presos políticos.

O mais interessante é que esta ambivalência do negro em conjunto divide cada negro em particular — e a dubiedade psicológica do negro é outro tema predileto da Psicologia Social americana. Zumbi, símbolo máximo da resistência à opressão dos senhores brancos, fez manha — como já mostrei. Henrique Dias, símbolo da capitulação diante dos senhores, teve momentos de rebeldia e altivez — e nunca conseguiria, de resto, os prêmios que buscou por sua fidelidade. Machado de Assis, que aderiu, deixou uma obra profundamente crítica; Lima Barreto, que resistiu, era louco para entrar na Academia Brasileira de Letras. E assim por diante.

Haverá uma terceira margem?

Joel Rufino dos Santos é historiador e escritor.

FUNDAÇÃO CARLOS CHAGAS

Depto. de Pesquisas Educacionais
Biblioteca

Jornal: FOLHETIM (227)

Data 24 / 05 / 1981

Pág. 1, 8 - 11

Pasta n.º

N.º do recorte 0871

O INDIVÍDUO MULHER

Biblioteca

FCC

O feminismo e a antropologia em uma discussão sobre a identidade feminina

Folheto

V. 1

24/5/81



Feminismo e

Antropologia

A coleção "Perspectivas Antropológicas da Mulher", merece as boas vindas de todos os que se interessam por entender a situação da mulher no Brasil, já que se propõe a tornar acessíveis os resultados produzidos pelas pesquisas em andamento sobre o tema, o que nos dará a possibilidade de recolocar em discussão, com algum proveito, as questões teóricas que até agora têm orientado estas pesquisas. O ensaio com que Bruna Franchetto, Maria Laura Cavalcanti e Maria Luiza Heilborn abrem o primeiro volume da coleção tem o mérito de levantar algumas destas questões, retirando-as dos limites acadêmicos em que estavam confinadas e permitindo, assim, a ampliação do debate.

O objetivo das autoras é analisar os "discursos ideológicos" que caracterizam o discurso produzido pelo movimento feminista, entendido como "um movimento social que eclode no final da década de 60 nos chamados países de capitalismo avançado: Estados Unidos, França, Alemanha, Itália e Inglaterra". Afirmando que este discurso, apoiado nas características biológicas do sexo feminino, teria criado uma "identidade feminina universal" e elaborado, através da leitura equivocada de pesquisas antropológicas, "mitos e utopias" sobre a condição da mulher, as autoras pretendem promover uma "desnaturalização e concomitante relativização da categoria mulher".

No entanto, a perspectiva teórica escolhida pelas autoras encaminha a sua análise para um resultado tão insatisfatório quanto consideram o estado atual da discussão feminista. Criticando principalmente a influência do evolucionismo (na antropologia e no feminismo), pela sua proposta unilinear de compreensão da história humana, as autoras optam por uma ótica que parece igualmente ignorar as descontinuidades e diferenças sociais no mundo de hoje.

Esta escolha é assim explicitada: "O individualismo, nome que este sistema moderno toma pelo deslocamento da representação da totalidade para o indivíduo, agencia uma contínua fragmentação do todo social em domínios crescentemente autônomos. Daí que, para Dumont, falar em

instâncias como político, econômico, ideológico, psicológico, só é possível em se tratando de sociedades que procederam à autonomização dessas esferas, as sociedades modernas".

DIREITOS IGUAIS

Dentro desta "concepção moderna do indivíduo", o traço que mais as interessa é a igualdade, uma vez que privilegiam dois aspectos da luta feminista: a autonomização da esfera da sexualidade (em relação à família) e a afirmação dos direitos de cidadania das mulheres. A própria necessidade de uma luta das mulheres pela obtenção desses direitos, nos países escolhidos, como exemplares da "consolidação da prevalência do indivíduo (ou de seus interesses) sobre o social", torna problemática a definição destas sociedades a partir de uma única determinação.

Este problema não é sequer colocado, assim como não é levantado o da retração do movimento feminista naqueles países, paralelo a um desemprego sempre crescente e ao ressurgimento de uma série de teorias mostrando a importância da presença da mulher no lar, junto a seus filhos. A ideologia da "volta ao lar" certamente nos obrigará daqui por diante a levar em conta outras variáveis ao discutir a identidade feminina — e o papel da família — nas sociedades capitalistas.

A proposta inicial das autoras, de discutir as relações entre a antropologia e o feminismo, se transforma no decorrer de sua reflexão, numa crítica unilateral à luta das mulheres contemporâneas. As categorias políticas do discurso feminista — qualificado como "revolucionário" e "difuso" — são assim analisadas da perspectiva de sua "validade científica", e as categorias antropológicas, quando apropriadas pelo feminismo, do ponto de vista de sua utilização política.

Ao colocarem a ênfase de sua reflexão na crítica ao que há de etnocêntrico no discurso feminista, ao mesmo tempo que resenham as últimas contribuições da antropologia para a compreensão da situação da mulher nas sociedades não industrializadas, as autoras acabam por expulsar da análise as agentes sociais que fizeram a história da "categoria moderna" que pretendem analisar — as

mulheres em movimento. Não se trata mais da relação entre antropologia e feminismo, mas, sim, de pensar o feminismo a partir da antropologia:

"Trabalharemos aqui com uma identidade reflexiva, como a de um Janos voltado para si mesmo. Uma das faces acompanha, selecionando alguns aspectos dessa produção, a incursão da problemática feminista nas ciências sociais, especialmente na antropologia. A outra toma o ponto de vista da leitura antropológica para pensar o feminismo." Entra Janos, sai Pandora.

Meu propósito aqui é o de sugerir que, tentando nos livrar da armadilha unidimensional do evolucionismo, as autoras caem elas próprias na da "modernização" unívoca das sociedades capitalistas contemporâneas e que, ao retirar a mulher do mundo biológico onde aparentemente o feminismo a jogara, a expulsam da história.

A CONTESTAÇÃO DO BIOLÓGICO

Não foi apenas a antropologia evolucionista que operou a constituição de seus objetos de estudo fundada em argumentos biológicos; toda a ciência da época atuou de maneira semelhante — e a mulher e o negro foram objetos privilegiados de sua análise. E foi justamente o questionamento dos fundamentos biológicos do evolucionismo em relação à mulher nas sociedades ditas modernas que deu lugar aos primeiros movimentos de mulheres, os movimentos de controle da natalidade, muito antes do sufrágio desviar essa luta para outros objetivos.

Linda Gordon e Sheila Rowbotham (2) mostram em suas análises o componente social destas lutas, cujo objetivo era exatamente "desnaturalizar" a mulher, e apontam para a estreita relação que havia entre o machismo e o racismo na ciência do século passado. Este questionamento se dava tanto ao nível teórico como político — e colocá-lo entre parênteses como se ele não tivesse existido, seria abandonar um componente importante para a compreensão de que 'biológico' está em questão nos movimentos feministas de hoje.

O que parece estar sendo omitido aqui é a importância da compreensão da história da

Folhetim
24/5/81
12
8Folhetim
24/5/81

Ilustrações de Magliani

utilização política das ineludíveis diferenças sexuais. Mesmo as antropólogas contemporâneas que mais têm se esforçado por relativizar as definições do feminismo, não deixam de reconhecer o papel que a maternidade tem nesta definição. Acompanham as múltiplas maneiras de lidar com ela nas várias sociedades humanas, ou sua rejeição como sinônimo de subordinação ao biológico, primeiro, e recuperação, como sinal de plenitude da identidade feminina, depois, no debate feminista contemporâneo, seria uma das maneiras de tornar mais inteligível esta história.

Segundo as autoras, as mulheres modernas, utilizando erroneamente informações antropológicas, descobrem a "universalidade da opressão feminina". A inspiradora desta descoberta em sua análise,

parece ser Simone de Beauvoir que, apesar de partir de uma "perspectiva existencialista", teria sucumbido a tentações evolucionistas.

É sugestivo que, além dela, as duas outras feministas escolhidas como alvo da crítica sejam a "socióloga radical", filha dos movimentos antiautoritários dos anos 60 (como esclarecem as autoras), Shulamith Firestone, e a marxista Evelyn Reed. A crítica ao evolucionismo foi durante muito tempo um recurso comum dos praticantes das ciências sociais para criticarem o marxismo sem nomeá-lo — o que fez com que o contexto histórico das relações sociais, apresentado como uma simples "busca das origens", fosse relegado a segundo plano nas suas análises. Isto pode ter tido, inclusive, a sua parte de responsabilidade, para equilibrar a

balança, na ênfase dedicada a uma história das mulheres nos escritos feministas dos últimos anos.

"NÓS NÃO NASCEMOS MULHERES"

Os equívocos de Simone de Beauvoir serão os da etnologia de sua época — como nós herdaremos os da nossa —, e o interesse de sua obra não deriva de sua pesquisa antropológica, toda ela apoiada em fontes secundárias, mas na frase genial que a resume ("on ne naît pas femme, on le devient") e que reintroduziu a história no debate contemporâneo sobre a situação da mulher (3).

Mesmo nestes tempos "modernos" seria possível pensar que de fato nós não nascemos mulher, nós aprendemos a sê-lo, agora não mais apenas segundo os parâmetros ditados pela sociedade a

que pertencemos, mas também conforme as regras monotonamente recitadas por um certo tipo de feminismo que pretende inventar a mulher que seremos — e ao qual a frase de Simone nos incita a resistir.

Neste sentimento, Simone parece mais "individualista" do que as autoras o reconhecem, já que abre a possibilidade de questionarmos a mulher socialmente definida em cada época. Seja lá qual for a explicação via individualismo, tampouco parece se adequar muito bem à descrição dos movimentos feministas quase como um retorno a experiências comunitárias (também frequentes no feminismo "evolucionista" do século 19) na sua tentativa de renegar e denunciar os valores da sociedade capitalista, ou "sociedade moderna", e buscar em práticas

solidárias e não hierárquicas, não centralizadas, não partidárias, um espaço que permita a cada uma inventar a mulher que lhe pareça ser.

Mesmo quando prescrevem a lógica que deveria determinar o movimento das mulheres, as autoras não deixam de perceber isto: "Interessante notar entretanto que, ao apoiar-se nessa lógica reivindicativa e igualitária, o feminismo, ao mesmo tempo denuncia a precariedade do igualitarismo. Ou seja, afirmando a mulher como indivíduo, e portanto o indivíduo como valor, o feminismo torna-se capaz de revelar a presença e operância de uma série de relações hierarquizadas na sociedade moderna, e ganha nesse movimento uma força e poder de transformação efetivos. "Isto é, parece tratar-se aqui antes de um movimento de resistência ao avanço do individualismo — ao compreender sua lógica e recorrer à noção de pessoa de preferência à de indivíduo — do que de um momento a mais na sua instauração.

O reconhecimento desta lógica e a análise das resistências localizadas contra ele está presente, também, na reflexão de Michel Foucault que, ao contrário do que sugere o uso feito de seus trabalhos neste ensaio, aponta para a necessidade de se desconsiderar as fronteiras dos domínios que foram sendo constituídos por uma série de estratégias cuja consequência foi o surgimento do que ele chama de sociedade disciplinar.

MITO E HISTÓRIA

A escolha das três autoras mencionadas, apresentadas como herdeiras presumíveis do combatido evolucionismo, quase como sobreviventes de uma espécie extinta, para ilustrar o que seria o pensamento feminista moderno, ignora também a produção intelectual de toda uma outra corrente contemporânea — da qual Sheila Rowbotham, feminista inglesa, é o melhor exemplo. Em suas análises trata-se de perceber as atribuições comuns às mulheres do nosso tempo, sem ignorar especificidades étnicas, nacionais e de classe, ou outras determinações contextuais que as circunscrevem, e sem o recurso a mitos e utopias, mas à história e à luta política.

Para as autoras, são as categorias modernas de igualdade, consciência, direitos, poder, quando utilizadas nas lutas políticas das mulheres, as responsáveis pela criação de "mitos e utopias" do feminismo, o que se não lhes tira o "valor de verdade", nega-lhes o estatuto de "validade científica". Não sei de nenhuma ciência social que seja imune às lutas políticas de sua época, ou portadora de uma validade extra-social, que não partilhe, enfim, dos mitos de seu tempo. O que as autoras pareciam reprovar ao evolucionismo, reconhecendo sua pertinência ao contexto de sua época, não era justamente a tentativa de transformar regras efêmeras de relações sociais em leis de ciência? No entanto, a análise histórica não pode ser reduzida à criação de "mitos", seja qual for a "eficácia simbólica que lhes possuam.

As autoras dão um bom exemplo da eficácia da mitologia patriarcal quando afirmam: "Na história das relações entre os sexos, o homem, enquanto gênero, por ter sua identidade precipuamente referida ao domínio do trabalho, da política, do público enfim, individualiza-se primeiro. A postulação da mulher enquanto o indivíduo vem questionar a sua alocação exclusiva no domínio do privado, o fundamento da distinção de papéis sexuais, que a instituição familiar, na sua feição nuclear, expressa."

A história das relações entre os sexos não é uma, são várias histórias e são, justamente, histórias a respeito de relações, o que exclui a possibilidade de uma história do sexo feminino e outra, separada, do sexo masculino — ainda que sejam, ambos, conceitualizados como parte de um "gênero". Tentando promover uma desnaturalização da categoria mulher, as autoras parecem elevar a categoria homem a uma identidade universal, individualizada por excelência nas sociedades "modernas", como se fosse possível ignorar as relações entre homens e mulheres na criação das sociedades humanas, como se cada um pudesse percorrer vias paralelas e quase independentes.

A questão, crucial aqui, parece ser a da investigação de como, na assim chamada tradição ocidental cristã, se teria dado esta alocação ex-

clusiva da mulher ao domínio do privado, perceptível pelo menos no nível simbólico, investigação que parece impossível sem a contribuição da pesquisa histórica. (4).

JANOS E PANDORA

Para responder a esta questão não basta postular aquela separação, ainda que ela seja legível nas nossas mitologias, mas perguntar-se por que ela se instaurou como dominante, se fazia parte de um conjunto que incluía outras possibilidades, lógicas e sociológicas? Em todo o caso, para o entendimento da mitologia patriarcal que nos assola, melhor seria acompanhar as análises sobre a mitologia greco-romana, à qual as próprias autoras recorrem, do que evocar mitos indígenas (como os citados, da "aldeia das mulheres" ou das "flautas sagradas"), pouco conhecidos da maioria das feministas.

Lembrariamos, assim, que, se Janos era um deus guerreiro, com o dom de conhecer o passado e o futuro, Pandora, a primeira mulher, cuja criação é concomitante ao roubo do fogo sagrado por Prometeu, foi quem instituiu a possibilidade da história sobre a Terra: desde a sua aparição todos os seres humanos passam a ser mortais. Se do ponto de vista dos deuses isto é uma perda, do ponto de vista humano é um alívio, como Simone de Beauvoir mostrou num belíssimo romance. A presença de Pandora neste corpus mítico é, também, uma boa metáfora de um ganho teórico que não deveríamos desperdiçar.

As autoras têm razão quando afirmam que o feminismo fez um uso político das pesquisas antropológicas — mas tratando-se de um movimento político, isto parece próprio de seu âmbito de atuação, como parece apropriado às autoras analisar o movimento das mulheres com o uso de categorias científicas. O feminismo, no entanto, aparece nesta análise como o fruto de uma árvore sem raízes, produto de uma conjuntura histórica diferenciada que por não ser reconhecida em sua complexidade, parece sujeitá-lo a uma única influência ideológica, a do individualismo-sujeição a que a ciência parece escapar.

Se para uma antropologia, que já incorporou a reflexão histórica a suas preocupações, não se trata mais de discutir

as 'origens' da 'opressão' da 'mulher', tampouco se trata, do ponto de vista político, de ignorar as semelhanças da situação estrutural das mulheres nas sociedades capitalistas, constituindo objetivos comuns à sua luta, o que é muito diferente de pretender uma universalidade da identidade feminina ou uma volta às teorias biológicas do passado.

Isto não implica na impossibilidade de um debate entre a antropologia e o feminismo, mas, sim, em tratar a questão de sua relação em outros termos que não o da desqualificação de argumentos antropológicos quando utilizados

peio feminismo, ou de uma descaracterização do que é político no discurso antropológico (5). Uma análise dos movimentos feministas dos últimos anos, variados e irreduzíveis a um mesmo rótulo, não se confunde também com uma análise do desenvolvimento da teoria e da pesquisa antropológica, especialmente quando se trata desta disciplina como uma área das ciências sociais devotada apenas aos 'primitivos' ou à "sociedade outras".

A antropologia social tem se dedicado cada vez mais aos problemas das sociedades em que vivemos e apontado para as dissemelhanças entre as

várias sociedades que compartilham a definição, comum a todas, de serem sociedades capitalistas. Pela mesma razão oferecida pelas autoras para recusar uma identidade comum à categoria 'mulher', poderíamos não aceitar a categoria 'sociedade moderna', utilizada em seu ensaio como uma entidade indiferenciada.

Ao mesmo tempo que denunciavam sistematicamente o evolucionismo como uma teoria geral da humanidade, por não dar conta dos particulares, as autoras se voltam para uma outra visão da história tão genérica como apresentam esta, a do nas-

cimento e trajetória das sociedades modernas sob o signo do individualismo. Se esta visão parece simplificada demais para o tratamento de sociedades tão diferentes como a francesa, a alemã, a italiana, a inglesa e a norte-americana, torna-se ainda mais problemática quando aplicada indiscriminadamente à sociedade brasileira.

(1) "Perspectivas Antropológicas da Mulher", volume 1, Zahar editores, Rio de Janeiro, 1981. As autoras do primeiro artigo, "Antropologia e Feminismo", são também as diretoras da coleção. O primeiro volume contém, ainda, um ensaio de Tânia Salém: "Mulheres Faveladas: Com a Venda nos Olhos", não discutido neste artigo.

(2) Linda Gordon, "Woman's Body, Woman's Right, a Social History of Birthcontrol in America", Penguin books, 1977; Sheila Rowbotham, "A New World for

Women: Stella Browne Socialist Feminist", Pluto Press, London 1977.

(3) Mesmo as autoras contemporâneas acabam por cair na armadilha evolucionista ao tratar as sociedades não industrializadas como nossos antepassados históricos e concluindo pela 'subordinação' universal da mulher. Ver, por exemplo, M.Z. Rosaldo, "The Use and Abuse of Anthropology: Reflections on Feminism and Cross-cultural Understanding", Signs, 1980, vol 5:3.

(4) Michelle Rosaldo, no artigo citado, faz uma auto-crítica de sua sugestão anterior da utilidade da oposição pública/privado para a compreensão da situação da mulher em qualquer sociedade.

(5) A análise de Lévi-Strauss a respeito da "circulação de mulheres", por exemplo, é retomada pelas autoras sem que se questione a equiparação da mulher à mercadoria, feita por algumas antropólogas e feministas. Manuela Carneiro da Cunha ("Os mortos e os Outros", Hucitec, SP, 1978) observa que entre os Krahô são, na verdade, os homens que circulam — o que se não altera a lógica do sistema, certamente modifica as inferências que daí se possam tirar a respeito da situação das mulheres.

A mulher e a ideologia

*Bruna Franchetto, Maria Laura Cavalcanti
e Maria Heilborn, responsáveis
pela coleção "Perspectivas Antropológicas
da Mulher", respondem, neste artigo,
às críticas da página anterior.*

Todo debate tem o mérito de, ao tornar públicas determinadas questões, colocar em confronto pontos de vista distintos, que no movimento da discussão enriquecem-se mutuamente, contribuindo para o aprofundamento do tema sobre o qual se debruçam — no caso as relações-diálogo entre Antropologia e Feminismo. Assim a leitura de Mariza Corrêa de nosso trabalho ("Antropologia e Feminismo", in "Perspectivas Antropológicas da Mulher I", (Zahar, RJ, 1981) traz contribuições interessantes. Contudo opera algumas confusões em relação ao texto, que convém esclarecer antes de responder às suas críticas centrais.

De imediato, são necessários alguns reparos com relação aos nossos objetivos. Trata-se de "selecionando alguns aspectos da produção teórica sobre a mulher, acompanhar a incursão da problemática feminista nas ciências sociais, especialmente na Antropologia" (a primeira parte do artigo) e de "desenvolver algumas reflexões com relação ao Feminismo tomando o ponto de vista da leitura antropológica" (a segunda parte). Com isso pretende-se "acompanhar a construção da categoria central dessa produção, a de mulher". Na primeira parte visamos circunscrever seu significado nas análises efetuadas, na segunda, o objetivo é o de situar a construção dessa categoria num contexto histórico preciso, através de uma análise do Feminismo enquanto movimento social.

BIOLOGIA SEXUAL

Em nenhum momento do texto afirma-se que o feminismo, "apoiado nas características biológicas do sexo feminino, teria criado uma identidade feminina universal" (grifo nosso). Afirmar-se, sim, que, a partir da individuação de alguns traços desse discurso podemos perceber a construção de uma determinada categoria de mulher. E que essa categoria, em torno da qual se erege a produção teórica em questão, é frequentemente universalizada, fornecendo-lhe uma série de pressupostos não analisados. Como não se trata, também, de "leituras equivocadas de pesquisas antropológicas". Mas de um recurso por parte da problemática feminista à antropologia — o que é perfeitamente legítimo — no questionamento de uma identidade feminina naturalmente dada e na busca de definição do que



seria (m) finalmente a(s) identidade (s) de mulher. Na incorporação dessa problemática à Antropologia tentamos identificar "alguns impasses e problemas". O que nos parece radicalmente distinto da constatação que Mariza Corrêa nos atribui acerca do "estado insatisfatório das discussões feministas".

1. Esses esclarecimentos são relevantes para a discussão das duas críticas centrais que Mariza Corrêa faz ao trabalho. A autora nos atribui uma ingênua confusão entre teoria e política. Em seus termos produziríamos a "desqualificação de argumentos antropológicos quando utilizados pelo feminismo" e/ou a "descaracterização do que é político no discurso antropológico", e uma "análise de categorias políticas do discurso feminista a partir da perspectiva de sua validade científica". Em nossa crítica ao Evolucionismo nós "retiraríamos a mulher da história" e "terminaríamos por concluir que o "feminismo jogou a mulher no mundo biológico". Nada mais contrário ao nosso texto.

Dizer que o recurso aos dados biológicos é um dos elementos que possibilita a formulação da noção de opressão universal da mulher dista muito da segunda afirmação a nós conferida. É justamente na percepção, que no texto enfatizamos, de ser a mulher uma construção social (e social é entre outras coisas histórico) o ponto sobre o qual repousa "toda força política desse discurso".

MULHERES EM MOVIMENTO

Esse projeto de transformação não emerge do nada. É sim, como o diz Mariza Corrêa, produto das "mulheres em movimento". No entanto, todo movimento, todo grupo social, reelabora segundo sua posição no sistema e seu projeto político, discursos, científicos e não, produzidos em seu mesmo ambiente cultural (também este termo em seu sentido histórico). Assim, circunscrevendo a análise no interior do discurso feminista, falamos de como uma vertente dessa produção teórica se apropriou do esquema evolucionista e de dados espalhados sobre diversas sociedades para buscar respostas à questão da origem da opressão.

Determinar como, porque, e quando surgiu tal opressão é um momento importante no processo de construção da identidade de oprimido, fundamental

para o nascimento de um movimento político reivindicatório e/ou revolucionário. Contudo, no momento em que essas categorias são usadas como pressupostos de trabalhos que se querem teóricos parece-nos perfeitamente legítimo julgá-las em sua validade científica. Julgamos correto proceder — como o tentamos — a uma historicização e contextualização dessas categorias no sentido de percebê-las como oriundas de um sistema de representações e valores específico.

Mesmo em termos de uma reflexão sobre a própria luta política do feminismo, o exame das categorias que operam em seu discurso tem seu lugar. Acreditamos que os discursos e sistemas de representações ganham sentido e eficácia na prática social, por sua vez determinada, entre outras coisas, pela particularidade da inserção e trajetória sociais dos grupos em questão. A percepção da singularidade da inserção social das feministas — ~~mas, fornece elementos para o~~ — aprofundamento da discussão propriamente política.

Por exemplo:

Em que a avaliação do problema aborto que as feministas propõem difere das representações e valores de outros grupos e classes sociais? Como ampliar a organização do movimento respeitando as mais diferentes individualidades femininas, aquela igualdade das diferenças, que é a proposta mais interessante do antiautoritarismo feminista, combatendo a institucionalização piramidal e burocrática do poder?

NÍVEL ABSTRATO

Sem dúvida, nesse ponto, a crítica de Mariza Corrêa, com relação ao individualismo como uma noção demasiado simplificada para compreender sociedades tão distintas faz sentido. Entretanto, sem negar "descontinuidades e diferenças sociais", bem como a necessidade de pesquisas que se encaminhem nesse sentido, a pretensão do trabalho não é a de dar conta de movimentos particulares. Pretende-se, na contingência da opção por uma abordagem a nível mais abstrato, recuperar traços comuns que tais movimentos apresentam. Isso não implica desconhecer descontinuidades, mas, em função de nossos objetivos, colocá-las em segundo plano por um momento.

Com relação à sociedade brasileira acreditamos que esse sistema de valores não pode ser tomado como abrangente. É contudo uma problemática que o próprio movimento feminista levanta. Colocam-se evidentemente as questões de em que segmentos opera ou não, que determinações e qualificações outras o atravessam.

2. Chegamos então à segunda crítica central. Em nosso trabalho pretendemos "apontar direções de leitura sobre determinados aspectos do feminismo". Propomos uma visão do feminismo como um dos desdobramentos do individualismo moderno. Segundo Mariza Corrêa, esse procedimento incitaria a uma visão da história tão genérica quanto a evolucionista que denunciámos, definindo as sociedades modernas a partir de uma solitária determinação.

Refutamos essa compreensão. Nosso ponto de vista teórico não elege o individualismo, ou a instância ideológica, como especial em termos de uma hierarquia de determinações. Contudo, situando-se a análise no plano das representações, esse sis-

tema é visto como uma das feições que tais sociedades apresentam, e, acreditamos, ser um instrumento capaz de sugerir pistas interessantes na abordagem dos sistemas de valores dessas sociedades. Uma análise do feminismo que trabalhe ao nível das representações justifica-se porquanto esse movimento pensa-se, entre outras coisas, como uma forma de intervenção cultural.

Assim, não se trata de tomar as "sociedades modernas como uma entidade indiferenciada" (como falar em "sociedades capitalistas" não implica fazê-lo). Buscamos um entendimento da recorrência das propostas e formas de organização das mulheres feministas.

CORPO TEÓRICO

Se bem que apoiadas na obra de Louis Dumont, estamos lidando com um corpo de teorias que permite a utilização do termo sociedades modernas (Ariès, Weber, Polanyi). Está em foco a gênese e desenvolvimento de um certo tipo de sociedade que tem como traço significativo, com relação às demais, a segmentação do todo



social em diferentes domínios. Geram-se esferas crescentemente autônomas, o que historicamente correlaciona-se com o aparecimento de uma determinada representação de indivíduo — aquela de sujeito normativo das instituições, capaz de formular projetos a adotar opções.

Essa mesma matriz ideológica está presente em vários níveis do sistema: na organização do trabalho, na fragmentação das instituições, na semântica do consumo, na oposição público privado, na nuclearização da família, nas investidas que questionam os papéis sexuais, no surgimento e difusão da psicanálise, com a construção de um sujeito a ser conhecido nas etapas de uma viagem interior e da "self-cultivation", etc... Esse movimento procede, é claro, por contradições: por impasses, por inversões: espaços sociais renitentes a deshierarquização, instâncias totalizadoras como a família, o Estado, o Partido, a organização. Aqui, o sujeito-indivíduo é fonte de projetos como de contradições.

Mariza Corrêa argumenta, ainda, que o feminismo seria então mais uma

forma de resistência do que de avanço do individualismo. Ela pensa nas experiências femininas comunitárias que esse movimento fez proliferar.

Individualismo e Associativismo não são fenômenos excludentes. Ao contrário. Em razão da própria representação de indivíduo isolado e, na lógica desse sistema, anterior às instituições, o mecanismo associativista aparece como aquele capaz de superar os limites da ação individual. Os exemplos sobram: movimento negro, movimento gay entre outros. Mariza Corrêa, sem dúvida, aponta uma dimensão interessante do combate à atomização. Porém, o processo de constituição dessas experiências comunitárias, ao menos no feminismo, almeja resguardar um espaço legítimo das liberdades individuais. Trata-se de uma comunidade de iguais, nessa acepção construída por valores individualistas.

Diante da reivindicação comum ao feminismo da realização da mulher como indivíduo pleno, permanece a questão de a partir de que modelo e atributos constrói-se esse indivíduo mulher. ■

Retomemos uma tradição. Há 50 anos não se fala mais oficialmente nos direitos históricos dos índios. Instalou-se no senso comum a idéia de que os índios gozam de privilégios (e não de direitos) porque — e enquanto — não chegaram (ainda) à civilização. Até, lá, outorga-se-lhes uma proteção paternalista, que concede ou reprime conforme as circunstâncias, mas que tenta se substituir à vontade dos índios, a quem não ouve ou, se ouve, não respeita.

Que direitos são esses? Minimamente, direitos históricos a seus territórios, que o Estado tem o dever de garantir, direito a serem reconhecidos como povo, e direito, como todos os seguimentos sociais deste País, à cidadania, isto é, à organização e representação.

SENHORES DAS TERRAS

Os direitos específicos dos índios fundamentam-se numa situação histórica igualmente específica: eles eram os senhores destas terras antes dos colonizadores. Se isto é coisa que pouco se invoca hoje, existe, no entanto, numa sólida tradição jurídica que o sustenta: frei Francisco de Vitória, dominicano espanhol, do século 16, considerado um fundador do direito internacional, não só argumentava que os índios eram "verdadeiros" senhores (de suas terras) pública e privadamente", mas, até, que o Papa não tinha autoridade para atribuir os territórios da América à Espanha e Portugal. Quando ao alegado (na época) "direito de descoberta", ele era tão injustificado, argumentava Vitória com humor seco, quanto se os índios americanos houvessem "descoberto" os espanhóis e se declarassem, por tal razão, senhores destes.

Os reis portugueses reconheceram em várias leis os direitos dos índios sobre suas terras: o alvará de 10 de abril de 1680, mais tarde incorporado na lei pombalina de 1755, isentava os índios de "foro ou tributo algum sobre as terras (tanto os índios silvestres quanto dos aldeados) ainda que dadas em sesmarias a pessoas particulares, porque na concessão destas se reserva

Direitos humanos a hora do índio

Para o índio também está na hora de voltar ao estado de direito, diz, neste artigo,

Manuela Carneiro da Cunha,

N.º 3

da Comissão Pró-Índio

Fotos de Ademir Barbosa

sempre o prejuízo de terceiro, e quero que se entenda ser reservado o prejuízo e direitos dos índios primários e naturais senhores delas".

José Bonifácio, em 1823, começa sua proposta para a "civilização dos índios bravos" pedindo "Justiça, não esbulhando mais os índios, pela força, das terras que ainda lhes restam, e de que são legítimos senhores, pois Deus lh'as deu"... E Rondon e Roquette Pinto, no começo deste século, insistem que nossa relação com os índios, é a da "grande dívida, contraída desde o tempo dos nossos maiores, que foram invadindo seu território, devastando sua caça, furtando o mel de suas matas, como ainda agora nós mesmo fazemos".

Juristas como João Mendes Jr. (1912) e Rodrigo Otávio (1930), este em conferências diante da Academia de Direito Internacional de Haia, sustentam argumentação que vai no mes-

mo sentido, lembrando o primeiro que o indigenato é um título congênito de posse territorial, não sujeito a legitimação, em contraste com a ocupação que é um título adquirido. É na mesma perspectiva que deve ser entendido o artigo 198 da atual Constituição que garante as terras indígenas: reconhecimento de um direito histórico.

TUTELA: A GRANDE DUVIDA

A tutela é consequência desse direito: supõe uma espécie de custódia em que o Estado ficaria responsável pela integridade das terras indígenas (que restam) e decorre de imperativos de justiça (aliás, a tutela surge no direito relativo aos índios apenas em 1831, no momento em que eles são definitivamente libertos da escravidão). Como escreve Rondon: "Longe de ser o índio pesado ao Tesouro Nacional, representa ele uma vítima social do descuido da Nação perante os princípios da Moral e da Razão."



E por isso, prossegue Rondon, que o Estado tem o dever de proteger e de respeitar a organização dos povos indígenas, não procurando transformar o aborígene em trabalhador nacional. Assim, não é (como se pensa atualmente) por serem ignorantes dos usos e costumes da sociedade brasileira que os índios têm direito à proteção especial de Estado, mas em razão da grande dívida histórica.

De onde viria então essa alteração no sentido da tutela? Paradoxalmente, é também a partir da doutrina positivista que a tutela vai assumir o sentido espúrio que faz raízes no sendo comum: pois se Comte repudiava julgamentos valorativos sobre outras culturas — que manifestavam passos da “marcha progressiva do espírito humano” — era no entanto o dever dos povos que já estavam no “estado positivo ou científico” acelerarem o “desenvolvimento mental e social” dos povos no estado teológico. Havia pois, subentendida, uma missão civilizadora, que hoje aparece estrepitadamente paralela à ideologia cristianizadora que animava a colônia até Pombal. O valor universal da fé cristã não era questionável como não o era, para Comte, o da civilização ocidental onde desaguava o “progresso”.

É curioso, aliás, seguir-se o diálogo de surdos que, sob a aparência de harmonia de propósitos, se tratava entre Rodolfo Miranda, ministro da Agricultura em 1910, quando da fundação do SPI (que dependia desse ministério) e Rondon, seu primeiro diretor. Enquanto Rondon proclama que sua ação é destinada a “redimir os índios do abandono e integrá-los na posse de seus direitos, respeitando sua organização social feticheira... e aguardando sua evolução”, Rodolfo Miranda fala explicitamente em “catequese indígena com feição republicana”.

A metáfora de Comte (ou melhor seu pressuposto), de maior sucesso e mais duráveis consequências foi, creio, a que associava o desenvolvimento da espécie e do indivíduo. Essa metáfora, que serviu de base a argumentos tautológicos, faz povos não ocidentais passarem a “primitivos” e

se tornarem, para o Ocidente, testemunhas de estágios históricos anteriores. Adquiriram o status da “infância da humanidade” e seus membros eram, em decorrência, “grandes crianças”.

Observe-se que ao ser fundada a sociologia propriamente dita, a discussão das diferenças até então travada no plano da natureza dos homens (o século 16 se pergunta se os índios são homens, o século 18 e 19 se, sendo humanos, eles pertencem à mesma espécie zoológica dos outros povos) desloca-se para o plano da natureza das sociedades, que passam a se dispor ao longo do gradiente do progresso que desemboca — onde mais? — na nossa sociedade.

INTEGRAÇÃO E CIDADANIA

Dentro dessas premissas, a tutela passa, portanto, a ser o instrumento da missão civilizadora, uma proteção concedida a essas “grandes crianças” até que elas cresçam e venham a ser “como nós”. Ou seja, respeita-se o índio enquanto homem, mas exige-se que se despoje de sua condição étnica específica. É esta, mostrava Sartre, a propósito dos judeus, a forma democrática, liberal, do racismo.

É esta a concepção que leva, também, a entender a integração como sinônimo da assimilação. E se há algo nefasto é essa confusão de termos. O homem é um ser social, de início. Ele é dado em sociedade e não é concebível fora dela. Os direitos do homem se aplicam, portanto, a um homem em sociedade: supõem assim direitos das sociedades, direitos dos povos. Ora, um direito essencial de um povo é o de poder ser ele próprio. Querer a integração não é, pois, querer assimilar-se: é querer ser ouvido, ter canais reconhecidos de participação no processo político do país, fazendo valer seus direitos específicos.

Politicamente, os índios foram, no início da Colônia, percebidos como nações autônomas. Numa Provisão de 9 de março de 1718, o rei de Portugal chega a declarar os índios não somente livres, mas isentos de sua jurisdição. Se não foram estabelecidos tratados políticos com eles, como aconteceu nos EUA, foi em grande parte, sustenta João Mendes Jr. pela pouca concorrência dos países europeus pelas terras brasileiras. Realmente, nunca se tratou tanto os índios como nações quanto em épocas de litígios e busca de alianças: no início da Colônia, em momentos de alargamento das fronteiras portuguesas, e na questão do Marquês de Pombal contra os jesuítas.

Enquanto nessas épocas se invocavam os princípios da justiça, no restante, valiam sobretudo as chamadas razões de Estado. E é sabido que o Estado tem razões que a justiça desconhece. Dentro dessa razão, os índios foram essencialmente tratados como mão-de-obra (escrava na maior parte) e como parcelos comerciais que traziam as “drogas do sertão”. Hoje, reduzidos a uns 210 mil indivíduos, sem peso significativo enquanto mão-de-obra, suas terras são o que resta a cobiçar. Trata-se, agora, de substituí-los por gado, construir barragens, explorar minérios. O índio, em suma, é hoje totalmente supérfluo: um luxo.

OS POVOS DO BRASIL

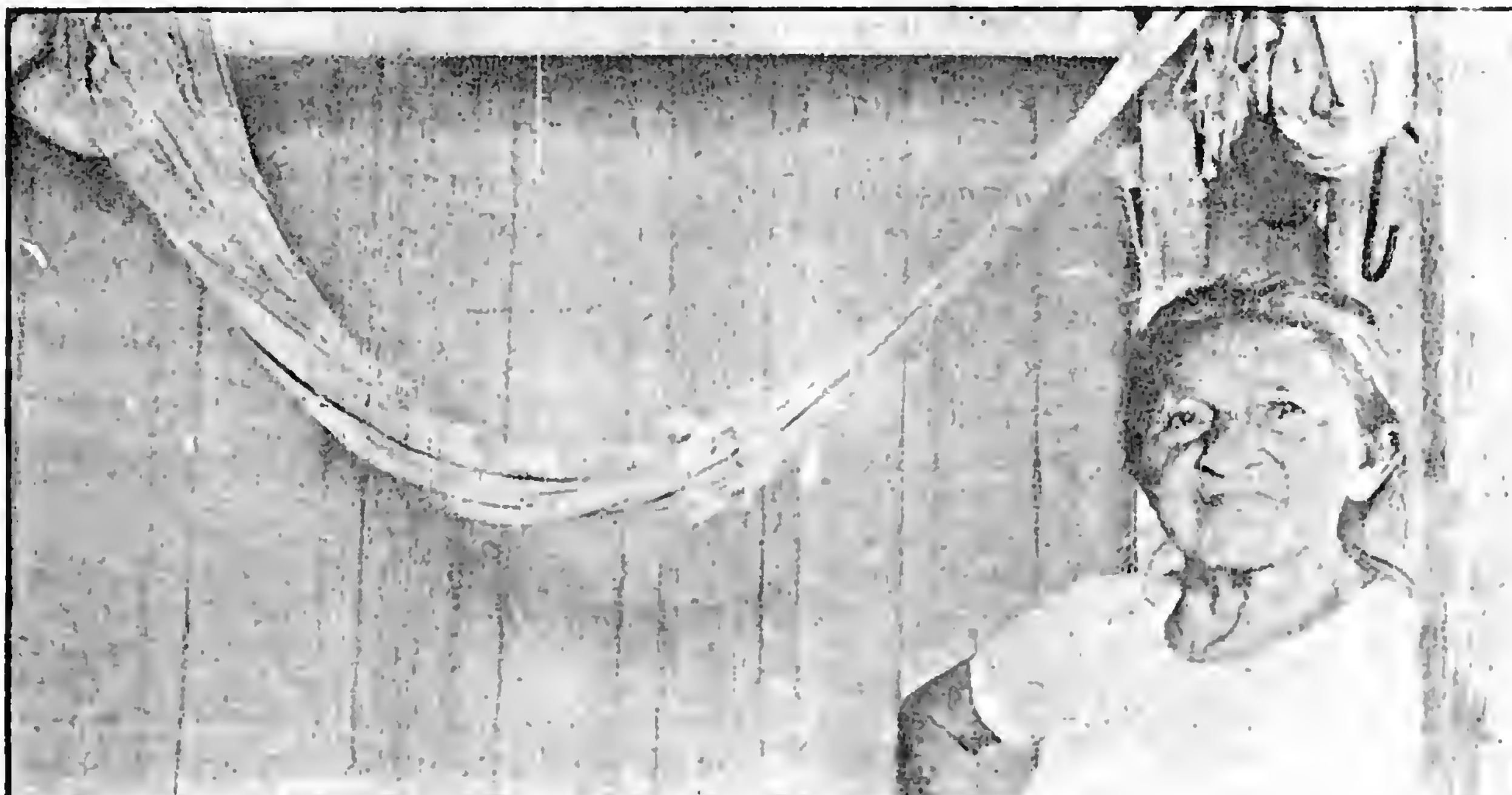
No entanto, a proposta positivista para a 1.ª Constituição Republicana declarava o Brasil constituído pelos seus Estados e pelas "hordas fetichistas empiricamente confederadas". Era o reconhecimento do Brasil como um Estado constituído de povos diversos, sujeitos à supremacia de um Estado único. Ao Brasil cumpria, nas palavras de Rondon, "reconhecer o dever que lhe cabe de respeitar a confederação empiricamente confederadas fetichistas espalhadas pelo território da República mantendo com elas as relações amistosas devidas e garantindo a proteção do governo federal contra qualquer violência, quer em suas pessoas, quer em seus territórios".

Hoje, os índios têm reivindicações concretas: reclamam entre outros seus direitos coletivos sobre suas terras, direitos à organização e a canais de representação, direitos individuais, por exemplo o de ir e vir livremente. Ora, as terras são constantemente violadas por particulares, mas sobretudo por obras públicas que não respeitam as garantias do artigo 198 da Constituição e o artigo 20 do Estatuto do Índio; as tentativas de organização são coibidas e o chefe da Casa Civil da Presidência encaminha ao ministro do Interior parecer do SNI contendo instruções explícitas nesse sentido, conforme consta de documentos divulgados em abril pelo CIMI-Norte; a tutela, enfim, é exercida pela Funai como coação sobre os índios, tidos como "grandes crianças". Quando o Tribunal Federal de Recursos pronuncia-se em julgamento exemplar, em novembro do ano passado, contra essa interpretação coativa da tutela, o governo propõe uma mudança da lei que permite punir os líderes com emancipação compulsória... Em suma, se a lei é aplicada, muda-se a lei.

Para os índios também, está na hora de voltar ao Estado de Direito. ■



No colégio salesiano (ao fundo) começa o processo...



... que conduz a destribalização...



... a vida marginal na sociedade "branca"...



... e a perda da identidade índia.



A tribo chega à "civilização"

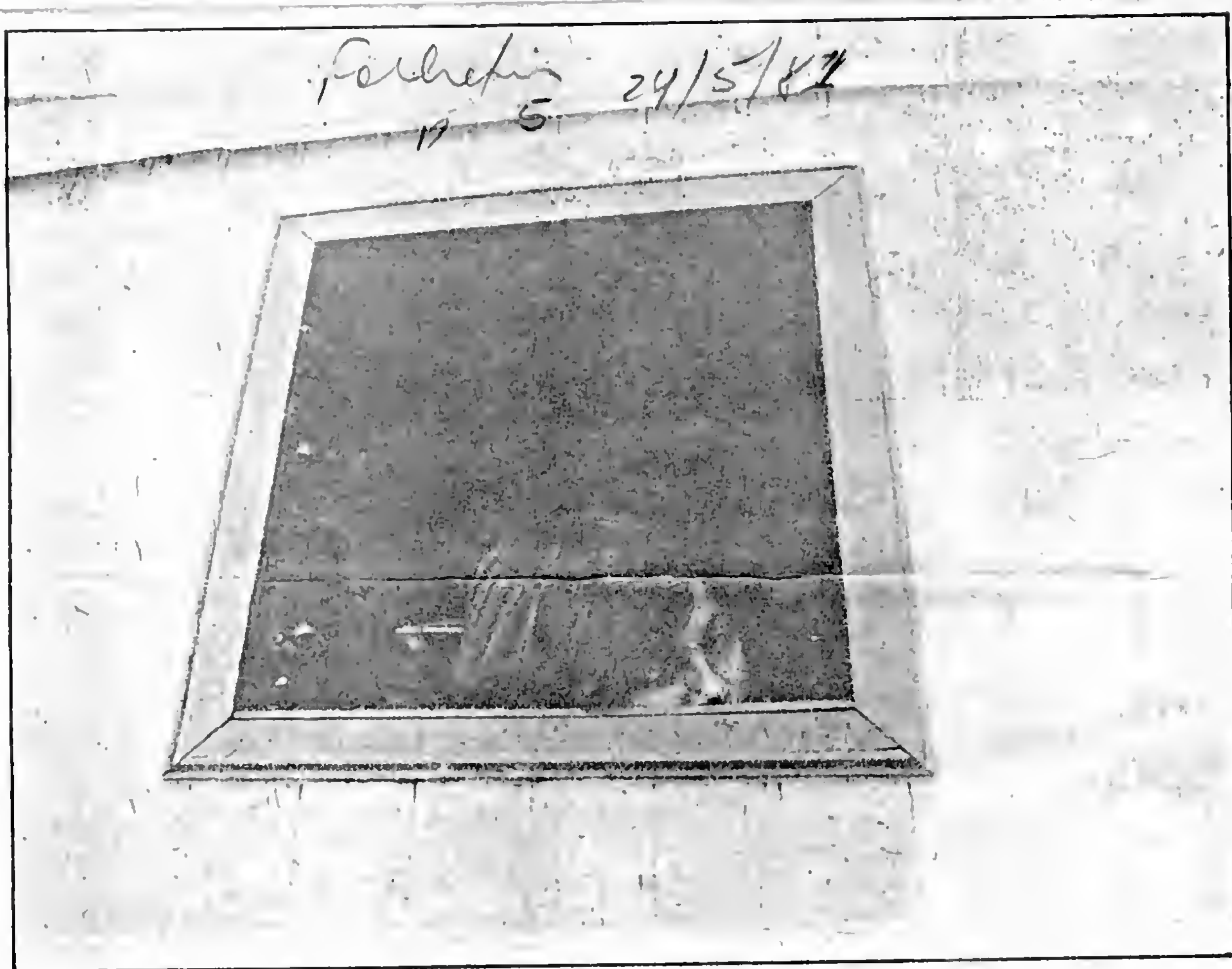
O tukano Álvaro Fernandes Sampaio analisa os efeitos da Perimetral Norte e do trabalho dos padres salesianos na destribalização de seu povo, em depoimento a Carlos Alberto Luppi

Nos últimos dois anos, após 66 anos de atividades na área, as missões salesianas que atuam no Alto Rio Negro, no Estado do Amazonas, começaram a ser contestadas. A crítica principal refere-se à destribalização e total perda de identidade de milhares de índios — quase 20 mil — das nações Tukana, Tariana, Arapáço, Piratapua, Mirititapula, Tuluka, Baraçana, Karápanã, Wápanã, Yoro Moxã, Sã, Maku, Baniwa e Kuripako. O assunto foi até mesmo levado à análise do Tribunal Bertrand Russel em sua reunião do ano passado e a condenação das missões foi total.

Na prática, os salesianos do Rio Negro chefiados pelo bispo Miguel Alagna, tentaram se defender das acusações. Mas não chegaram nunca a contestar o autêntico massacre cultural contra os índios da região, muitos dos quais fogem para a Venezuela, Colômbia ou então se refugiam na miséria da periferia de Manaus envergonhados de serem reconhecidos como índios. O Alto Rio Negro está hoje transformado numa espécie de "feudo salesiano" e os milhares de índios que existem nesta que é considerada a "maior área indígena do País" vão aos poucos se esquecendo de sua cultura, sua tradição, seus costumes, sua identidade e até mesmo sua língua. Para o bispo dom Miguel Alagna, italiano, isso se chama "integração do índio à comunidade nacional". Para o escritor Márcio de Souza "isto é um etnocídio". Mas o que pensa o índio a respeito disso tudo? O que ele pensa a respeito desse tipo de "integração"?

O índio da nação Tukana, Álvaro Fernandes Sampaio, vestibulando de Medicina, não apenas conviveu com toda esta problemática como também se propôs a analisar o que vem acontecendo aos milhares de índios do Alto Rio Negro moradores de uma área de 280 quilômetros quadrados centralizada no antigo povoado de Uaupés, hoje cidade de São Gabriel da Cachoeira, cortada pela Perimetral Norte; talvez o maior exemplo de destruição progressiva de uma cultura.

— Aqui, o mundo não parece ter sol ou parece que a população indígena está dormindo e sonhando, passando pesadelo. Hoje, a cidade de São Gabriel é marcada pela história da invasão, as testemunhas são as mulheres indígenas abandonadas com seus filhos. São as lembranças do "progresso". Com os efeitos da civilização, as índias são emprenhadas, violentadas com brigas, embriagadas nos bares e nas ruas. Os padres são contra a restauração da unidade indígena e impedem a autodeterminação. Todo o tradicional espírito indígena foi mudado, trocado e a herança tribal está se perdendo" — afirma ele ao mesmo tempo em que alerta a sociedade branca: "Né dexkawatikãña êxsârê, êxsâpe tuxtuatiri. Mëêmerrâ thoaxrâti". O que em língua tukana quer dizer: "Nunca nos divida em grupos pequenos para que não percamos a força. Queremos ficar a seu lado." Carlos Alberto Luppi.



“Até o ano de 68, São Gabriel conheceu a paz nas ruas e nos lares. Havia menos do que mil pessoas. Em 74, com a chegada da Perimetral Norte vieram muitas empresas construtoras, a EIT, Queiroz Galvão, Camargo Correia, LASA, e um corpo de engenharia militar, o 1.º Bec. A estrada e o comércio introduziram a violência para muitos indígenas, moços e moças. Rapazes que brigavam em bandos e menina que andava sossegada depois das 19 horas na rua era amedrontada porque a quantidade de homens era tão grande que eles forçavam as índias para o sexo.

“As mulheres índias estranharam a quantidade de homens — 5 mil — onde antes só havia 500 habitantes. As moças violentadas foram usadas como objeto sexual por até mesmo 20 ou 30 homens. Vale dizer que essa maneira de usar a mulher para esse tipo de sexo partiu dos recrutas do 1.º Bec e era chamado “geral”. Para que isso ocorresse, o recruta que parecia ser agradável e bonito para as índias, muitas vezes era traíçoeiro porque após a festa do clube sempre levava a mulher para a rua onde a esperava um bando de famintos sexuais. As jovens índias eram agarradas como se fossem bichos selvagens e carregadas para o escuro para tal “geral”. Assim, durante a noite, era arriscado andar em companhia de uma mulher porque os recrutas agrediam o homem para tomar a mulher a uma “geral”. Muita gente de São Gabriel é testemunha disso, a prova são algumas meninas que sofreram esse atentado selvagem da civilização branca.

“Enquanto essa vida ocorre, espalha-se a doença venérea de tipo variado na cidade. As índias são as mais atingidas e passam a contaminar também muitos homens, peões e recrutas. A doença mata também muitas índias. Os forrões nos clubes são festas perigosas, onde muitas vezes a briga é constante, surgem ferimentos, facadas, garrafadas, e vendo isso o indígena se torna agressivo. Muitas vezes as festas são bacanais, geralmente com as índias. Várias delas pegam o vício de fumar, beber e se maquilam sem jeito para entrar no jogo da atualidade. São bem queridas nas portas dos clubes, o ingresso é grátis, já os índios eram tratados aos empurrões com palavras ofensivas e discriminações.

“Mais de uma centena de índias algumas salesianas chegam a São Gabriel atrás do “progresso”, das festas, conhecer novidades ou serem “civilizadas”. Com os efeitos da civilização, as índias são emprenhadas, violentadas com brigas, embriagadas nos bares, brigando nas ruas. Alunas desistem de seus estudos porque estão prenhas, viciadas pelas coisas que não lhes trazem futuro. É triste eu dizer estas coisas depois que só foram feitas

propagandas de coisas agradáveis no Rio Negro.

"E ainda continuam os recrutas do 1.º Bec abalando a cidade, violando as índias para uso sexual de até 20 ou 30 homens. Ato sexual que nenhuma filha de sargento, tenente ou coronel, dos comerciantes e de muitos brancos sofre, a não ser a índia. Nenhum dos índios deu "geral" nas filhas dos brancos. Infelizmente, só há ódio devido a muito abuso e racismo. A estrada trouxe também malária, muitos abortos criminosos, curagem com remédios, anticoncepcionais de branco, a vergonha para as índias não voltar para suas aldeias, prisões para homens, injustiças e discriminações.

"As filhas indígenas do Alto Rio Negro são emprenhadas e atraídas pelo estudo de 2.º grau e só algumas conseguem amigar ou casar. Prostituição e fome continuam, como também as doenças. Muitos índios não podem ser internados porque não têm documento exigido pelo hospital de São Gabriel e a Funai não dá conta. Eu pergunto: como é que podemos transformar o índio num brasileiro convicto se há muita criminalidade moral contra o índio?

"Durante 66 anos, embora tenhamos sofrido certas pressões de alguns padres e freiras para acabar com nossa cultura, estamos resistindo. Não só os padres e freiras que querem acabar com nossa cultura, também os discípulos jovens que têm o 2.º grau e Faculdade pois são estimulados pelos padres que querem a integração indígena junto à comunidade nacional. Muita coisa perdemos de cerimônias, as principais porque foram consideradas satânicas e eram elas que uniam os índios ao contrário da religião católica. Isso é fácil de explicar: as cerimônias, as festas, os assopros bons e curas eram tais e de tamanha força que uniam toda a família índia na maloca. Mas nos primeiros tempos esses ritos foram proibidos e foi um tempo que as malocas foram chamadas de Casas do Diabo. Mesmo assim, as nossas coisas são armas para o comércio deles. No Museu de Índio o Miri — nossa flauta sagrada — é exposta para o público em Manaus.

"A educação que se tem nos internatos salesianos é para ler e escrever o português. Enfim, a religião e obediência aos superiores. Só assim somos gente, brasileiros convictos pelos que querem nossa integração e com isso a educação tribal decai. Tínhamos certas formas de leis para educar os jovens, mas a educação dos brancos trocou o espírito indígena. A palavra civilização leva muitos indígenas a se envergonharem de seu povo, e é por isso que muitos procuram as cidades e lá se empregam em qualquer ofício, têm salários insuficientes para sustentar suas famílias.

"Tal palavra — a civilização — es-

"Né dexkawatikāna

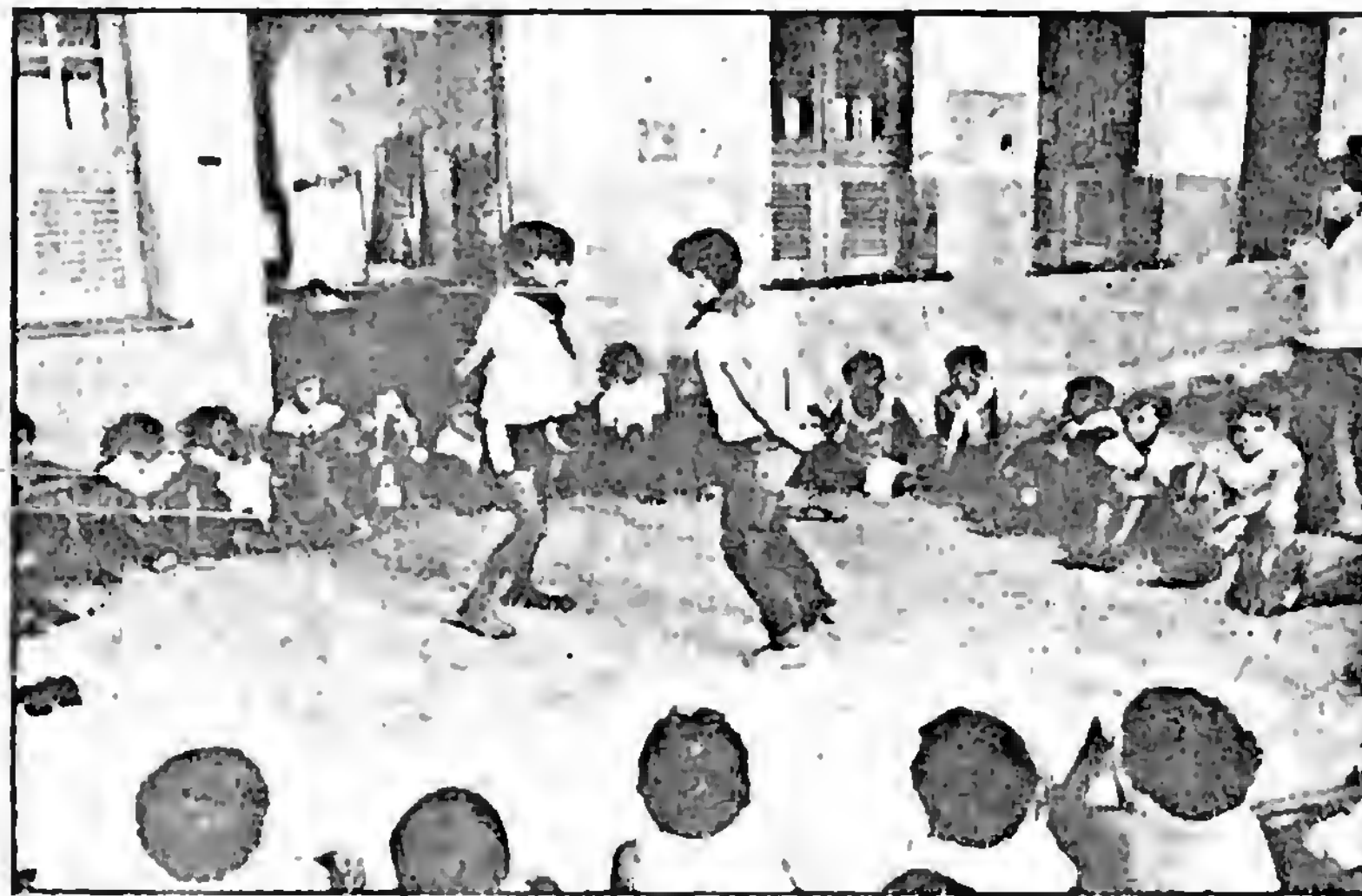
ēxsārē, ēxsšpē

tuxtuatiri."

panta os indígenas de suas terras e fazem-nos perder seus costumes, sua língua, sua identidade. Todos são ex-alunos salesianos. Em casa só ficam os velhos pais chorando de saudade ou quando adoentados a situação é pior porque eles não têm assistência dos filhos. A maioria dos ex-alunos vai para a Colômbia ou Venezuela, outros para Manaus ou param nos regatões dos comerciantes para trabalhar nos seringais, nos pozais. Ficam marginalizados, são ludibriados e perdem o futuro do povo.

"Algumas meninas índias vão para Manaus trabalhar no colégio das freiras, isto é, no Colégio Auxillar e Patronato Santa Terezinha ou no Noviciado São José. Nessas casas o trabalho é duro, isto é, não há domingo nem feriado, além de ultrapassar as oito horas e o salário ser mínimo. Assim acontece com meu pessoal. Outras dezenas de índias que foram empregadas nesses colégios hoje encontram-se nas casas dos oficiais da FAB também com baixo salário. Muitas das índias que são empregadas domésticas, não são bem tratadas, e muitas vezes humilhadas. E por isso muitas não ficam no emprego e passam a procurar outra patroa.

"Geralmente, estas empregadas foram indicadas pelas freiras salesianas do Alto Rio Negro. Nas cidades, elas não querem voltar para casa junto de suas famílias. Enfim, esse tipo de tratamento desnobre a vida autóctone, incapacita a convivência nas aldeias. Elas são destribalizadas e não



"Civilizando" no colégio salesiano de Barcelos, AM.



Fora da tribo, resta o trabalho braçal.



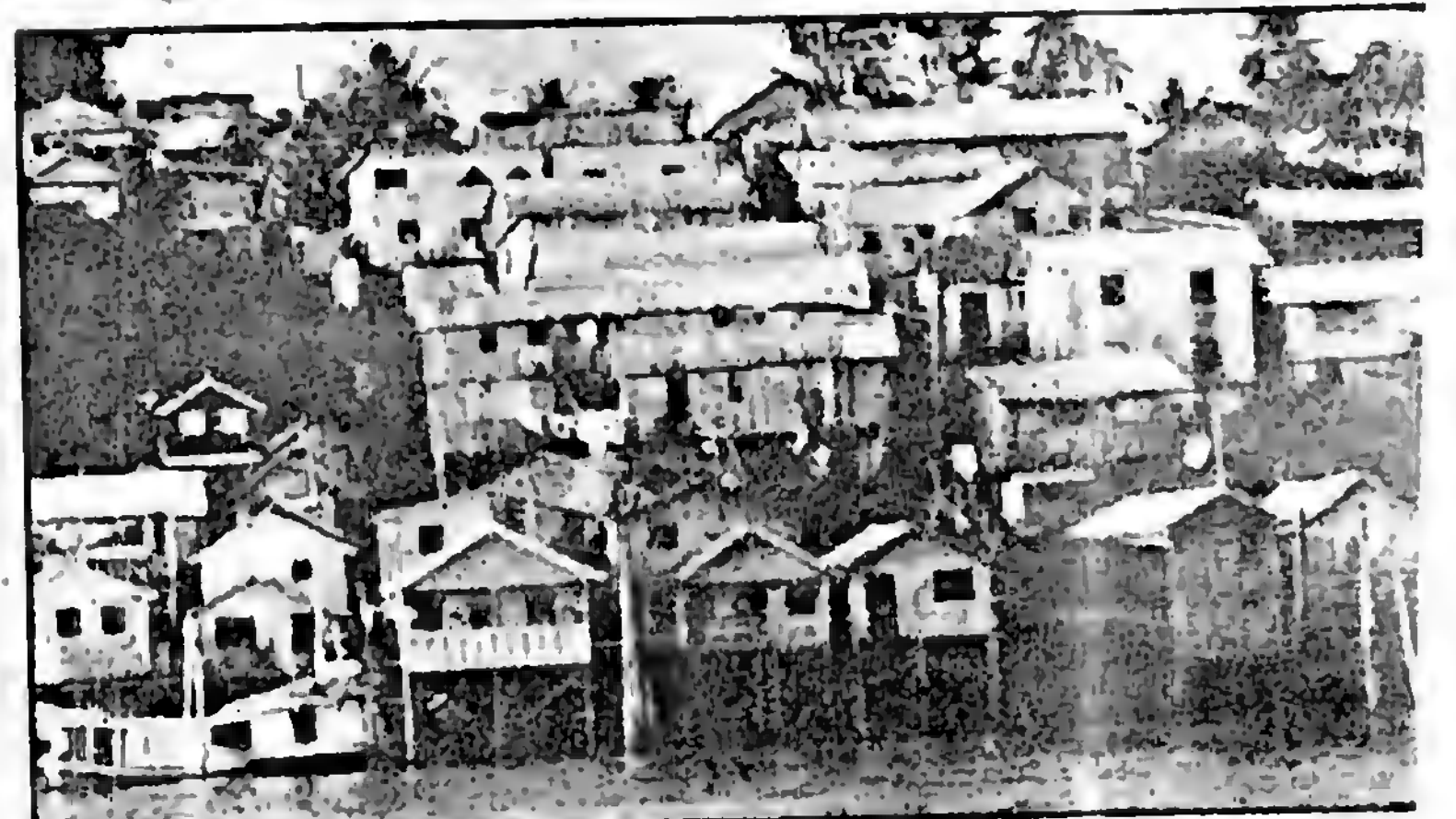
24/5/82
p. 6

“Nunca nos divida em grupos pequenos para que não percamos a força.”

têm um meio para formar um futuro melhor e seguro. Isto é, não estudam e só ficam cuidando dos filhos dos tenentes, capitães e brigadeiros. E ao filho indígena, nada. Vê-se que o futuro do indígena desse jeito é curto porque, para nós, a mulher é sempre a base da vida e foi o nosso princípio.

“Muitas de nossas índias acabam nos clubes dançantes de Manaus. Algumas delas estão bastante envolvidas à vida brasileira, mas isso mostra o papel negativo para o povo e missionário. É isso que chamo de etnocídio. O dom Miguel não sabe da morte de crime que ocorreu no Noviciado São José, criança parida no sanitário e cuja boca fora rasgada. Mas as freiras sabem disso e de outras coisas de outras moças indígenas que são inseguras nos empregos e de muitas que são demitidas dos empregos nas fábricas de Manaus ou daquelas que chegam à Capital.

“Repito, se continuar assim essa vida, os tukanos, deçanos, tarianos, piratapulas, baniwas vão se acabar aos poucos. Assim não é possível, não dá mesmo. Creio que o índio sempre está perdendo o campo de vida, perde energia indígena através da destribalização. Enfim, o resultado é o etnocídio. Como resolveremos nosso problema social? Com quem? O indígena deve ser integrado, mas não desse jeito. E integração não pode fazer o indígena perder sua identidade, sua cultura, deixar de gostar de ser índio. Ele deve orgulhar-se de sua língua, de seus costumes, de sua vida.”



Da selva para a maloca urbana.

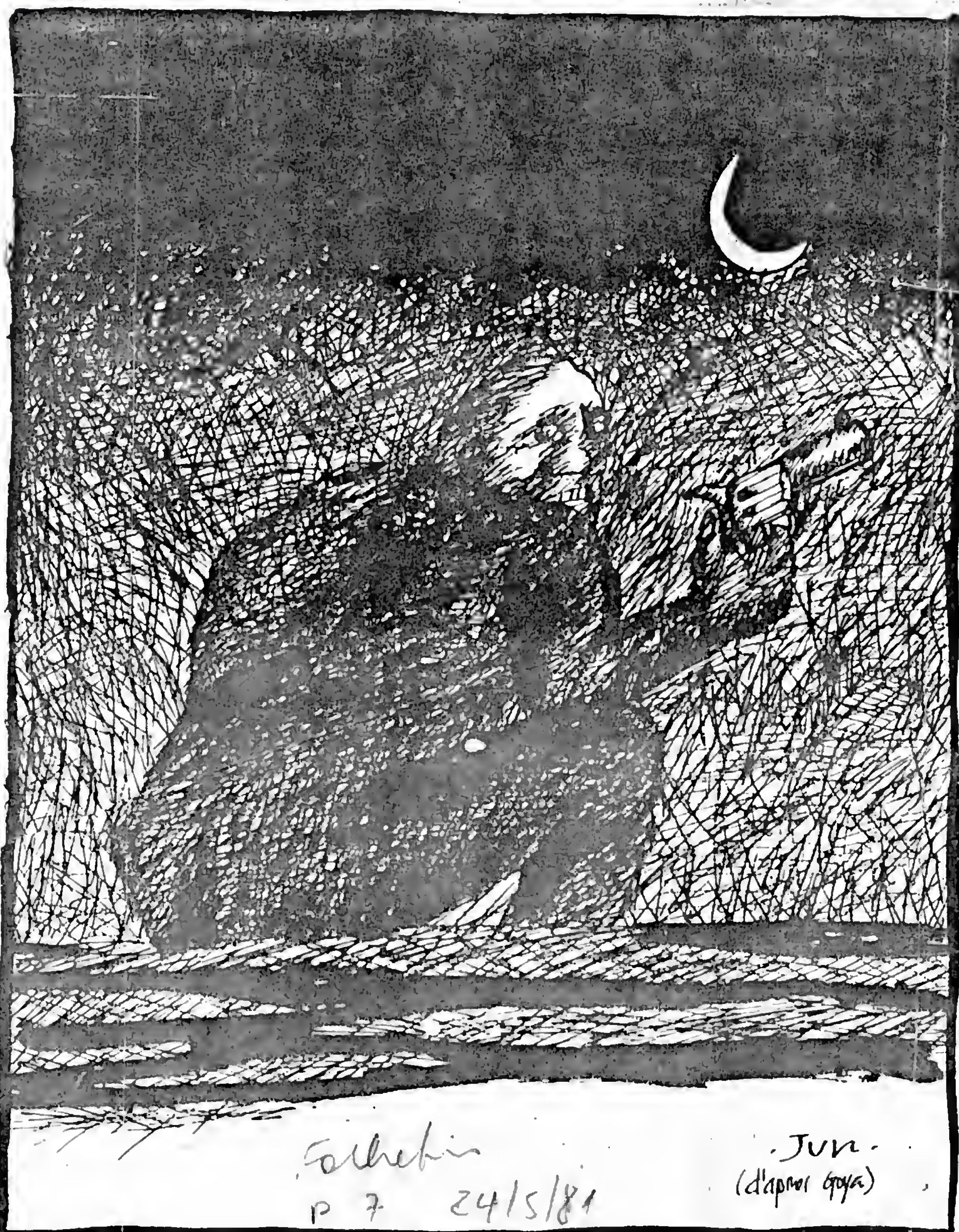


O importante é deixar de ser índio.

O sacrifício dos deuses

*John Lennon, Ronald Reagan e
João Paulo 2º, as vítimas de um
terrorismo que virou show
nos meios de comunicação.*

Um texto de Maria Rita Kehl



Na sociedade do espetáculo os fatos vão perdendo progressivamente sua dimensão política. Perdendo, não: a dimensão política dos fatos e dos atos humanos vai se confundindo, se borrando numa nuvem de linguagem, do que chamamos de "informação". Na sociedade do espetáculo um fato interessa sobretudo pela sua versão, e mais que a sua versão reflexiva, interessa sua versão espetacularizada, embalada na linguagem unificadora e sem contradições que os meios de comunicação monopolizam.

Atiram em John Lennon, em Ronald Reagan e no Papa. Em menos de seis meses, três gestos espetaculares que poderiam ser entendidos pelo seu aspecto patricida. As jovens gerações se rebelam contra todo e qualquer tipo de autoridade? Estaremos matando nossos ídolos, nossos pais e nossos mestres numa espécie de ritual (macabro) libertário, sacrificando os deuses em nome da emancipação do homem? A violência gratuita é lamentável, nos assusta muito mais do que a violência (se é que existe — às vezes acho que sim) dita necessária, e é preciso justificá-la. Ou estamos todos sujeitos à ausência total de sentido da história. A morrer baleados numa esquina qualquer porque, ingenuamente, cada um de nós pode estar significando a opressão para o outro.

BOQUIABERTOS

A dimensão política dos atentados se obscurece na sua aparente gratuitidade. Não são mortes ou tentativas de morte reivindicadas por partidos, organizações, seitas, tendências. Não há bandeiras ostensivas nessa violência, e que leva os telespectadores e telespectadoras a suspirarem impotentes e boquiabertos: "Esse mundo está mesmo perdido", "Onde é que nós vamos parar"? E mesmo que tenham algum significado simbólico de patricídio, este significado não é resgatado pelos agentes dos atentados, também eles absolutamente alienados de sentido de seu gesto, como foram (somos) alienados durante toda a vida de relação existente entre aquelas três — e outras — figuras do mundo de espetáculos e a opressão que nós, mortais, sofremos no nosso cotidiano "aqui embaixo".

O homem John Lennon nunca conseguiu deixar de ser um Beatle apesar dos quase quinze anos de luta para se libertar como indivíduo do signo de grupo, desagradando e desapontando milhões de pessoas que ainda não conseguiram conceber um mundo que não fosse liderado pelos "reis do iê-iê-lê". Ou pelos Stones. Ou por Caetano Veloso. O ator Ronald Reagan, por sua vez, preferiu incorporar o personagem e, desde sua campanha presidencial, vem combinando o gesto político com o gesto espetacular (imaginem o que seria se Paulo Maluf tivesse acesso a Hollywood).

O DESEMPENHO

A esquizofrenia social começa a se manifestar quando não sabemos mais se estamos apenas "vendo mais um

filme" ou compactuando com um momento histórico, com gestos e decisões que virão a alterar os destinos das massas, ou seja, os nossos. O ex-operário e ex-homem de teatro Carol Voitila funde seu estilo de homem religioso com um desempenho de show-man cujo sucesso pudemos comprovar aqui no Brasil; adaptando mensagens e discursos a todos os gostos, criando "climas" (amparado evidentemente por uma poderosa assessoria) adequando para todos os setores da população católica.

Já não é possível detectar o gesto político oculto sob o gesto teatral, pois o gesto teatral é o principal gesto político. É claro que o rei raramente

redige seus próprios discursos — não é de hoje que isso acontece — mas o que nos perturba e enlouquece é que já não sabemos mais se existe o rei além da versão espetacularizada do rei. Estamos nos conformando a tal ponto com a mentira, com a "versão definitiva" e cinica das Secon e Seplan da vida, que já não sabemos mais em que plano do real nos é dado intervir. Atiramos no tubo da televisão.

Afinal, havia mais duas bombas desativadas no porta-malas do Puma em que morreu o sargento Guilherme do Rosário e foi ferido o capitão Wilson Machado, no Rio, em vésperas do 1.º de maio. E não havia ninguém por perto do carro para ter atirado a outra

bomba no colo do sargento que morreu. Testemunhas disseram isto. Mas a "Globo" mostrou, na noite seguinte, que as bombas do porta-malas eram de gás lacrimogêneo. Eu vi, eu vi. As imagens eram coerentes. Os fatos também, só que indicam outro sentido para a presença dos dois militares no estacionamento do Riocenter. A versão definitiva incen-tará sargento, capitão e toda uma facção ultradireitista do Exército? Teremos que acreditar nela e nos condenar à loucura? Ou acreditar no que julgamos ser a coerência dos fatos (não digo dos fatos isolados, embora sempre nos sejam apresentados como isolados — dos fatos em seu conjunto, os fatos na história) e intervir no muro de linguagem criado pelos órgãos mais poderosos da indústria cultural?

IMOBILIZADOS PELO TERROR

Não há como intervir no mundo do espetáculo a não ser criando um espetáculo. Um jovem ^{John} invadido sua vida a tal ^{John} indivíduo Chapman. lugar para no ator-presidente dos Outros para que seu nome chegue imediatamente aos ouvidos e olhos da atriz famosa, tão perto dele e, no entanto, inatingível. Não sei por que o jovem turco de ultradireita havia jurado, desde a prisão, morte ao Papa, a qualquer homem que ocupasse o lugar do Papa, mas podemos supor por analogia com os outros casos, que esse gesto tentou produzir o reconhecimento de sua existência humana como ser social, político e significativo.

Lamento, com sentimentos diferentes, os três atentados pelo que têm de violentos, de gratuitos e, sobretudo, de terroristas no sentido específico de espalhar e nos imobilizar pelo terror. Mas ainda assim vejo neles movimentos desesperados contra a alienação e a esquizofrenia social. A alienação de uma sociedade que aperfeiçoou seus mecanismos para impedir que nos reconheçamos no fruto de nossas ações. Tudo o que se passa no mundo do espetáculo está aparentemente fora de meu alcance, intervenção e compreensão.

A esquizofrenia das versões oficiais, das imagens forjadas e dos elefantes brancos escondidos debaixo de tapetes de frases de efeito. Nenhum dos três autores dos atentados tentou se proteger, se esconder, evitar a prisão. Apanhados em flagrante, parecem se oferecer para o sacrifício como portavozes de uma, pelo menos uma, certeza sem ambiguidades. "Estão vendo? Fui eu que matei, eu quem feri; o sangue está lá e eu serei preso. Não há enganos e reinterpretações. Eu existo, o mundo existe, a sociedade existe e eu me ofereço em sacrifício para provar que existe algum contato possível entre minha individualidade e os rumos da sociedade."

É claro que proponho que tentemos nos contatar por outras vias. E que passemos de réus da História a agentes dela. Da nossa História.

Investimento público em creches

F/SP 24/5/81 P 32

EDUARDO M. SUPPLY

No Congresso Paulista dos Municípios realizado nessa semana, em Ribeirão Preto, um tema em particular despertou atenção, segundo o testemunho de alguns funcionários da prefeitura de São Paulo: a construção e o funcionamento de creches.

Quase todos os prefeitos estão interessados nas experiências dos diversos municípios e, em especial, pela do município da Capital onde, desde o início do atual governo entraram em funcionamento 64 creches, havendo a previsão para totalizar cerca de 300, até 1983. As creches constituem uma resposta a uma reivindicação cada vez mais forte, no Interior e na Capital, por parte das mães que desejam ter a oportunidade de trabalhar fora de casa, ter uma possibilidade de ganho adicional em relação ao do marido e a de realização pessoal.

Até o momento, porém, em vista de serem poucas as creches, a sua demanda está longe de ser atendida. Por exemplo, na creche da prefeitura de São Paulo instalada na avenida Cruzeiro do Sul, em frente à estação do metrô de Santana, funcionando há pouco mais de ano com capacidade para 120 crianças, há uma fila de mais de 300 esperando uma vaga.

A creche do metrô de Santana tem um condição especial por estar próxima a uma condução que leva ao atendimento de famílias de muitos lugares da cidade. Tem uma construção mais aprimorada do que aquela que a administração municipal resolveu adotar como padrão para as demais. Atualmente,

te, pela falta de pessoal que possa atender ao berçário, a creche, conta 30 funcionários para cuidarem de 90 crianças de até seis anos de idade.

As mães deixam as crianças às 7 horas e as buscam às 19 horas. Verificou-se que não seria funcional, para as mães poderem trabalhar, creches que atendessem menos do que 12 horas. É mais difícil arrumar emprego por meio período. As crianças recebem cinco refeições diárias com razoável equilíbrio nutricional, feitas em cozinha bastante higiênica. Em vista de que as famílias atendidas são primeiramente as mais necessitadas, embora tenham se inscrito as de remuneração até 5 salários mínimos, somente crianças em famílias de renda até dois salários mínimos estão hoje sendo atendidas. Certamente elas não receberiam em casa uma refeição de mesmo teor do que a da creche.

As responsáveis pela creche de Santana informaram que mais de 50% das mães são solteiras ou abandonadas pelos respectivos maridos, o que as tornam quase que única fonte de renda. Para essas não há praticamente alternativa. Se ficassem em casa cuidando de seus filhos não teriam como prover qualquer sustento e alimentação.

Atualmente o custo de uma criança numa creche da prefeitura municipal está por volta de Cr\$ 6.000,00 mensais, dos quais Cr\$ 2.500,00 de alimentação. Não se pode considerar muito essa quantia para uma criança ter 5 refeições por dia durante um mês.

Podiam alguns pensar que, às

vezes, uma mãe deixa o seu filho numa creche sustentada pelos cofres públicos para ter uma remuneração que não será muito superior ao custo citado. Seria melhor que fosse dada aquela quantia à mãe para que ela ficasse em casa cuidando do filho? Quase que certamente não, pois com a baixa remuneração recebida provavelmente daria uma alimentação bem menos adequada do que a da creche e dificilmente teria oportunidade de progresso num trabalho mais regular do que simplesmente o doméstico.

É interessante observar que há cerca de 20 anos atrás eram frequentes os comentários ideológicos contra as creches, consideradas propostas características dos países socialistas. Hoje, governos de origem conservadora estão considerando a construção de creches como uma de suas principais realizações.

As creches, de um lado, provêm mais oportunidades de emprego. De outro, possibilitam que mães exerçam uma atividade profissional. Suas vantagens são inúmeras. Mas há que se verificar bem a natureza dos seus custos. Informa o Coordenador de Bem-Estar Social, Wilson Quintella Filho, que o seu custo de funcionamento anual representa cerca de 80% do investimento de construção. Isso significa que o peso, em termos de custeio, de 300 creches funcionando a partir de 1983, será bastante significativo no orçamento. Não há notícia, entretanto, de que os países que tenham desenvolvido programas bem feitos de creches tenham se arrependido.

FUNDAÇÃO CARLOS CHAGAS

Depto. de Pesquisas Educacionais
Biblioteca

Jornal: *FOLHA DE SÃO PAULO*

Data: *25/05/81*

Pág. *-*

Pasta n.º

N.º do recorte

Recursos da CEF para construção de 22 creches

Em cerimônia presidida pelo governador Paulo Maluf, serão assinados, hoje, contratos de financiamento entre a Caixa Econômica Federal e a Prefeitura Municipal de São Paulo e o Hospital das Clínicas em valor superior a 380 milhões de cruzeiros, para construção de 22 creches em bairros paulistanos e aquisição de equipamento médico-hospitalar para o Instituto do Coração.

25/5/81
O ato será realizado no Palácio Bandeirantes, às 15h30, com a presença, ainda, do presidente da CEF, Gil Macleira, do prefeito Reinaldo de Barros e de outras autoridades.

RECURSOS

Os recursos para construção das creches — Cr\$ 276.073.000,00 — serão fornecidos em oito parcelas mensais, à medida em que se forem desenvolvendo os trabalhos,

devendo ser pagos em 12 anos, com carência de dois, a juros de 6% e correção monetária de 60% sobre o índice de variação das ORTN's — Obrigações Reajustáveis do Tesouro Nacional.

A verba a ser fornecida ao Instituto do Coração — Cr\$ 103.927.000,00 — deverá ser reposta em nove anos, com um de carência e condições idênticas às do contrato anterior.

Pornochanchada ou crítica social? Nesse filme de Arnaldo Jabor, com "happy end" e dança na calçada, a questão nem se coloca.

As imagens contradizem permanentemente a pretensa postura crítica no plano do discurso..

Discurso do empresário nacional falido: "Esse país é uma churrascaria. o povo é a única coisa que se salva no Brasil". Discurso rebelde de Sonia Braga. "Estou com o saco cheio de ficar parada esperando, esperando. Maria fica mais de lado, levanta, cala a boca. E eu parava. Agora não. Se falar Maria cala a boca, eu grito".

Imagens de onde o povo e o Brasil contemporâneo, referidos na fala, estão notavelmente ausentes, substituídos pela repetição até a náusea, do rosto e do corpo da mulher do passado e da mulher presente, que surgem nas telas do circuito interno de TV, dispostas em dezenas de fileiras maníacas pelo salão do apartamento, lugar único da ação. Ou pelas cenas de amor assépticas como nos manuais de posições sexuais ou nas revistas pornográficas americanas, onde aparecem com fatura fantasmas sado-masoquistas, da necrofilia ao estupro...

O grito da independência de que fala a personagem feminina é desmentido pelas cenas repetidas de corridas desesperadas atrás do avião, amante sempre ausente, a cujos caprichos de itinerário e humor ela se sujeita até o fim.

Que afinidade particular entre a lua e mulher? Sua dependência de satélite. Da dependência do avião à dependência do empresário falido o estado natural da

Eu te amo

Um filme onde a falta de estória o transforma num amontoado de cenas de amor assépticas como nas revistas pornográficas americanas.

Por Helena Hirata.



personagem feminina é "ser através de": única postura capaz de proporcionar, enfim, a felicidade, como reza a moral do "happy end". Se ela já foi (estudante de

Letras, acromoça, secretária de fábrica de biscoitos) hoje ela é, enquanto parceira sexual, no apartamento dele, com o dinheiro dele, com ele, que tem a exclusivi-

dade da obra, da produção (de mercadorias e mesmo do passado (Sonia Braga contempla, entre curiosa e maravilhada, o quarto secreto do amante, com velhos cacarecos e objetos de estimação do passado).

Ela não tem passado gradioso (o que declarou: prostituta, deflorada aos 12 anos era mentira de mitômana). nem obra, só um amor impossível.

Werther caipira, o empresário nacional, lapidar, consola-a: "a gente só gosta do que não tem". Ele mesmo cultivava uma certeza, sob a forma de um desprezo absoluto às mulheres que não dependem: "Amor não existe. É papo de feministas, lésbicas, sapatão, fria". Mas quando descobre, na melhor tradição do macho brasileiro que ela não é "puta", mas uma mulher "pura", cai em adoração a ponto de condescender em simular a morte do senhor e o fim da opressão. Simulação com muito ketchup de que sai ganhando (mais uma trepada) no estilão Emmanuèle, dentro do requinte extravagante de castiçais e gigantescas taças de frutas tropicais...

Desse conjunto de inconsistências nem o título se salva. Afinal o que é o amor senão extrair alguém de uma massa indistinta e nomeá-lo, dar um nome, um sobrenome a um ente antes anônimo e obscuro? Essa "discernibilidade" de que falava Deleuze e que constitui o fato mesmo do amor desaparece na falta de estória do "Eu te amo", desse casal genérico, onde a personagem feminina é "Maria", "Mônica" ou um terceiro nome qualquer...

Machismo & Feminismo

Homem grávido

"Amizade Colorida" é o novo seriado da Globo. Nele, Edu-fotógrafo é uma espécie de machão puro e ingênuo que se defronta com as intempéries dos ventos feministas.

Por Wagner Cardoso.

A Globo (plim, plim) continua fazendo das suas. Primeiro, foi a "Malu-Mulher", levando semanalmente, para todos os cantos do Brasil, um tema que até então era tabu: a opressão da mulher, os problemas vividos quotidianamente pelas mulheres na sociedade machista. Aliás, a nossa. Mas que por pressões culturais (comerciais?), infelizmente, da mesma maneira que veio, foi-se, deixando uma enorme e eterna lacuna.

Agora, é a vez do "Amizade Colorida". Só que nesta nova série o personagem anti-herói é o Edu-fotógrafo: homem médio brasileiro que vive de "bicos".

Os autores do Edu, sem dúvida, pretendem através dele, desvendar o outro lado da medalha, mostrando quais são os problemas enfrentados pelos homens, nesta dita sociedade moderna, onde o Machão, não tem mais livre circulação como antes. Onde, ao invés da secular tranquilidade com a qual ele saía por aí, galopando pela sua fauna imensa à cata de "lindas gazelas" para, se possível, domesticá-las; ele começa a se defrontar com as recentes intempéries dos ventos feministas.

O Edu-fotógrafo, é uma espécie de machão-puro, ingênuo,

boa-praça, que vive num período de ruptura, onde uma série de valores — antes intocáveis —, começam a ser questionados pelo "sexo frágil". À medida que os episódios avançam ele desnuda-se, mostrando o seu caráter inseguro e bastante contraditório: encurralado entre a velha estrutura ideológica machista, que já não lhe basta para responder às suas frustrações e desprazeres (houve até um capítulo sobre a "impotência masculina"!); mas que ainda constitui o único modelo palpável; ao mesmo tempo em que vive na própria pele o avanço da luta das mulheres.

Gravidez: o homem pode participar?

À semelhança de Malu, o Edu vive as (des)aventuras do dia-a-dia. Mas agora, o sujeito passa a ser o "novo homem" e seus privilégios, ou melhor nossos privilégios. E o mais importante de tudo isso é que esse tipo de discussão, através dessa reluzente "aldeia global", poderá começar a sair dos pequenos círculos de intelectuais, da esquerda, dos "entendidos" enfim, para ganhar os vídeos de milhões de brasileiros.

E é aí que eu entro. O recente episódio "A barriga" é bastante



demonstrativo e não deixa de ser um bom ponto de partida para discutir — enfrentando — toda essa problemática. Nele, o Antonio Fagundes (o Edu), resolve "engravidar-se" em protesto à sua (ex)companheira, que o abandona, após dizer-lhe que estava grávida e que "não queria continuar a seu lado" só por causa de "quinze minutos de transa"...

Apesar dos exageros e efeitos visuais desnecessários, tais como a "barriga" que ele carrega, "para poder participar da gravidez dela", seus enjôos, manias de comidas esdrúxulas e tricôs no consultório do ginecologista; da mesma maneira que o parto simulado, cheio de holofotes, ou então os ataques histéricos de sua companheira, caricaturizando pessimamente a revolta feminina; o eixo da temática é correto: através do absurdo, foi mostrada a nossa objetiva impotência face ao processo de gravidez da mulher. E daí é possível desfiar-se

um cem número de idéias-base, configurando um amplo quadro que nos obrigará a um longo processo de reflexão, desta vez **nosso**, dos homens.

A própria tentativa do Edu em se aproximar das transformações do corpo da mulher, preocupar-se com ela, já é uma mostra de que algo começa a germinar em nossas cabeças. Antes, tal quadro — um homem "grávido" — jamais seria exibido, por problemas culturais e de Ibope, evidente!

De espectadores a agentes ativos

"Nas nossas sociedades ocidentais, a contracepção, o querer-ter-um-filho, a gravidez, o parto, o aborto, a infância da criança são considerados como sendo momentos exclusivamente femininos. Em cada uma destas etapas, o pai desempenha um papel secundário, de espectador", é a afirmação de Geneviève D. de Perseval, que como psica-

Festival mineiro da canção

Santa Rita do Sapucaí-MG está se preparando para no próximo fim de semana (dias 15, 16 e 17) realizar o II Festival Universitário da Canção. Em cada noite haverá um show, começando com "A revolta da Chibata" — grupo Mambembe, a seguir o grupo Sagrado Coração da Terra e finalmente Melão e Lery acompanhados pela Banda Livre.

Este festival está sendo promovido pelos estudantes da faculdade local e será a primeira eliminatória do Festival Universitário Estadual de Minas Gerais a realizar-se no segundo semestre deste ano em Belo Horizonte.

nalista e pesquisadora, editou na França, recentemente, dois livros ("A Arte de acomodar os bebês" e "Paternidade") tratando destes temas tão "estranhos" aos homens.

Talvez, tenha chegado o momento de sairmos da nossa confortável posição de simples "espectadores". O avanço do processo de emancipação da mulher coloca novas questões à sociedade e, em particular, a nós, homens. Face a isso, nós também temos muita coisa a dizer e responsabilidades a assumir, sob pena de jamais compreendermos esse mundo "tradicionalmente feminino".

Mãe só pensa nos filhos?

O Dia das Mães em 81 passou quase despercebido, a não ser nos restritos ambientes do lar. Em São Paulo, por exemplo, o governo tinha como hábito a premiação da Mãe mais Jovem, Mãe mais Velha, e Mãe com maior número de filhos.

Este ano não houve grandes comemorações. Isso reflete uma mudança de postura: quando o país precisa de trabalhadores, festeja-se a mãe "rainha do lar" e seu dia é um dos mais importantes do ano. Quando, ao contrário, existe desemprego, crise econômica, não tem sentido comemorar o dia daquela que contribui para o aumento populacional. O Dia das Mães passa então a ser apenas consagrado ao consumo, e só.

Em contraponto, desde 79 os grupos feministas passaram a fazer desta data não mais uma comemoração, mas um dia de lutas, um dia para perguntar o que significa ser mãe nos dias de hoje, quando não existem creches para as crianças; quando cresce a necessidade da mulher trabalhar fora para ajudar no orçamento doméstico, acumulando essa jornada com o trabalho em casa; quando as escolas públicas nunca têm vagas e as particulares são cada vez mais caras, impedindo muitas crianças de se alfabetizarem...

É o caso de Minas Gerais, que fez o dia 10 de maio um Dia de Luta por creches e de repúdio aos planos governamentais de Controle da Natalidade forçado.



“Foi Deus que me ajudou a criar meus 14 filhos, senão...”, é o desabafo de Maria Souza, uma das 500 mães da periferia de Belo Horizonte que se reuniram no dia 9 de maio, por iniciativa das 10 creches já em funcionamento em BH, Contagem e Ibirité, e do Movimento Pró-Creche, entidade que incentiva e subsidia as creches.

Houve jogral, teatro e grupos musicais, organizados a partir dos próprios bairros, mas nem tudo foi lazer. A comemoração aprovou um manifesto que foi entregue às prefeituras envolvidas, já na terça-feira seguinte, dia 12, exigindo creches subsidiadas diretamente pelas prefeituras, mas dirigidas pela comunidade. Para as creches já existentes, todas sustentadas pela comunidade, com raros e precários convênios com a FEBEM, o manifesto exige que passem a ser mantidas pelas prefeituras. Desde já ficou marcado que no dia 8 de junho as mães voltarão às autoridades, quando esperam uma resposta objetiva a suas reivindicações.

O feminismo nos bairros

A preparação deste encontro vem já de dois meses de discussões e reuniões nos bairros, onde o tema proposto, Controle de Natalidade, era normalmente ultrapassado, falando-se de sexualidade, prazer, aborto... Foi muita a empolgação e daí surgiram propostas de outros temas, trazendo novas perspectivas para o movimento feminista mineiro.

Pois até hoje, entre movimento feminista e o movimento de mulheres, enquanto movimento de massas, temos visto em Minas uma certa distância, que em alguns casos chega a criar duas realidades paralelas. De um lado, a formação de grupos pequenos, normalmente compostos por mulheres de origem pequeno-burguesa. De outro, o crescimento da participação política da mulher em movimentos como a Anistia, Carestia, creches e mesmo movimentos sindicais como o dos professores.

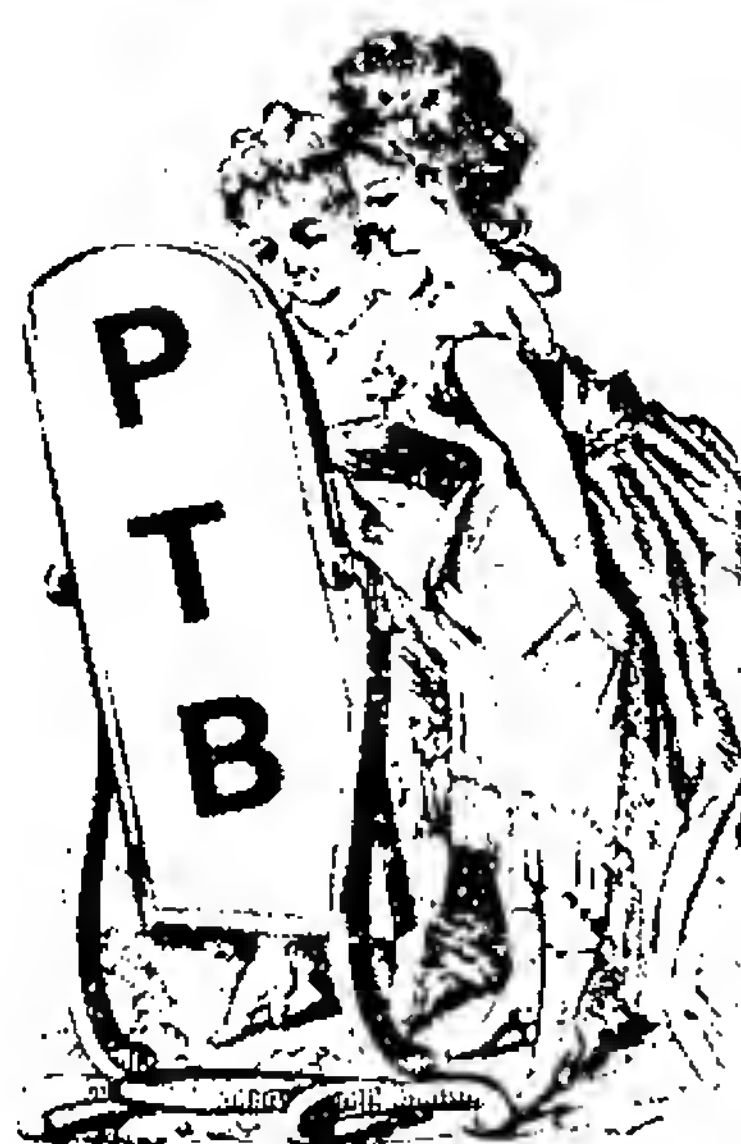
No entanto, se a mulher participa mais, raramente participa como mulher, e enfrentando seus problemas específicos. Sua organização em partidos, movimentos ou sindicatos não significa o crescimento de sua consciência da opressão que sofre como mulher. É significativo o exemplo dos professores de 1.º e 2.º graus, onde as mulheres são maioria de 90%, mas quase todas as lideranças mais conhecidas são homens.

Ou seja, faz-se cada vez mais urgente o fortalecimento de um movimento autônomo com caráter de massa, que leve a consciência feminista a todas as mulheres. Sem dúvida, os últimos encontros e manifestações como o protesto pelo assassinato de Heloísa Balestreros, realizados com presenças expressivas, apontam um caminho. Mas sua principal debilidade é que nenhum deles conseguiu definir lutas e formas organizativas unitárias, capazes de manter as mulheres mobilizadas. Elas vão ao Encontro, mas passam o resto do ano em suas cozinhas, ou diluídas em movimentos onde não têm chance de discutir suas reivindicações específicas.

É no espaço desta distância entre o movimento feminista e o movimento de massas que tem crescido a concepção do jornal **Hora do Povo**. Esta visão coloca corretamente que a consciência da mulher se constrói "através da sua experiência de luta, que não pode ser substituída por nada". Porém, entende que não existe luta nem reivindicações própria das mulheres, fechando os olhos às lutas por creches, contra a violência, contra a discriminação salarial etc. Só restaria a nós nos diluirmos nas lutas mais gerais, como Constituinte e carestia e nada questionarmos da opressão da mulher. Foi o que propuseram as colaboradoras do **Hora do Povo**, já na última hora, no Dia das Mães de Belo Horizonte: transferir a comemoração para um campo de lazer da prefeitura e fazer dela apenas uma festa para as mães, sem leitura de documentos, reivindicações a prefeitos ou discussões.

Na verdade, por trás desta visão está uma concepção de que o feminismo é uma questão exclusivamente ideológica, cultural, que não interessa à mulher do povo. Manter uma atuação apenas intimista e ideológica, como muitos grupos feministas têm feito, só reforça esta opinião. Daí a importância deste movimento que se inicia em Belo Horizonte. Ele poderá ser a grande alavanca para se formar um movimento feminino unitário na região, com sustentação autêntica na base. Se ele começa com a unificação dos movimentos pró-creches da grande BH, "a perspectiva é que não se limite apenas à discussão de creches, mas abarque toda a problemática

da mulher, em especial da mulher trabalhadora, dona-de-casa, como a dupla jornada de trabalho, sexualidade, enfim, a própria opressão da mulher na sociedade em que vivemos", como definiu Maria Auxiliadora, da creche da favela da Ventosa e Bairro Jardim América.



Sem comentários

"A mulher é a maior vítima do terrorismo em muitos casos, porque nos seus lares, ignorando as atividades dos seus maridos, são às vezes surpreendidas por notícias desagradáveis." (Ivete Vargas, presidente nacional do PTB, única mulher presidente de partido, na reunião de líderes políticos, dia 8 de maio).

Apucarana luta pelos carentes

Eles representam, hoje, 25% da população da cidade paranaense

GISSELLA BISORDI
enviada especial

Angustiado por constatar que as condições de vida dos carentes de Apucarana (cidade do Norte do Paraná) se deterioravam dia a dia, um grupo de pessoas, liderado pelo padre Válder Pegorer, decidiu fundar uma entidade para promovê-los, para dar-lhes meios de viver melhor. Em cinco anos de atividades, o Centro de Promoção Humana São Benedito (CEPRHUSB) atende hoje cerca de 20 mil pessoas, o que significa a metade da população carente ou 25% dos habitantes da cidade. Entre os vários trabalhos que vem realizando, estão a manutenção de uma rede de atendimento de saúde, desfavelamento e até uma espécie de reforma agrária, beneficiando bóias-frias. E o círculo de atuação do CEPRHUSB vem se ampliando tanto, que o padre Válder está deixando a batina para cuidar exclusivamente de "seus" carentes.

O CEPRHUSB é uma entidade particular, dirigida pelos líderes da comunidade de Apucarana, que atende aos carentes em todos os aspectos: saúde, educacional, profissional e habitacional. Tem recursos próprios, mas também os solicita ao governo, pois como diz padre Válder (que ainda espera um parecer do Vaticano para deixar definitivamente a batina), "o dinheiro que o governo manipula é nosso, do povo, e deve ser aplicado em seu bem-estar".

O CEPRHUSB nasceu no bairro de Vila Regina, onde o padre Válder tomava conta da paróquia de São Benedito. Ele chegou à região em 1973, logo depois de se ordenar, e ficou muito preocupado com as condições de vida dos moradores. A Vila Regina é um dos bairros mais pobres de Apucarana, com ruas de terra, sem saneamento e onde vivem famílias de operários e de bóias-frias.

Padre Válder conta que, quando assumiu a paróquia, era grande o índice de mortalidade na região, principalmente num amontoado de barracos — conhecidos como favela do Matadouro, porque ficavam próximos ao antigo Matadouro Municipal — onde se registravam casos de lepra, tuberculose e 90% das 88 famílias que os habitavam sofriam de verminose e desnutrição. O único posto de saúde da cidade ficava a dois quilômetros do bairro.

O desemprego na favela era geral, lembra padre Válder, "e as pessoas eram fracas, não conseguiam trabalhar devido às péssimas condições de vida". Os casos de alcoolismo eram frequentes entre os moradores. Havia alguns ladrões, e meninas de 13 ou 14 anos já eram prostitutas.

"Aquela realidade me deixou consternado. Comecei a mostrar para a comunidade que evangelização não significa apenas rezar, mas, concretizar os ensinamentos do Evangelho é, antes de tudo, colocar em prática o mandamento máximo de Jesus: amai-vos uns aos outros como eu vos amo", diz o padre.

A partir dessa conscientização, surgiu um grupo de líderes comunitários de Vila Regina disposto a ajudar o pessoal do bairro. "Fazíamos o que podíamos", recorda o padre. "Levávamos alguns aos médicos, dávamos comida aos famintos, financiávamos enterros. Mas depois de três anos de reflexão, chegamos à conclusão de que só poderíamos mesmo ajudar os carentes se fizéssemos um trabalho organizado e se obtivéssemos os recursos necessários".

A 1.º de abril de 1976, esse grupo fundava oficialmente o Ceprhusb, com a participação de alguns médicos de Apucarana. O objetivo da entidade era ajudar o pessoal carente de Vila Regina e bairros próximos. A primeira diretoria foi eleita entre os moradores do bairro e padre Válder foi escolhido presidente, cargo que ocupa até hoje.

O primeiro trabalho foi a criação de um Centro de Estudos com o Menor Integrado na Comunidade, para atender crianças de 7 a 18 anos. Padre Válder foi pedir a colaboração do Instituto de Assistência ao Menor (órgão ligado à Secretaria de Saúde e Bem Estar Social do Paraná) e foi reformado um velho barracão da Igreja São Benedito, que passou a abrigar as crianças.



Uma das casas construídas para os favelados.

Para lembrar

"O povo não
é peteca
para ficar
sendo jogado
de lá para cá."

Sandra Salomão,

da Associação Popular de Saúde

"Folha", 28.05.81



Padre Válder Pegorer.



A creche, criada dentro do programa de ajuda ao menor.

"Como ocorre até hoje, elas faziam na unidade as três refeições e recebiam orientação profissional, recreação, orientação quanto à higiene, etc. Aconselhávamos os pais a colocá-las na escola e passavam conosco o resto do dia. Um grupo de voluntárias da comunidade de Vila Regina cuidava das crianças, com orientação do Instituto de Assistência ao Menor. O órgão nos dava uma verba mensal, que não chegava para cobrir os gastos. Porém, a população de Apucarana passou a ser solicitada e começou a nos auxiliar. No primeiro mês de atividade, estávamos com 62 crianças. No segundo com 100. Os mais velhos traziam os pequenos para comer, já que passavam fome em casa", conta o padre.

Ao mesmo tempo, o Ceprhusb montou um pequeno posto de saúde numa das dependências da Igreja. Solicitou o equipamento à Secretaria de Saúde e o médico foi cedido pela Prefeitura. As pessoas atendidas passaram a receber visitas domiciliares do pessoal do Ceprhusb, que as orientava quanto à higiene e à alimentação.

Em seguida, o Ceprhusb passou a se preocupar com o desfavelamento dos moradores do Matadouro. Conseguiu que a prefeitura doasse o terreno onde estavam os barracos para a Companhia de Habitação do Paraná (Cohapar), que construiu embriões de casas para as 88 famílias. Enquanto a construção se processava, elas foram transferidas para um terreno vizinho.

A Cohapar, que opera com recursos do BNH, deu vinte anos de prazo para os favelados pagarem as casas de 28 metros quadrados (com possibilidade de ampliação). Mas como pagariam, se não tinham emprego?

Junto com o início da construção das casas, nos primeiros meses de 1977, o Ceprhusb passou a dar cursos de profissionalização para os favelados, em convênio com a Legião Brasileira de Assistência e com o Programa Intensivo de Mão-de-Obra do Ministério do Trabalho. Aprenderam artes domésticas, carpintaria, tiveram formação de pedreiro, pintor e eletricista. Os cursos eram dados à noite no mesmo barracão que, durante o dia, abrigava as crianças. Os moradores também foram incentivados a fazer horta na frente das novas casas.

Em novembro de 1977, eles se mudaram. Quando tiveram de pagar a primeira prestação de Cr\$ 120,00, em dezembro, a maioria estava empregada, desenvolvendo atividades aprendidas nos cursos de profissionalização. Os que não arrumaram emprego, conseguiram uma ajuda inicial da comunidade de Apucarana (que vão devolver) e passaram a cultivar suas hortas, podendo pagar as mensalidades nos meses seguintes com o dinheiro obtido com a venda de legumes e hortaliças. As prestações, com o tempo, decresceram e hoje são de Cr\$ 54,00.

Mais tarde, o Matadouro Municipal, que estava desativado, foi reformado e transformado numa creche para crianças de 0 a 6 anos, com a ajuda do Instituto de Assistência ao Menor e da comunidade de Apucarana. As famílias de Vila Regina ficaram mais livres para o trabalho.

MUDANÇAS

Onde existia a favela do Matadouro, hoje está um conjunto de pequenas casas que formam o Núcleo da Fraternidade. Dos antigos favelados que as habitam, 80% não precisam mais da assistência assídua do Ceprhusb. Estão emancipados, segundo padre Válder, tendo fonte de renda própria.

A Vila Regina continua sendo um bairro pobre, só que a maioria dos moradores está vivendo melhor, mais sadia, se alimentando melhor. No ano passado, o índice de mortalidade infantil foi zero.

Em Apucarana ainda existem 140 famílias vivendo em barracos, mas o Ceprhusb está em vias de fazer o desfavelamento através do mesmo esquema utilizado para os moradores da favela do Matadouro.

O Ceprhusb foi despertando cada vez mais o interesse da comunidade de Apucarana. O padre Válder, com suas incansáveis idas a Curitiba, foi conseguindo a cada novo programa, maiores recursos do governo. Também aciona a Fundação Misereor, na Alemanha, instituição do episcopado daquele país, para obter verbas para os carentes. E da experiência inicial em Vila Regina, atende hoje a carentes de toda a periferia da cidade.

A atuação do Ceprhusb cresceu. Hoje, mantém um Programa Integrado de Saúde Comunitária, que conta com um posto central (com atendimento médico, odontológico, laboratório de análises clínicas, farmácia e serviço de vacinação), mais cinco outros postos espalhados pela periferia e um hospital infantil. Tem cinco unidades para atendimento de crianças até 18 anos, que incluem além das 3 refeições, profissionalização e colocação em emprego, recreação e estudo dirigido.

Criou também oficinas de confecções e bordados, mecânica e de móveis que servem para treinar e profissionalizar os assistidos e cuja renda se reverte para a manutenção dos diversos programas.

Os bóias-frias têm apoio

Desolados porque não conseguem fazer sua terra render, os pequenos agricultores de Apucarana estão preferindo abandoná-las. Vendem-nas a qualquer preço, colocam o dinheiro na caderneta de poupança e vão tentar viver na cidade. Como não conseguem arrumar emprego porque não têm profissionalização, logo o dinheiro acaba e eles se vêem obrigados a engrossar o exército de bóias-frias do município (há três mil, atualmente).

Para evitar que essa situação continue ocorrendo, o Ceprhusb comprou um sítio há um ano e meio, onde pretende colocar técnicos agrícolas que vão ensinar os agricultores a usar suas terras de maneira racional. Com isso, espera estimulá-los a permanecerem nelas. Também serão orientados a trabalhar com bancos (a maioria não sabe), de modo que consigam financiamentos para investir na produção agrícola. A entidade já está cadastrando agricultores e o projeto se iniciará daqui a dois ou três meses.

Outro trabalho interessante do Ceprhusb é a espécie de reforma agrária que conseguiu fazer em Apucarana. Implantou um projeto — chamado Colônia de Novos Produtores Agrícolas — de distribuição de terras a bóias-frias. Sensibilizou a Cohapar que comprou uma área de 7,5 alqueires próxima à cidade. Através de convênio, o órgão também deu recurso para instalar trinta famílias de bóias-frias nesse terreno. Os beneficiados construíram suas casas por mutirão e cada família ficou com uma área de 5 mil metros quadrados para plantar.

Enquanto os homens se juntavam

e erguiam suas casas, as mulheres e crianças, com orientação de técnicos agrícolas, trabalhavam a terra. Em novembro do ano passado, eles tomaram posse das propriedades, porém, a primeira prestação só venceu em fevereiro deste ano, quando a terra já estava produzindo. As propriedades foram financiadas em 25 anos, e agora eles pagam uma prestação de Cr\$ 1.200 mensais.

OUTROS

Mas o Ceprhusb tem outros projetos de atendimento a bóias-frias. Conseguiu terras para mais 50 famílias (que deverão construir suas casas e fazer hortas daqui a pouco tempo) e montou uma cooperativa para atender aos não atingidos por esse plano.

A Cooperativa de Trabalho de Apucarana (Cotrapa) foi criada no ano passado e tem 200 bóias-frias cadastrados. Seu objetivo é conseguir emprego para os bóias-frias (eliminando assim a figura do intermediário, conhecido como "gato"), treiná-los no cultivo da terra (a Cotrapa tem uma área de quatro alqueires onde técnicos agrícolas darão a orientação) e comercializar os produtos da Colônia de Novos Produtores Agrícolas. Pretende também ter como associados pessoas que produzam doces, alimentos ou outras coisas em casa, propondo-se a comercializá-los.

Já conseguiu que a Prefeitura cedesse o antigo mercado municipal, que estava desativado. Agora, passa por reformas e em alguns meses será reaberto, onde serão vendidos os produtos dos cooperados a preços bem menores que os oferecidos pelas feiras livres e supermercados.

Adesão começa com saúde

Padre Válder diz que o Ceprhusb começou trabalhando com crianças porque elas seriam os melhores veículos para as famílias carentes. Entretanto, considera o Programa de Saúde Comunitário como o coração de toda a atuação da entidade.

"Quando a pessoa está na miséria, a primeira coisa que é afetada é a sua saúde. Então, procura um lugar para curar-se. Quando aparece, procuramos envolvê-la e a encaminhamos juntamente com a família para os nossos diversos programas", afirma.

Enquanto aguardam a consulta, os carentes, nos diversos postos de atendimento, assistem a rápidas palestras com audiovisuais, onde são conscientizados dos motivos de sua má condição de vida e onde são incentivados a mudar as coisas a partir de si próprios e da família. Re-

cebem também orientação quanto à higiene e a alimentação. Depois que vão para casa, as "agentes de saúde" (voluntárias treinadas por médicos) passam a visitá-los com constância, acompanhando-os e encaminhando-os aos diversos programas da entidade. Os mais carentes têm sempre prioridade.

O Ceprhusb tem atualmente nove funcionários remunerados e o resto do pessoal, membros da comunidade de Apucarana, trabalha como voluntário. Para o padre Válder, um trabalho assistencial só dá resultados se for efetuado por particulares, nos moldes do Ceprhusb, por exemplo, que está transformando Apucarana. A Prefeitura também tem certa atuação na cidade, "porém, devido à burocracia e ao próprio espírito do funcionário público, jamais conseguiria fazer um trabalho como o nosso, guiado pela comunidade".

Isto também é com você: a luta é de todos nós.

FUNDAÇÃO CARLOS CHAGAS

Depto. de Pesquisas Educacionais
Biblioteca

Jornal: *FOLHA DE JARDE*

Data: *28/05/81*

Pág.

Pasta n.º

N.º do recorte

12 creches na periferia: *F. Jarde* concorrência autorizada *28/5/81*

O prefeito Reinaldo de Barros autorizou, ontem, a abertura de concorrência pública para a construção de 12 creches na periferia. As creches, que deverão ser construídas em 180 dias a partir da assinatura dos contratos, ocuparão áreas variáveis de 380 a 648 metros quadrados.

As novas unidades deverão destinar-se aos moradores dos Jardins Robru e Maia (Administração Regional de São Miguel-Ermelino Matarazo), Arpoador (Regional do Butantã), Casa Grande (Santo Amaro) Umarizal e Capela (Campo Limpo), Colorado e Vera Cruz (Vila Prudente), Mooca, Vila Clarice (Pirituba-Perus), Vila Campestre (Vila Mariana) e Alto de Vila Maria (Vila Maria-Vila Guilherme).

VERDE

O prefeito também autorizou a abertura de licitações para conservação de áreas verdes situadas nas Regionais de Pinheiros, Ipiranga e Vila Maria-Vila Guilherme. A contar da assinatura dos contratos, os serviços de manutenção do verde em Pinheiros deverão ser executados em 140 dias; 288 dias na Regional do Ipiranga e 210 dias em Vila Maria-Vila Guilherme.

Luta da mulher ajuda oprimido se libertar

AS MULHERES REFORÇAM LUTA DE TODOS PELA LIBERDADE

Hoje pela primeira vez estamos escrevendo a este jornal que muito nos incentiva, e nos faz entender as coisas. Porém há coisas que nós, leitores, não gostamos de ver e muito pior de ler: estas publicações sobre o movimento feminino. Nós perguntamos a todos vocês: por que os homens aos poucos estão perdendo o brilho, a capacidade, o valor e entregando tudo para as mulheres? Já chega de tantos direitos que a mulher vem conseguindo. Pelo amor de Deus, acabem com estas publicações de mulher, dêem um fim neste movimento feminino! (J.J. — Goiânia, Goiás).

Resposta da Redação: — Companheiro: Nós, aqui da redação da Tribuna (aliás com a maioria de homens), não concordamos com sua carta. Olhando a realidade do dia a dia, nós vemos que muitos homens, como você disse, são explorados. Isso é culpa do capitalismo, um sistema onde alguns são donos das terras, das fábricas, dos bancos, e a maioria só tem a força dos seus braços. Mas companheiro, as mulheres também são oprimidas, e até mais que os homens. Quando não trabalham fora, labutam dia e noite dentro de casa para alimentar e vestir o marido e os filhos. E quando trabalham fora, recebem sempre menos, não têm direito de exercer muitas profissões e são obrigadas muitas vezes a ouvir as "cantadas" do patrão. E como se tudo isso não bastasse, quando chegam em casa ainda vão cozinhar, lavar a roupa, cuidar dos filhos, etc. Então, onde estão estes direitos de que você fala? Na verdade, eles ainda não foram conquistados.

Além disso, companheiro, as mulheres representam mais da metade da população. Você acha que se elas forem contra a luta os homens podem conseguir alguma vitória? Nós sabemos que a força do povo é sua união. E sem as mulheres, essa luta fica enfraquecida, reduzida à metade. E a luta delas não é contra os homens. É junto com eles para acabar com esta exploração, com o arrocho salarial, com o desemprego, com este regime que quer manter o povo na escravidão. Em três cartas que publicamos junto com a sua, você pode ver a exploração e a luta das mulheres. E veja como os companheiros de Suzano (São Paulo), chegam a dizer que o povo todo devia seguir o exemplo das mulheres que enfrentaram os capangas do prefeito para manter a escola. Esperamos que isto sirva para você começar a pensar se não é justo um jornal como o nosso, que defende a luta dos operários e do povo, defender também a luta das mulheres, que só faz reforçar o combate de todos os oprimidos pelo jogo do capital. Um abraço e esperamos resposta sua!

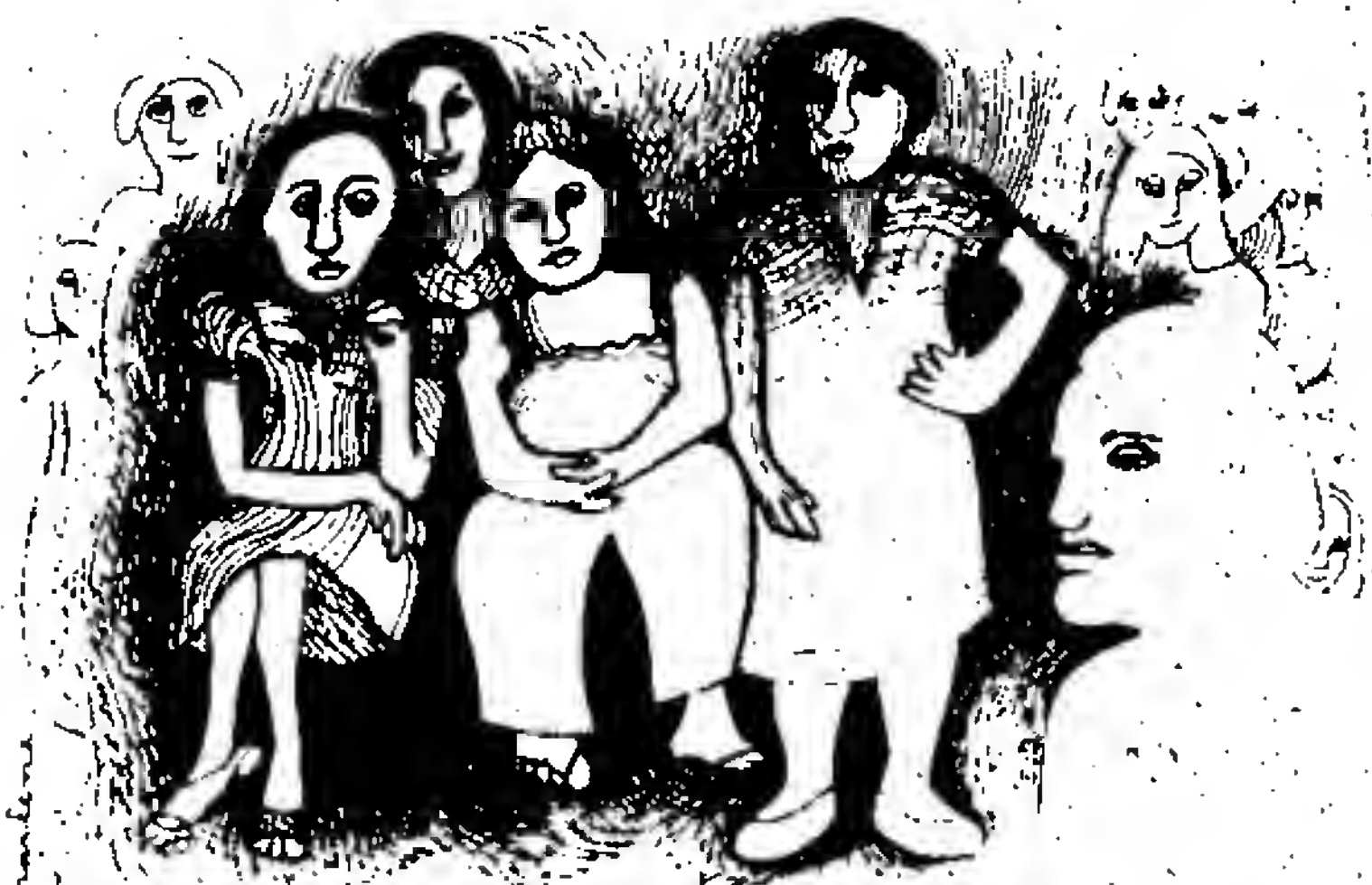


PATRÃO QUERIA QUE OPERÁRIA TRABALHASSE APÓS O PARTO

A Malharia Nor-Jair Ltda, situada no Bom Retiro, mantém em seu interior um regime de escravidão, para com os operários. Estes não possuem sequer cartão de pontos: o horário é feito conforme a vontade do patrão, que se utiliza da falta de cartões para pagar o salário que quiser.

Porém, a exploração não para só aí. O pagamento nunca sai no dia certo e quando sai é só a metade, o resto fica para acertar "depois". E assim a firma fica sempre devendo metade ou mais do salário do empregado, dos meses anteriores. Tem vezes que demora mais de um ano para que o empregado seja registrado. E uma vez chegaram até a ameaçar uma costureira de demissão, se esta não voltasse ao trabalho com apenas dois dias após o parto.

Ao recorrer a "Justiça" do Trabalho, ela ficou sabendo que seus direitos só seriam pagos lá pelos meados de 1982. Neste caso, nem se fala como ficam as férias, o 13º salário e o fundo de garantia das empregadas. (Uma operária da Malharia — São Paulo, São Paulo).



QUEREM TIRAR ATÉ O DIREITO DE TER OS FILHOS QUE QUISER

A Associação dos Moradores da Vila da Penha promoveu o I Encontro de Mulheres da Vila, para debater o controle de Natalidade, carestia e creches.

O Encontro foi dirigido pela Sra. Lurdes, tesoureira da Associação, antiga lutadora do bairro. Falaram diversos oradores, entre mulheres, donas de casa, representante do Centro da Mulher Brasileira, parlamentares, operárias, representante do Movimento dos Negros, etc.

A tônica de todas as falas foi que a luta pelos direitos das mulheres, inclusive pelo direito de escolher quantos filhos quer ter, passa hoje pela luta contra os salários de fome, contra a política econômica do governo e pela libertação do Brasil, a exemplo dos que o povo e as mulheres fizeram no Irã, como disse um orador.

A deputada Heloneida Studard disse: "falta feijão, arroz, leite, porque falta democracia e para termos o direito de comer, temos que ter o direito de falar, de manifestar. Esse direito se conquista com denúncias, protesto e mobilizações e é a classe trabalhadora que libertará este país".

A reunião foi um feliz encontro de antigas lutadoras pelos direitos da mulher e do povo e de jovens mulheres que hoje estão à frente desta luta. Uma senhora de cabelos brancos falou: "no meu tempo, quando o leite aumentava, nós íamos para as ruas e para os jornais denunciar os 'assassinos de crianças'!".

No final, o plenário aprovou uma carta com várias resoluções, entre elas: 1 — lutar contra o projeto do governo de "Planejamento Familiar"; 2 — Pelo congelamento dos preços dos gêneros de 1ª necessidade; 3 — lutar pela criação de uma comissão pró-creche. (Uma moradora da Vila da Penha — Rio de Janeiro)

PREFEITO QUIS FECHAR ESCOLA E AS MULHERES NÃO DEIXARAM

Os habitantes de Suzano estão inconformados com a situação de abandono e miséria da cidade. O grupo político do Prefeito Estevão Galvão de Oliveira, que faz parte do regime militar vigente no país, desempregou muitos funcionários honestos e transformou a prefeitura num antro de corrupção. As concorrências só são ganhas por empresas do grupo do prefeito. Quem tem dinheiro para receber da prefeitura, só recebe se der 15% para o assessor de finanças, Ticão, que depois divide com a quadrilha.

Todos os loteamentos para serem aprovados os proprietários têm que dar de 3 a 5 lotes para a quadrilha. Há 4 anos o prefeito recebia 3 mil cruzeiros por mês e pagava 3 mil cruzeiros por mês e pagava aluguel. Hoje é dono, com sua quadrilha, de metade da cidade. O que eles não conseguem comprar é tomado com chantagem. Foi montado o maior esquema de contrabando da cidade usando a fachada de uma indústria da quadrilha para passar caminhões de contrabando nas barbas da política federal. Através de leis aprovadas pela Câmara até praças e jardins estão sendo vendidos pela quadrilha.

A oposição (PMDB) na Câmara, esperneia, grita, mas não pode fazer nada, porque é minoria. O Sr. Estevão nada faz pelo povo, só se preocupa em se enriquecer com as verbas públicas e fazer demagogia.

O povo do bairro São José construiu uma escola que está funcionando com seus próprios esforços. O prefeito quis fechar a escola usando violência, mas as mulheres enfrentaram o prefeito e a escola continua aberta.

O povo tem que seguir o exemplo destas mulheres, se unir e lutar para pôr fim nesse regime que governa o país desde 1964, que prende sindicalistas, mata operários, cassa parlamentares e quer matar o povo de fome. (Um cidadão de Suzano — São Paulo - SP)

Cobes estuda supervisão de creches nas firmas



Wilson Quintella, durante a palestra

A Cobes — Coordenadoria do Bem-Estar Social, da Prefeitura, está mantendo contatos com os Ministérios da Saúde e do Trabalho para, em conjunto com esses órgãos, "formular uma política de fiscalização e acompanhamentos periódicos" às creches sustentadas pelas indústrias na Capital. A informação foi dada pelo coordenador Wilson Quintella Filho, durante palestra realizada ontem na Universidade Mackenzie, sob o tema "O Problema do Menor no Brasil — Ação Governamental".

Segundo Quintella, "existem cerca de 450 creches na Capital, administradas direta ou indiretamente pelas indústrias, em cumprimento às normas da CLT, que exigem tais instalações para as empresas que empregam um número acima de 30 funcionárias". Acrescentou que os serviços de fiscalização e credenciamento das entidades que dirigem esses estabelecimentos estão entregues ao Ministério da Saúde.

"Nos estudos que estamos realizando, pleiteamos a responsabilidade de uma grande parte desse trabalho, bem como acompanhar os trabalhos de infra-estrutura dessas casas, pois muitas empresas têm arcado somente com a parte financeira, deixando de lado as condições de funcionamento", informou o coordenador.

300 CRECHES

Quintella afirmou que, "em 83, a Prefeitura terá implantado 300 creches na cidade, proporcionando o atendimento de 40 mil crianças, na faixa etária de zero a três anos e 11 meses". Segundo ele, o órgão já construiu 64 unidades na atual administração, e mantém o mesmo número em fase de construção, além de outras 66 que estão sendo planejadas pa-

ra este ano, com verbas garantidas no respectivo orçamento. O restante da rede tem sua instalação programada para os dois próximos anos. Assegurou ainda que os recursos destinados pelo Município a esse plano estão em torno de 800 milhões de cruzeiros.

"Atualmente — esclareceu —, existem 218 unidades em funcionamento e três modelos de direção para tais estabelecimentos: a particular, com a qual a Prefeitura só mantém convênio de assistência técnico-financeira; a indireta, pela qual as creches são construídas e mantidas pelo órgão, mas administradas por entidades sociais, e, finalmente, a direta, através da qual a construção, manutenção e administração são feitas pela Prefeitura.

ESQUEMA DE ATENDIMENTO

Segundo Quintella, "as creches funcionam em regime de semi-internato, durante doze horas diárias, e destinam-se a crianças cujas mães trabalham fora de casa". Acrescentou ainda que "a maioria das unidades está sendo implantada na periferia da cidade, nas proximidades de favelas e loteamentos irregulares".

Quanto ao prosseguimento do atendimento às crianças, após terem ultrapassado o limite da faixa etária fixada, ele disse que "as Escolas Municipais de Educação — EMEIs — responderão pela assistência até que as crianças atinjam a idade de 6 anos e 11 meses. Posteriormente, elas deverão ser atendidas pelo programa de Orientação Sócio-Educativa ao Menor, da própria Cobes, que desenvolverá, nesse sentido, as atividades de reforço escolar, recreação e esportes, expressão artística e reforço alimentar.

FUNDAÇÃO CARLOS CHAGAS

Depto. de Pesquisas Educacionais
Biblioteca

Jornal: *FOLHA DE SÃO PAULO*

Data: *26/05/81*

Pág.

Pasta n.º

N.º do recorte

CEF financia

equipamento

e 22 creches

F/SP 26/5/81
A Caixa Econômica Federal (CEF) firmou ontem dois contratos de financiamento, no valor total de Cr\$ 380 milhões, com o Estado e a Prefeitura de São Paulo, para aquisição de equipamentos para o Instituto do Coração do Hospital das Clínicas e a construção de 22 creches na Capital, em solenidade realizada no Palácio dos Bandeirantes, presidida pelo governador Paulo Maluf.

O contrato entre a CEF e o Governo estadual tem o valor de Cr\$ 103,927 milhões e visa equipar o Instituto do Coração do HC, unidade formada por 11 andares, com 31 mil metros quadrados de área construída. Para a Prefeitura, a CEF destinará Cr\$ 276,073 milhões, a serem aplicados na construção de 22 creches na periferia, representando mais 3.300 vagas para crianças de famílias carentes.

O presidente da CEF, Gil Macieira, informou que os dois contratos terão juros de apenas 6% ao ano e correção monetária subsidiada; o prefeito Reinaldo de Barros disse que ao assumir o cargo, havia apenas três creches municipais em São Paulo, mas "com as 22 que vamos construir, atingiremos 167 unidades".

Para o governador Paulo Maluf, a assinatura desses contratos "demonstra a perfeita sintonia existente entre a União, o Estado e a Prefeitura de São Paulo".

Associação iniciará campanha por creches

CATARINA ARIMATEIA

A Associação Casa de Arte e Cultura Afro-brasileira (Acacab), entidade que promove cursos para formação de manequins, de línguas estrangeiras, dança, música e capoeira, nasceu da idéia de aproximar os negros brasileiros. Amanhã, seus integrantes que também editam a revista Ebanó lançarão oficialmente no estádio do Pacaembu, em meio a uma festa, a campanha "Essas crianças são os nossos problemas".

CAMPANHA

A campanha, segundo Eduardo de Paula, psicólogo negro, que hoje é diretor-presidente da Acacab, tem como objetivo arrecadar fundos para a criação de creches, escolas maternas e "outros núcleos escolares", em bairros periféricos de São Paulo. Amanhã, no estádio do Pacaembu, os participantes deverão comprar um número da revista Ebanó (Cr\$ 100), na portaria, que servirá como "convite". "O total da arrecadação da venda das revistas será destinado à nossa campanha" — disse ele.

"Pretendemos também formar uma equipe nacional que venderá carnês e entraremos em contato com redes bancárias para que elas os patrocinem. Eles, que serão distribuídos gratuitamente, deverão ser quitados em 12 meses e o pagamento será efetuado em agência bancária. Aqueles que comprarem os carnês, além de estarem contribuindo para minorar alguns dos problemas de menores carentes, tais como falta de escolas e creches, também irão concorrer a prêmios." Estes, declarou de Paula, "servirão como estímulo de venda, e, deste modo, creio que a população aceitará melhor a nossa promoção".

De Paula planeja tornar a entidade auto-suficiente do

ponto de vista financeiro, a fim de dispor de recursos próprios para prosseguir em sua campanha.

CURSOS

Os cursos de línguas oferecidos pela Acacab, segundo informou o diretor, podem ser frequentados por todos os sócios da entidade, bastando que paguem taxa de Cr\$ 200 de matrícula e igual quantia por mês. Os idiomas ensinados são Inglês, Francês, Alemão e o dialeto yorubá (africano). No momento, há uma questão preocupando de Paula: "Nossos cursos são abertos principalmente às pessoas que moram na periferia mas, o que tenho notado, é que eles são procurados mais pelos que pertencem às classes ditas média e alta. Apesar de aceitarmos todos os que se inscrevem, queremos que os mais carentes em geral também se interessem em aprender."

Atualmente, a Acacab está com 680 alunos, distribuídos em seus diversos cursos. No de dança, onde os alunos aprendem "afro-jazz" e "ballet moderno", há cinco turmas, divididas em três períodos. Os cursos para formação de manequins e de capoeira são os que apresentam menor frequência.

Eduardo de Paula é também diretor da revista "Ebanó", junto com Jorge Octávio Xavier Jr. e Antônio Lúcio. A revista é mensal e já está em seu sétimo número. Com uma tiragem de trinta mil exemplares, ela é vendida, a Cr\$ 100, em quase todas as bancas do centro de São Paulo. Para de Paula, "destinamos essa publicação à coletividade afro-brasileira pois procuramos deslocar o negro de uma posição marginal, seja do ponto de vista social, econômico ou cultural, de forma que ele chegue ao mesmo nível do branco na sociedade e não se sinta inferiorizado".

Garantidas casas para 250 crianças

F&P 21/5/81
Irmã Irene consegue verba para manter lar

LUCIANO MARTINS

As 250 crianças do Lar Nossa Senhora da Consolação não correm mais o risco de serem despejadas das casas que ocupam na rua Gravataí: a diretora da entidade, irmã Irene Alves Lopes, já tem o dinheiro suficiente para comprar os imóveis, o que deve ocorrer nos próximos quinze dias. Os 18 milhões de cruzeiros que faltavam para concretizar-se a aquisição (irmã Irene possuía 12 dos 30 milhões necessários) foram fornecidos pela Secretaria da Promoção Social, a pedido do Fundo de Assistência Social do Palácio do Governo.

A concessão da verba encerra uma longa campanha, iniciada no final de 1978, quando uma construtora pretendia comprar toda a área na esquina da rua Gravataí com a rua Calo Prado, e o Lar foi ameaçado de despejo. Na ocasião, a religiosa conversou com os proprietários, a família Nori da cidade de Santa Rita do Passa Quatro, e obteve prioridade para a negociação, com as casas avaliadas então em 10 milhões de cruzeiros.

Em julho do ano seguinte, irmã Irene tinha juntado apenas 1 milhão de cruzeiros, conseguido através de pequenas doações de particulares e empresas. Se tivesse que sair, comentava na época, "tudo iria ficar mais complicado, porque as crianças maiores estão matriculadas nas escolas da Consolação e não temos condições de transferir todas para a periferia".

"Basta acreditar e lutar sempre"

Irmã Irene Lopes conhece todas as suas protegidas pelo nome. "É pelas manhas também" — garante, lembrando que "todas elas chegaram e continuam chegando numa situação de dar pena, os pais mortos, sumidos ou na miséria, geralmente em condições de subalimentação. Os meninos ficam até os seis anos e as meninas podem continuar até os dezito, saindo daqui com pelo menos uma profissão."

A possibilidade de comprar as casas e dar mais segurança às crianças é, para ela, "a realização de um sonho, para reforçar a certeza que a gente possui, de que Deus ajuda, e sempre dá o recurso de acordo com a necessidade. Basta acreditar e lutar sempre".

O Lar Nossa Senhora da Consolação é mantido basicamente com a ajuda da caridade pública. A despesa média é de 550 mil cruzeiros por mês, dinheiro gasto na compra de leite (cinquenta litros por dia), pagamento dos dezoto funcionários que fazem limpeza, cuidam da creche e das roupas, e no pagamento do aluguel, que agora vai acabar.

Recentemente, irmã Irene adotou um sistema mais simples para coletar doações, com um carnê que os contribuintes podem pagar em qualquer agência do Banco do Estado de São Paulo.

"As crianças são muito unidas — diz ela — e aprendem desde cedo que elas são sua própria família, que uma tem que ajudar a outra". Dos 4 meses aos 2 anos, ficam no berçário, e dos 2 aos 6

anos, são divididos em grupos mistos. A partir daí, os meninos são devolvidos às suas famílias ou, na falta destas, a outras entidades. As meninas, separadas em duas faixas de idade — de 7 a 13 e de 13 a 18 anos — continuam no Lar, estudando nos colégios Caetano de Campos ou Marina Cintra, e mais tarde vão aprender uma profissão, geralmente na Escola de Enfermagem da Cruz Vermelha Brasileira.

"O certo é pegar a criança e educá-la"

Na Irmandade das Filhas da Caridade de São Vicente de Paula, irmã Irene Alves Lopes aprendeu que "a vocação é uma coisa simples, que para ser realizada basta a gente assumir a vontade natural". Sua vocação, ela diz que descobriu muito cedo, na mesma casa onde nasceu, na antiga rua Formosa — atual Barão do Rio Branco —, em Fortaleza: "Ali minha mãe recebia as famílias pobres e praticava a caridade".

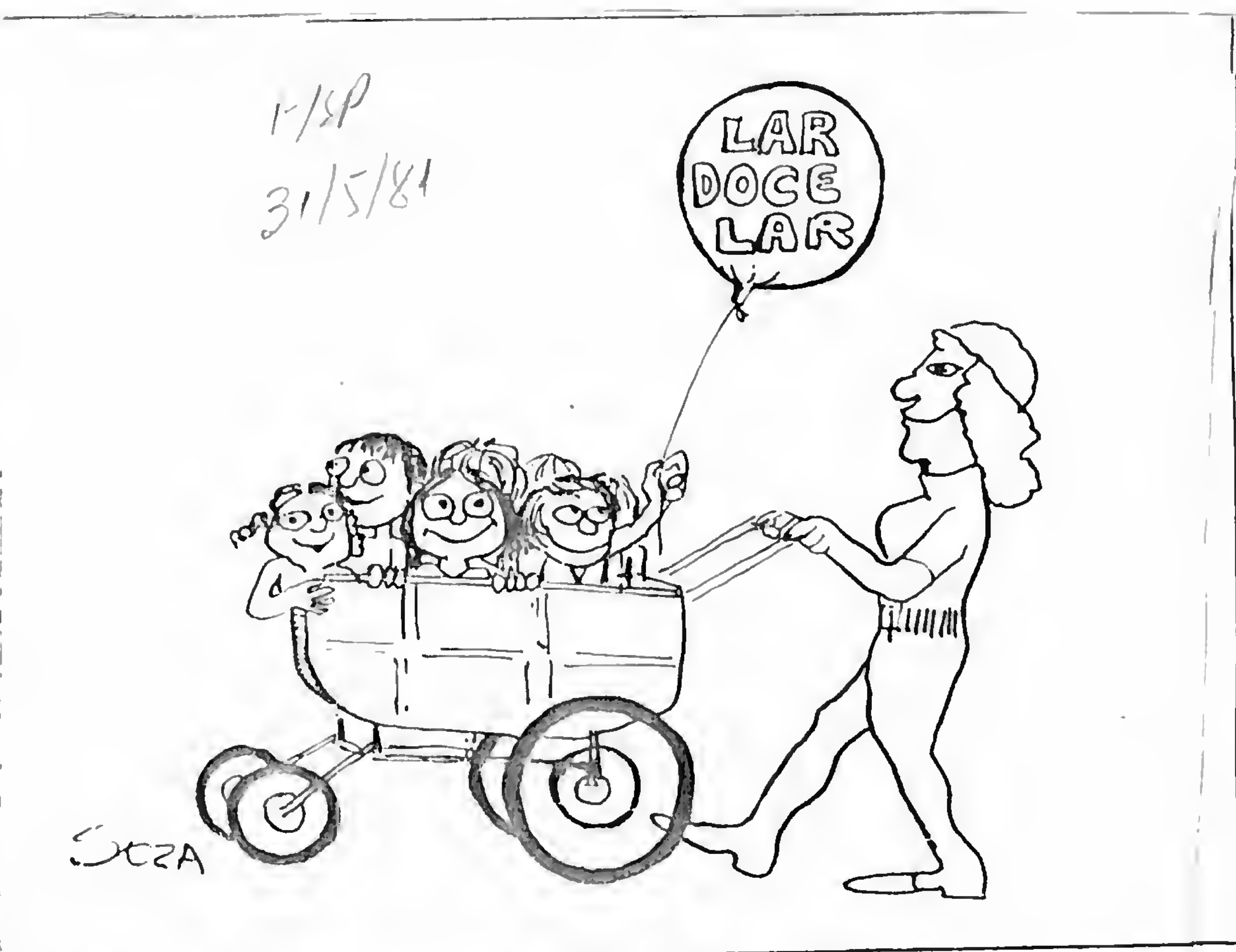
O noviciado, ela fez na França, entre 1922 e 1925, "quando tudo era tristeza e destruição, o povo ainda traumatizado pela primeira guerra". Esteve depois no Rio, em Pernambuco, no Rio Grande do Norte, em Minas Gerais, chegando a São Paulo em 1931. Em outubro deste ano vai completar 81 anos de idade, 59 dos quais dedicados a educação e à assistência à infância.

"Sem paternalismo — garante a religiosa — é possível educar com bons resultados, mesmo a criança mal alimentada. Nós não damos a casa, mas os meios para ela crescer e adquirir sua casa com o próprio esforço". Também não é preciso muita disciplina, "porque as próprias crianças aprendem a se respeitar, se permitirmos que fiquem unidas".

Da janela do Lar, Irmã Irene pode ver o portão do parque onde os menores passam a tarde. Dali ela acena, e ali mesmo resolve pequenos desentendimentos, providencia o curativo para uma raladura, e é chamada de "Vó", mesmo depois de uma repreensão, sempre branda. Ela diz que "o paternalismo vicia", e criou um termo para esse vício: "A pessoa fica 'dengando', esperando a solução dos outros".

"Muita gente simplesmente dá ajuda ao pobre — comenta — mas o mais certo é pegar a criança, educá-la e dar a ela condições de se tornar auto-suficiente". Num aspecto mais amplo, Irmã Irene explica que se trata "de dar ao povo os instrumentos para que ele mesmo procure melhorar sua vida, ou seja, ensinar o povo a ser viril, a reagir contra as más condições. É o mesmo que ensinar ao pobre que ele deve buscar sua própria dignidade" — acrescenta.

Ela sabe que um dia terá que entregar a direção do Lar a outra pessoa, porque "a idade avança. Só peço a Deus que mande uma pessoa que compreenda esse trabalho e entenda a criança e os pobres" — comenta, lembrando que nunca mais voltou ao Ceará depois de ter assumido a carreira religiosa. Nos 13 anos e meio que se encontra em São Paulo, só tirou férias duas vezes.



Irmã Irene agora poderá comprar as casas para o Lar N.S. da Consolação.

Moradores vão à Cobes pedir mais creches

Um grupo de 20 moradores, representando cinco bairros da zona Norte da Capital — Vila Paulistana, Lausane Paulista, Imirim, Vila Aurora e Vila Nova Cachoeirinha — foi recebido sexta-feira passada pelo coordenador da Coordenadoria do Bem-Estar Social (Cobes), da Prefeitura, Wilson Quintela Filho, numa reunião que durou mais de duas horas. Os moradores — que representavam entidades de bairro e eram amparados pelo Movimento de Luta por Creche-Zona Norte e pela Associação Feminina da Zona Norte — levaram ao coordenador uma longa lista de reivindicações, todas elas referentes a creches.

Entre as reivindicações estavam a exigência de creches diretas (construídas e mantidas pela Prefeitura), melhor qualidade de construção, melhoria nos núcleos de comunidade que funcionam como creches, aumento do número de funcionários, aumento da faixa etária que pode utilizar as creches e mudanças no sistema de seleção de funcionários, para evitar jogo político.

SEM DEMAGOGIA

Quintela Filho, que primou pela honestidade e disse que não estava ali “para fazer demagogia”, não se esquivou de nenhuma questão, mas respondeu sinceramente que não poderia prometer algumas coisas, tanto políticas quanto não. Disse, por exemplo, que só crianças até 3 anos poderão utilizar-se das creches; as restantes, de 3 a 6 anos, seriam encaminhadas às Escolas Municipais de Educação Infantil (os antigos “parquinhos”), que têm problema de férias escolares e atendimento em menor período. Informou, ainda, que os critérios de seleção não poderão ser mudados, apesar de reconhecer que isso favorecerá as indicações políticas.

O coordenador da Cobes admitiu, porém, que poderão ser feitos estudos complementares, para tentar diminuir as consequências dos problemas — reais, segundo ele — apresentados pelos moradores.

Wilson Quintela Filho revelou que a prioridade da Prefeitura é realmente construir creches diretas, como está sendo feito, mas que, se uma entidade quiser assumir uma creche indireta, se estiver capacitada para isso e se os moradores concordarem, não hesitará na adoção desse sistema.

Quanto à qualidade das construções, o coordenador afirmou que as novas creches, construídas pela Emurb, têm melhores condições. E que os núcleos comunitários utilizados como creche serão readaptados. (M.A.Z.)